

As Princesas Marroquinas - Contribuição para o estudo das relações diplomáticas lusomarroquinas no último quartel do Século XVIII

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ana Cristina de Neves Ferreira Rodrigues

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

Setembro | 2011

T/M uma

22637

946-9

rod Pri

Ex.1

As Princesas Marroquinas - Contribuição para o estudo das relações diplomáticas lusomarroquinas no último quartel do Século XVIII

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ana Cristina de Neves Ferreira Rodrigues

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUIVO

ORIENTAÇÃO
Paulo Miguel Rodrigues

ÍNDICE

Prólogo e agradecimentos	3
Resumo / Abstract	4
1. Introdução	5
2. Portugal e a Europa do Século XVIII	6
2.1 Rotas mercantis e comércio na costa marroquina	8
2.2 Portugal - crises internas e externas	9
2.3 Iluminismo e Revolução Francesa	17
2.4 Relações de interesse com Marrocos	21
2.4.1. Crises internas em Marrocos	32
2.4.2 Características gerais de uma cidade marroquina	34
2.4.3 A função dos judeus em Marrocos	36
3. Fr. João de Sousa	40
3.1 Intérprete, Intermediário, Mestre, Tradutor e Cronista	42
4. Narração da Arribada das Princezas Africanas	44
4.1 Causa “ <i>de se retirarem de Marrocos aquellas Princezas</i> ”	48
4.2 As diversas arribadas	55
4.2.1 Na Ilha da Madeira	56
4.2.2 Na ilha de São Miguel	60
4.2.3 Chegada e permanência em Lisboa	66
4.2.4 O regresso a Marrocos	80
5. Paridade entre a “ <i>Narração da Arribada das Princezas Africanas</i> ” e o “ <i>Formulário da expedição de huma Embaixada desta Corte para a de Marrocos, e da de Marrocos nesta Corte</i> ”	82
5.1 Requisitos gerais para a receção de uma embaixada	83
5.2 Simbologia da Despedida	86
6. Efeito do inesperado acolhimento da família real marroquina	88
6.1 Cartas de recomendação e de agradecimento	92
6.2 Consequências políticas, económicas e sociais	94
7 Conclusão	98
8 Fontes e Bibliografia	107

Prólogo e Agradecimentos

Foi de forma ocasional e inesperada que, ao tomar conhecimento da acidental passagem da família real marroquina por Portugal nos finais do século XVIII, se alteraram todos os projetos até então idealizados.

O abraço a esta viagem transformava-se, subtilmente, em profunda paixão expressa no desejo de voltar a conversar com aquele nosso “vizinho” da rua de baixo cujo pavimento em estado líquido há muito deixámos de percorrer.

Ainda surpreendidos pela súbita mudança de rota rendemo-nos, humildemente, à aventura de espargir um pouco mais de luz sobre os pormenores de uma jornada não planificada.

Sonhámos, com agrado, em atravessar o oceano e navegar rumo a um passado de memórias onde lusos e mouros trocaram, não só bens e serviços, mas também hábitos e costumes, quais embaixadores de genuínos acenos culturais herdados.

A concretização de tal sonho só foi possível graças ao apoio incondicional de quem, abdicando do seu próprio tempo, se prontificou a ajudar-me ao longo desta caminhada. Assim, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, o Professor Doutor Paulo Miguel Rodrigues, docente da Universidade da Madeira que, desde logo, acreditou valer a pena ressuscitar um aparentemente exíguo episódio perdido na História. A minha profunda gratidão resulta, também, do enérgico apoio prestado pelo Professor Doutor António Dias Farinha que, tanto na biblioteca do Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, como nas elucidativas aulas da língua árabe, deu forma discreta à purificação do enevoado horizonte, facilitando o desabotoar dos óbices impeditivos ao reconhecimento do “outro”. O apoio total e a expectativa singular da família e alguns amigos foram, também, indispensáveis à concretização deste despretençioso desejo, e cada um deles sabe bem tudo o que sinto. Finalmente, desejo plasmar no papel o meu enorme reconhecimento a Deus, que sempre me tem instado a não desistir, me tem fortalecido nos momentos delicados e ajudado a suportar realidades inesperadas.

Quanto ao património, majestosa joia da humanidade, convém não deixar fenecer pois o mar, essa grande estrada de múltiplos sentidos, continua insistentemente a sulcar o horizonte numa sedução intemporal que insta os viajantes a dançar, com sandálias de prata, numa breve eternidade.

Resumo

O presente estudo insere-se na tentativa de revelação de um episódio casual na história das relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos nos finais do século XVIII. Ocorrido entre abril e agosto de 1793, os portugueses veem-se, repentinamente, a braços com uma situação diplomática sensível e que urge a tomada de decisões clara e sem margem de erro. O objectivo primordial é o de conhecer todos os factos e as suas consequências, tentando demonstrar como também os incidentes podem gerar benefícios. O contacto entre as culturas, efetuado através da comunicação oral e escrita, permite-nos verificar o esforço de cada uma das partes na preservação e manutenção da própria identidade numa inócua tentativa de impedimento ao contágio cultural. É essa identidade que pretendemos evidenciar.

Palavras-chave: Açores, corso, diplomacia, islamismo, Madeira, Marrocos.

Abstract

This study tries to reveal a casual episode in the history of the diplomatic affairs between Portugal and Morocco on the latest XVIII century. Suddenly, from April to August 1793, the Portuguese faces a sensitive diplomatic circumstance that installs them to set up an unambiguous and accurate decision. The main target is to get to know every fact and its consequences and simultaneously trying to demonstrate that incidents can also generate some benefits. The closeness of both civilizations achieved through the verbal and written communication allows detecting the effort of both parts in preserving their own identity in an attempt of an absence of cultural contagiousness. That is precisely what we intend to present.

Key-words: Azores, diplomacy, Islamism, Madeira, Morocco, piracy.

1. Introdução

A inesperada passagem das esposas, concubinas, filhos e demais comitiva de um príncipe marroquino pelas ilhas portuguesas da Madeira e São Miguel, e posteriormente por Lisboa, leva-nos a considerar este episódio de suma importância no triunfo nas relações lusomarroquinas, pelos surpreendentes resultados conseguidos.

Não sendo, por muitos investigadores, considerada uma missão diplomática autêntica em virtude de não ter sido planeada nem agendada revelou-se, na nossa opinião, de enorme utilidade face a todos os aspectos em jogo. Foi com a mesma naturalidade que optámos por seguir bibliografia de carácter genérico para dar forma aos aspetos históricos mais relevantes da época, numa tentativa de contextualização dos acontecimentos no espaço e no tempo. Em suporte digital anexo encontra-se grande parte das fontes manuscritas referenciadas, correspondência que se revelou essencial para o desenvolvimento da temática.

Exigem alguma reflexão as dúvidas dos intervenientes que, privados de certas referências, comprovam como um desvio pode tentar modificar os hábitos dos desviados. Feitas de avanços e compassos de espera, tais jornadas ensinam-nos que, apesar do esforço, raramente chegamos ao destino no próprio dia da partida.

Na tentativa de captação da vivência social detetamos que a distância e a espera também podem gerar isolamento o qual, se recheado de pedaços de vivências e emoções únicas, se transforma em micronarrações de vastíssima amplitude. Foi graças a essas diegeses que as nações intervenientes reataram os seus laços de amizade, recuperaram compromissos antigos e renovaram promessas, fortalecendo-se internamente para as fazer cumprir.

Assim, o que aparentava ser tempo de espera não era tempo perdido pois não houve inércia, mas encontro, maturação, transformação. A nós, resta-nos a experiência de intentar escrever o Passado arriscando imaginar o possível, ou o provável, com base nos vestígios.

2. Portugal e a Europa do Século XVIII

A descoberta da América pelo navegador genovês Cristóvão Colombo em 1492 e a passagem do Cabo da Boa Esperança pelo português Vasco da Gama em 1497 permitem à Europa iniciar, nos séculos seguintes, a sua supremacia colonial ao longo do continente africano. O objectivo inicial era o de descobrir percursos directos para as regiões produtoras de especiarias que fossem favoráveis ao comércio marítimo, tornando as deslocações menos dispendiosas e arriscadas, e mais seguras do que por via terrestre, onde ficavam obrigados a pagar imposto nas fronteiras. Esta triangulação comercial formada pela Europa e Américas fica completa com a Ásia cujos têxteis, especiarias, sedas e índigo¹ eram pagos com prata extraída de solo americano e depois vendidos na cada vez mais próspera Europa ocidental. Tal tendência levou a que, no século XVI, os portugueses taxassem o comércio marítimo. No século seguinte a Holanda passou a fazer o mesmo e o Reino Unido criou, no século XVIII, o maior sistema fiscal para proteger as suas conquistas na Índia².

Por volta de 1415, aquando do início da expansão portuguesa iniciada em Marrocos,³ e da competição luso-espanhola pelo território marroquino, dá-se início ao povoamento da ilha da Madeira em 1425, por João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira, ficando o Porto Santo sob a responsabilidade de Bartolomeu Perestrelo. Com o início das explorações na costa de África nos primórdios do século XV, o grande objectivo a partir de 1460 era o de chegar às riquezas da Índia, por via marítima e contornando o Cabo, ao mesmo tempo que se dava continuidade à reconquista cristã transformando as terras subjugadas num prolongamento do território nacional de influência cristã. Ao mesmo tempo que alcança a costa oriental africana, e antes de atravessar o Oceano Índico, Portugal vai negociando com Castela as zonas de expansão de ambos os países. Portugueses e espanhóis já tinham tomado consciência da importância estratégica da proximidade dos arquipélagos da Madeira e Canárias do norte de África e da inerente potencialidade económica, evidente na grande capacidade de fornecimento de madeiras para a construção de edifícios e

¹ Corante azul produzido através da extração do pigmento de plantas, entre elas a indigofera. Um dos indícios mais antigos da sua utilização foi encontrado na China, nas vestes dos seus príncipes e nobreza.

² *História da Humanidade – do Século XVI ao século XVIII* (1999), p. 66.

³ *Dicionário de História de Portugal* (1991). Portugal, dando início a uma política de expansão, esta ficou marcada a norte de Marrocos pelas armas, e a sul pela negociação comercial e política pacífica que precedia a conquista, o que contribuiu para a posse de um conjunto de fortificações no noroeste africano num período cronologicamente iniciado em 1415 e prolongado até 1769, sendo as datas de ocupação das respectivas regiões as seguintes: Ceuta (1415-1640), Alcácer Ceguer (1458-1549), Tânger (1471-1650), Arzila (1471-1550 e 1577-1579), Mogador (1501-1510), Agadir (1505-1541), Safim (1508-1541), Aguz (1508?-1525?), Azamor (1513-1541) e Mazagão (1514-1769).

embarcações, na abundância de aves e pescado, assim como água potável, e no regime de policultura que se viria a implementar apesar da tendência sazonal para a monocultura⁴, o que era importante não só para a sobrevivência local, mas também para as exportações. Desta forma, a ilha da Madeira assume os contornos, não de um território conquistado, como os outros, mas de uma nova terra na qual se implementava a língua, os costumes, a religião, a legislação e as técnicas agrícolas. Por isso a Madeira teve um papel inovador na relação entre a pátria e a costa marroquina no que diz respeito à expansão ultramarina.

Tal percepção contribuiu para a manifestação do primeiro conflito ibérico com motivos expansionistas, apenas resolvido com a assinatura do Tratado de Alcáçovas⁵ em 1479 e do de Tordesilhas⁶ em 1494, que dão a Portugal a supremacia sobre o território africano, não apenas terrestre, mas principalmente o acesso por via marítima. Estes tratados traduziam a distribuição de basilares esferas de influência no espaço atlântico para as conquistas ultramarinas. No que, então, ficou conhecido por segundo tratado, delimitou-se a zona de Fez, que era fundamental para futura partilha de regiões de acção no norte de África, e procedeu-se à demarcação das áreas de pesca. A ambição de virem a incorporar Portugal na tão almejada união ibérica, habitualmente conseguida através dos matrimónios, levou os castelhanos a cederem, apesar das divergências sobre a extensão territorial existente na época entre espanhóis e portugueses. Teoricamente, o tratado servia as conquistas de Cristóvão Colombo por Espanha e o domínio das águas do Atlântico sul por Portugal, para se defender das correntes marítimas junto à costa sudoeste africana que atiravam as embarcações para norte.

⁴ *Dicionário de História de Portugal* (1991). A história agrária da Madeira compreende inicialmente uma policultura com ênfase para os cereais, cana de açúcar e vinha. Do século XV ao XVII surge uma tendência de monocultura, inicialmente o trigo com o alvo de suprir a falta de pão da metrópole. Apesar disso a ilha sofreu falta de cereal entre 1473 e 1479 e, a partir de 1485 passou a importar cereal da Berbéria comprando-o aos mercadores que aportavam na ilha. No início do século XVI o principal fornecedor de cereal passou a ser os Açores. Posteriormente, introduziu-se na Madeira a monocultura do açúcar e, mais tarde, a do vinho.

⁵ *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (1994). Considerado por muitos o primeiro tratado de paz da Humanidade, dá por encerrados os confrontos entre Portugal e Espanha. Numa altura em que as Coroas lusitana e castelã disputavam o domínio do Oceano Atlântico e da costa africana até então conhecida, foram assinadas cláusulas de protecção externa em que Portugal toma posse das ilhas da Madeira e Açores, do arquipélago de Cabo Verde e da costa da Guiné, enquanto Espanha fica com as ilhas Canárias e aceita não navegar para sul do Cabo Bojador. Ora, este foi o primeiro tratado do género a regulamentar a posse de território ainda não descoberto, revelando a tentativa de eliminação da acutilante ambição lusa na esperada descoberta do caminho marítimo para a Índia e neutralizando, por ora, a concorrência castelhana.

⁶ *Idem*. Na sequência da expansão fora do quadro peninsular, e com amplas consequências para os destinos ibéricos, este tratado foi assinado a 07/06/1494 com o alvo de dividir as “*terras descobertas e por descobrir*”, fixa o meridiano a cerca de 2.000 km a oeste da ilha de Santo Antão, Cabo Verde. Esta linha imaginária, situada entre o arquipélago da Madeira e as ilhas Canárias, determina o território a leste para Portugal, e a oeste para Espanha.

Esta importante divisão vem, *a posteriori*, legitimar todas as descobertas marítimas a partir de então. A tomada de Ceuta em 1415 inaugura o trilha colonial português de expansão marítima com relevante importância estratégica, pois conquista a comunicação entre os dois mundos económicos marroquinos, a saber, o mediterrânico e o atlântico, facultando aos portugueses o acesso aos mercados de ouro⁷, cereais e açúcar, e a produção de algumas mercadorias de troca tais como os panos, cavalos e trigo, para além de facultarem o estabelecimento de uma base militar para controlo do curso marítimo muçulmano e defesa do tráfego peninsular. Tal iniciativa conduzirá à construção de três impérios coloniais, a saber, o oriental com o enraizamento no continente asiático, o sul-americano com a descoberta do Brasil, e o africano com o domínio dos mares.

2.1. Rotas mercantis e comércio na costa marroquina

À medida que o comércio se vai desenvolvendo ao longo da costa ocidental africana, os interesses portugueses solidificam-se na região a sul de Marrocos, fazendo com que este país passe a ser considerado um espaço ultramarino português em virtude de contribuir para a manutenção das rotas comerciais. Assinala-se a presença lusa com o estabelecimento de feitorias portuguesas em locais estratégicos da costa africana. O tráfego escravagista domina o imaginário dos colonos e administradores do território, contumazes a não se fixarem nas regiões⁸. Verificando-se as tentativas de integração e mobilização frustradas, e a esperada mas irreal integração nativa, conclui-se uma tímida presença portuguesa nas zonas costeiras, sendo praticamente inexistente no interior de África.

Ora, fora essa mesma crescente exploração do Brasil, alimentada com sangue escravo que, aquando da sua independência em 1822, viria a condenar a presença lusitana no continente africano. Assim, era fundamental estabelecer rotas marítimas de confiança para assegurar as relações comerciais e evitar a perda de mercadorias, homens e embarcações. Podemos vislumbrar ter sido um dos factores que contribuiu para que a presença europeia no continente africano tenha sido maioritariamente portuguesa ao longo do século XV e início do século XVI. Só depois é que os ingleses, franceses e holandeses começaram a

⁷ As caravanas transaarianas, que atravessavam o deserto do Saara, traziam, para além de escravos, o muito cobiçado metal precioso.

⁸ MEDINA, João (1993).

reinvidicar para si parte daquele território, contestando a validade jurídica do tratado. Tal denúncia coincide com o momento de transição entre o poder universalista e hegemónico do Papado e as afirmações de poder por parte dos monarcas nacionais, um dos aspectos da transição da Idade Média para a Idade Moderna.

Torna-se relevante mencionar que os portugueses tinham o hábito de se estenderem por vastos territórios que, ao contrário dos espanhóis, reconheciam jamais poderem subjugar de acordo com as tradicionais práticas de domínio e organização do espaço⁹. Daí que a estratégia da Coroa, ao longo do século XVII, se tivesse baseado no desenvolvimento de técnicas de combate naval, na construção de frotas navais e na vigilância dos mares para defesa das investidas estrangeiras.

Embora os estímulos oficialmente apregoados fossem a conquista para a conversão ao cristianismo, a grande e inerente ambição concentrava-se na possibilidade de comercializar os bens inexistentes e muito procurados na Europa tais como especiarias, marfim, metais preciosos e escravos. Imperava uma dupla política comercial monopolista: externamente, a supremacia que Portugal tentava manter em relação às outras potências e, como medida interna, a centralização do comércio nas autorizações e contratos comerciais emitidos pela Coroa. Desta forma, a presença portuguesa em África era puramente costeira, abrangendo o comércio, as rotas índicas e o fornecimento de escravos.

2.2. Portugal - crises internas e externas

O Portugal setecentista sofre profundos contratemplos durante o reinado de D. José I, iniciado em 1750 com a morte de D. João V. O terramoto, ocorrido a 1 de Novembro de 1755, vem surpreender a capital tendo em conta o fator excepcional do elevado simbolismo religioso existente na data da ocorrência. Numa Europa em mudança ao nível cultural e filosófico, este sismo é considerado o primeiro grande desastre da Idade Moderna, abrindo caminho para uma nova perceção social das catástrofes naturais. Carvalho de Melo¹⁰ apresenta-se com o dinamismo indispensável à coordenação das ações de emergência necessárias ao planeamento, recuperação e reconstrução. O tremor de terra, seguido de maremoto e incêndios obriga à tomada urgente de medidas. A rápida remoção dos

⁹ MATTOSO, José (1994).

¹⁰ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), primeiro Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal.

cadáveres para barcas e as céleres cerimónias fúnebres com o seu afundamento no mar foram o meio de simplificação dos rituais religiosos e a forma de evitar epidemias. A disponibilização de hospitais de emergência para os feridos e de campos para os desalojados completam-se com o auxílio alimentar prestado aos sobreviventes. A limpeza dos escombros é acompanhada de planos de reconstrução com a colaboração de uma equipa composta por engenheiros e arquitetos que visa a segurança estrutural da cidade. Esta garantia da segurança pública completa-se com a prevenção dos saques e penalização dos saqueadores não faltando, ao mesmo tempo, medidas de luta contra a superstição.

Após o terramoto, e no sentido de mentalizar as populações de que as causas do incidente tinham sido naturais e não de índole divina Marquês de Pombal, para evitar desnecessárias penitências, manda compor e publicar um folheto escrito por um clérigo, para ser desde logo bem aceite por toda a população. Ora o jesuíta Malagrida¹¹, lendo-o, publica um outro panfleto com o desmentido, combatendo com indignação o que ele considerara de falsas doutrinas e, recomendando procissões, expiações, dias de recolhimento e meditação, atribui a catástrofe a castigo divino e amaldiçoa os que preparam os abrigos e reconstroem a cidade. As profecias que difundiam os conceitos religiosos baseados em castigos divinos conduziam ao terror social para o qual, em muito, contribuiu o nervosismo religioso agitado pelas profecias de Malagrida que, ao contestar o folheto mandado imprimir por Marquês de Pombal¹² foi preso, entregue à Inquisição e condenado à morte na fogueira. Esta cisma genesíaca foi sendo ultrapassada com alguma morosidade apesar de se irem interiorizando as filosofias iluministas expressas nas diversas produções literárias e publicações traduzidas, entre as quais se contam o *Poème sur le désastre de Lisbonne*¹³, de Voltaire, inserido no seu livro *Œuvres Complètes*, considerado um tributo favorável à reforma da mentalidade e à aceitação do método científico demarcando, assim, as causas naturais das morais ou religiosas.

O sismo também foi sentido em algumas regiões litorais de Marrocos, por altura em que Mulei Abdallah, filho do falecido soberano Mulei Ismael, era governador da região meridional e impulsionador da erradicação das revoluções internas, o qual teve uma

¹¹ Gabriel Malagrida (1689-1761), padre italiano, jesuíta, que regressa do Brasil em 1751 e passa a residir em Setúbal.

¹² *Dicionário de História de Portugal*, (1991).

¹³ VOLTAIRE (1756), «Poème sur le désastre de Lisbonne», *Oeuvres Complètes de Voltaire*, L'Association "Voltaire Intégral", consultado na Biblioteca Digital da Unicamp, Brasil, e disponível em http://www.voltaire-integral.com/Html/09/13_Lisbonne.html#POÈMELisb

intervenção notável ao incentivar a reabilitação das cidades portuárias através da atribuição de facilidades e privilégios aos que se determinavam a colaborar na reconstrução¹⁴.

Apesar da tentativa de manutenção da neutralidade no conflito que opunha as Coroas francesa e britânica desde 1756 e da conservação da aliança com os ingleses, Portugal é forçado a entrar em guerra quando recusa aliar-se com a França, Itália e Áustria para combater a Inglaterra. Ao mesmo tempo, o mercantilismo procedente das colónias enfrenta uma grave crise que, ao invés da necessária redução de despesas, vai refletir-se no aumento de impostos, opção de Pombal para não lesar o ostentoso estilo de vida da casa real. Com o comércio açucareiro das Antilhas a substituir o do Brasil nos grandes mercados europeus, o tráfego negreiro e as remessas de ouro veem-se substancialmente reduzidas contribuindo, assim, para o decréscimo da importância de Portugal na placa giratória do comércio colonial. As companhias pombalinas tentam atrair os mercados com a introdução de novos produtos tais como o algodão e o arroz, mas sem alcançar o sucesso desejado. Esta crise comercial vê-se agravada com a Guerra dos Sete Anos que, entre 1756 e 1763, envolve grande parte dos países europeus, na opinião de muitos mais um indício do início da Época Moderna. Os espanhóis, em abril de 1762, iniciam invasões em Portugal entrando por Trás-os-Montes e conquistando parte do norte até Castelo Branco, refreados apenas pela intervenção dos vários confrontos com as milícias locais. Com um exército de apenas vinte mil homens, os portugueses preparam-se para defender Lisboa, o que não chega a ser necessário em virtude da assinatura de um acordo de cessação de fogo em novembro desse mesmo ano. Apesar disso, fazia-se sentir a necessidade de criar um exército apropriado, o que apenas se conseguiria com a eliminação dos problemas habituais existentes, tais como a escassez de efetivos, a falta de material, a penúria das fortificações ou os atrasos dos soldos, autênticas fontes de discórdia e indisciplina. A tão necessária reestruturação militar aumenta as despesas da monarquia, o que origina um novo aumento de impostos, cobrado à sombra do Erário Régio¹⁵ criado por D. José I em 1761 para a reorganização fiscal do reino.

A política mercantilista, visando a retenção do ouro de forma a evitar a ameaça de perda de poder, o bloqueio à entrada de artigos estrangeiros para comercialização nas praças de Lisboa e Porto e a diminuta produção nacional revelaram ser medidas

¹⁴ BRANDÃO, Fernando de Castro (2004).

¹⁵ *Dicionário de História de Portugal* (1991). O Erário Régio, centro de toda a contabilidade pública e símbolo de centralização financeira absoluta, permitia ao inspector-geral do Tesouro, Sebastião José Carvalho de Melo, controlar de forma sistemática todas as receitas e despesas das contas públicas aumentando, assim, a fiscalização e reduzindo a fuga aos impostos. Este era o cargo hierarquicamente subordinado ao do soberano.

insuficientes para combater a necessidade da nação, com fortes prejuízos para os pequenos comerciantes. As enérgicas e decisivas intervenções pombalinas opunham-se às hesitantes tomadas de decisão do monarca. Apesar da insegurança demonstrada ao longo do seu reinado, D. José I assume a iniciativa de, com um só gesto, impedir a entrada de Pombal no Paço Real nos finais de 1776, um ano antes da sua inesperada morte. Até Pombal foi surpreendido, pois empenhava-se em convencer o rei a aprovar a lei sálica e, dessa forma, evitar que o trono passasse para a sua filha primogénita, como veio a acontecer, mas sim para o seu primeiro neto, o príncipe D. José, a quem eram proporcionados os melhores mestres e de cujos ensinamentos o jovem amplamente usufruía, enchendo o reino de esperança. Infelizmente, o príncipe faleceu aos vinte e sete anos de idade vitimado por varíola, apesar de se ter suspeitado de envenenamento.

Pelo facto de só ter tido filhas é a mais velha, D. Maria, que enquanto princesa do Brasil casara com o seu tio, o infante D. Pedro, que sobe ao trono em função de não vigorar em Portugal a lei sálica. Aclamada por todo o povo, ficou conhecida pelo cognome de “*a piedosa*”. Era uma pessoa frágil, vacilante e muito religiosa sem ser portadora do fulgor que as suas irmãs espalhavam pela corte. Casando com um homem igualmente tímido, hesitante e devoto, esperava-se que o casal régio não passasse de uma dupla de marionetas facilmente manobráveis pelos membros da Corte. Enquanto o primeiro ministro estuda a melhor maneira de os anular, a atitude da Corte assume gigantescos contornos de vingança em resposta a todos os que Pombal prejudicara. Alguns fidalgos, membros do clero, familiares dos considerados injustamente encarcerados, e alguns partidários dos Jesuítas foram os propulsores de intensas represálias que fizeram a rainha vacilar.

Para tentar acalmar os ânimos Pombal foi demitido e exilado e, uma semana depois, as portas das prisões foram abertas e todos os prisioneiros libertados¹⁶. D. Maria I, que considerava a governação um dever religioso, fica atordoada com tamanha desordem. Sabendo não se poder apoiar nos conselhos do seu marido, resta-lhe refugiar-se no acompanhamento do seu confessor. Homem esclarecido e dotado de um elevado sentido crítico, Fr. Inácio de São Caetano¹⁷ não apenas a aconselhava e apoiava, como instava com

¹⁶ MATTOSO, José (1994), MEDINA, João (1993).

¹⁷ *Dicionário de História de Portugal* (1991). Fr. Inácio de São Caetano (1719-1788), filho de lavradores abastados, convenceu os pais da sua vocação eclesiástica em detrimento da militar. Frequentou o curso de humanidades e de artes, e estudou teologia em Coimbra. Nomeado lente de teologia no colégio de Braga em 1745, nove anos depois é eleito prior do mesmo e considerado um teólogo de grande envergadura. Em 59 foi, pelo primeiro-ministro de D. José I, nomeado confessor da princesa da Beira e futura rainha D. Maria I, lugar que tinha sido deixado pelos confessores jesuítas expulsos por ordem do Marquês de Pombal em 1759. Nomeado pelo Papa Pio VI arcebispo de Tessalónica desfrutou, a pedido da rainha, de uma pensão de dez mil

os ministros para lhe darem todo o apoio necessário à governação. Apesar de não ser defensor da política pombalina, a sua intervenção conteve o agravamento da violência que envolvia a perseguição a Pombal, amenizando as reações populares que poderiam vir a ser um grave impedimento ao desenvolvimento e progresso em Portugal. A rainha, demasiadamente mística e facilmente manipulável, considerava o confessor um santo e tratava-o com a veneração devida a um mártir canonizado, enquanto Fr. Inácio lhe repreendia as beatices.

Com D. Maria I à frente da governação do país, há diversas mudanças a operar a nível interno e externo. Internamente, a nobreza volta a conquistar a influência perdida e a Viradeira¹⁸ invalida a maior parte das decisões pombalinas. A nomeação do experiente diplomata Martinho de Melo para Ministro da Marinha e Ultramar favorece a reabilitação da marinha de guerra, transformando o país numa notável potência naval em que a redução do número de efetivos no exército foi acompanhada do reforço disciplinar. A sua governação passou, também, pela remodelação da administração pública e pela descentralização do Estado, ao mesmo tempo que os planos de reabilitação e reconstrução da cidade propostos por Pombal foram sendo executados. O incremento da agricultura levou ao aumento da produção de trigo, frutos, azeitona e lã, e ao desenvolvimento das produções manufactureiras tais como o vidro, tecidos e sabão, o que contribuiu bastante para o aumento dos impostos arrecadados¹⁹.

Assim como D. José I, também a rainha era muito dedicada aos assuntos culturais e é graças a ela que, e num contexto cultural profundamente iluminista é, pouco depois da sua aclamação, fundada a Escola de Fiação de Trás-os-Montes em 1778 e, no ano seguinte, a Academia Real das Ciências em Lisboa, a Real Academia da Marinha, a criação da Aula Pública de Debúcho e Desenho do Porto, a Aula de Pilotos e a Academia Real da Marinha, para além da edificação da Basílica da Estrela, com toda a sumptuosidade das esculturas e obras de arte em sinal de extrema reverência no cumprimento da promessa feita caso desse à luz um filho varão para futuro soberano. A proteção social aos mais desfavorecidos

cruzados, assim como da Quinta do Prado e da residência episcopal. Publicou alguns sermões, assim como compêndios e obras de orientação religiosa.

¹⁸ *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal* (1990). Designação atribuída às táticas de D. Maria I que tornaram ineficazes as políticas pombalinas, verificando-se a redução do controlo da economia por parte da Coroa, a extinção de alguns monopólios mercantis e sequente favoritismo dos pequenos empreendedores, a libertação de alguns presos políticos, para além da restauração do papel da Igreja no Estado.

¹⁹ MATTOSO, José (1994), MEDINA, João (1993).

também foi contemplada com a fundação da Real Casa Pia de Lisboa em 1780 e, a 17 de Dezembro do mesmo ano, foi inaugurada a iluminação pública da cidade de Lisboa. A fundação da Aula Régia de Desenho em Lisboa em 1781, do Instituto das Salésias em 1782, da Academia Real de Fortificações, Artilharia e Desenho em 1790, do Seminário de Cernache em 1791 e da Real Biblioteca Pública de Lisboa em 1796, atual Biblioteca Nacional, foram acompanhadas pela construção de hospitais em Lisboa e no Brasil. No mesmo ano foram criadas a Academia Real de Guarda-Marinhas, o Ensino dos Engenheiros e Construtores Navais e o Observatório Real da Marinha. Autorizou, ainda, a criação da lotaria no sentido de dilatar o número dos que beneficiavam dos serviços da Misericórdia de Lisboa e enviou diversas missões científicas a Angola, Moçambique, Cabo Verde e Brasil.

Entretanto, a conjuntura europeia altera-se denotando-se, por um lado, o declínio generalizado do mercantilismo e, por outro, o impulso crescente do comércio livre, o que veio a favorecer o aparecimento de novos mercados. O ano de 1776 fora um marco na história da América e da Europa, pois o sucesso da revolução americana era a prova de que as velhas monarquias europeias podiam ser derrotadas no âmbito da formação de um novo tipo de ordem política. Com a independência dos Estados Unidos²⁰, e em virtude das despesas da fazenda régia estarem sujeitas à autorização de Lisboa no sentido de evitar derrapagens financeiras, o porto do Funchal deixou de ser local de passagem da maioria das embarcações americanas que, habituadas a deixar cereais, levavam vinho Madeira, o que provocou uma redução das receitas de exportação vinícola²¹.

Daí que as políticas externas do reinado de D. Maria I tenham tido impacto, não só a nível comercial, mas também diplomático e legislativo. Em 1785, o casamento do seu filho D. João com a filha primogénita do Rei Eduardo IV de Espanha, D. Carlota Joaquina, com apenas dez anos de idade, e no mesmo ano o enlace da infanta D. Maria Vitória com o infante espanhol D. Gabriel António de Bourbon, foram estratégias diplomáticas bem conseguidas para findar com os conflitos entre Portugal e Espanha e enaltecer a máxima de que só a paz servia os interesses dos ibéricos, uma vez que as relações com a Inglaterra estavam enfraquecidas. A atitude de Portugal em relação à França também é

²⁰ Ratificada a 4 de Julho de 1776 pela Declaração da Independência dos Estados Unidos, que libertou as treze províncias americanas do jugo britânico, o qual utilizava os recursos do norte para financiar os custos com a guerra.

²¹ RIBEIRO, Jorge Martins (1993) e (2004).

tendencialmente amistosa, aliando-se ao Tratado do Pardo²² e conquistando, três anos depois, o reconhecimento da soberania portuguesa em Cabinda por parte do governo francês. Destaca-se, ainda, o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio que negociou com a Rússia entre 1784 e 1789 em resultado do aparecimento de novos mercados de exportação, verdadeiros vestígios de liberalização comercial.

D. Maria I e o marido, D. Pedro III, residiam no recém construído Palácio de Queluz, ao qual imprimiram um cunho pessoal transformando-o no legado de excelência arquitetónica e arte que hoje podemos desfrutar. Dos seis filhos nascidos apenas um sobreviveu, D. João, que viria a ser príncipe regente em virtude da doença da mãe que, nos finais da década de oitenta, apresentava episódios de avançada loucura resultantes, pensava-se na época, da desintegração da sua enorme sensibilidade entristecida por diversos acontecimentos, entre as quais o falecimento do marido, D. Pedro III, em 1786, e do filho primogénito, D. José, dois anos depois. Decerto que as tragédias ocorridas durante o reinado de seu pai e as eventuais culpas que, injustamente, a soberana arcava sobre os seus ombros, haviam contribuído para conflitos religiosos interiores que foi deixando por resolver. No entanto, foi a surpresa da morte de Fr. Inácio de São Caetano que mais a perturbou. Quando o confessor foi encontrado caído e sem fala na Matinha, bosque anexo ao Palácio de Queluz e para onde gostava de ir passear, a rainha, que revelava fragilidade, não aguentou a pressão²³. Sucedendo-lhe como confessor o bispo do Algarve, D. José Maria de Melo²⁴ este, contrariamente ao seu antecessor, explorou a devoção da rainha para a induzir aos deveres da consciência, entre os quais o da reabilitação dos Távoras²⁵, ato indispensável para afastar a cólera divina. A sua reação às mortes do marido e do filho

²² O Tratado do Pardo foi assinado a 11 de Março de 1783 por D. Maria I e D. Carlos III de Espanha, com o alvo de solucionar as desavenças territoriais por não cumprimento do Tratado de Tordesilhas.

²³ *Dicionário de História de Portugal* (1991).

²⁴ D. José Maria de Melo (1756-1818), bispo do Algarve e confessor de D. Maria I a partir de 1787, homem muito erudito em estudos clássicos mas dotado de um fanatismo acérrimo e, até, prejudicial ao país.

²⁵ *Dicionário de História de Portugal*, (1985). Com origens que remontam ao século XII a um dos filhos de Ramiro II, rei de Leão, a família dos Távoras é um dos casos de famílias que, por desempenharem cargos militares ou administrativos no reino, beneficiavam de nomeações sociais. Durante o reinado de D. José I a relação entre este e os Távoras agudizou-se por ausência de reconhecimento dos serviços por eles prestados na Índia, constando-se que a família teve de se empenhar para sustentar o governo do império no oriente. Também o facto de um membro da baixa nobreza, como o era Sebastião de Carvalho e Melo, se encontrar em exercício do poder, instigava este a lutar contra a alta nobreza e aproveitar todas as oportunidades para lhes reduzir o poder adquirido, como fez ao atribuir-lhes a origem do atentado a D. José I em setembro de 1758. Os homens foram executados e as mulheres e crianças foram espalhados por conventos e mosteiros, ao mesmo tempo que todos os bens de família passaram a estar na posse da Coroa. D. Maria I, ao subir ao trono, mandou libertar todos os membros daquela família, restituiu-lhes os títulos mas jamais invalidou a decisão do pai. Entre o seu património contam-se palácios (o Paço dos Távoras em Mirandela e o Palácio de Santos e o das Galveias, em Lisboa) e solares como o de Pinhel tendo, também, sido os responsáveis pela construção de pontes e igrejas por todo o país.

instavam-na a preces prolongadas. Atribulada e débil, D. Maria I foi enfraquecendo e começou a ter indícios de uma loucura que se revelou incurável.

Assim, foi também neste contexto que tomou conhecimento das desordens que derrubaram o trono de França em 1788. Apesar de tudo, e tal como os restantes soberanos europeus, a monarca encarava, em 1789, a Revolução Francesa como um acontecimento interno da França. A par das angústias interiores, as trágicas notícias que iam chegando dos acontecimentos revoltosos em França juntavam-se à suspeita de atentado que a tentaram convencer existir contra ela. A culminar toda esta insegurança estavam os conselhos do bispo do Algarve que, ameaçando-a com as chamas infernais de cada vez que se recusava a seguir os seus conselhos, levaram a sua capacidade mental a ultrapassar os seus próprios limites e a atingir o ponto de não retorno. Como a sua função conselheira no paço acabou por ser considerada inútil e, até, perigosa, D. José Maria de Melo acabou por ser dispensado, tendo continuado como inquisidor-mor, fixando residência no palácio da inquisição. O primeiro ataque da rainha em público foi em 1791, à saída de um espetáculo no Teatro Real de Salvaterra de Magos, e nem a terapia de banhos quentes, as imagens religiosas espalhadas pelo quarto ou a vinda do Dr. Willis, o médico da corte inglesa, impediram que a soberana soltasse gritos alucinantes pelo pavor que as sombras de forcas e usurpadores lhe provocavam. Entretanto, a sua insanidade mental agudiza-se entre 1791 e 1792 e, contrariamente ao previsto, a soberana não melhora, vendo-se o príncipe forçado a assumir a governação. Primeiramente, entre 1792 e 1799, assinava em nome da rainha e, a partir desta data até 1816, assumindo as funções de Príncipe Regente e respeitando o plano sagrado da realeza apesar de não depender da mãe, situação que a Corte marroquina conhecia e lamentava²⁶.

Ora, o terror leviatanesco que disseminava em França e assolava a Europa, e a tendência para o nacionalismo expansionista, levaram à união entre as restantes potências europeias para as quais possuir terras já não era o mais importante pois deixara de ser sinónimo de detenção de poder. Uma vez que as relações sociais apresentavam tais alterações em relação às do mundo feudal, começa a instalar-se uma nova ordem política e social. Esta era uma época de transição em que o pensamento racionalista e individualista dos negociantes e mercadores se fortalecia e dava consistência ao desenvolvimento o que, de certa forma, contribuía para o gradual desmoronamento da mentalidade feudal. Até ao

²⁶ A.C.L., MV, CA, Cx. 272, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal, fl. 175-176, onde lemos “*Nós vivemos com cuidado na molestia da Rainha, e pedimos a D^o que a milhore como esperamos, que sejam aceitos os nossos rogos*”.

final do século XVIII foram-se estruturando novas ordens, não só económica, mas também política e institucional, que deram forma ao denominado capitalismo comercial²⁷ e ao liberalismo, nos quais a nobreza, apesar da sua posição social ser garantida pelas propriedades rurais e pelos títulos recebidos, procurava novos desafios políticos e económicos para fazer face aos frequentes problemas financeiros. Em virtude de o poder de compra e a reconhecida prosperidade nos negócios não ser proporcional ao cobiçado prestígio da aristocracia, muitos sentiam-se tentados a adquirir títulos nobiliárquicos, situação que só se viria a alterar nos finais do século com a revolução industrial, a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a emergência definitiva dos ideais liberais.

2.3. Iluminismo e Revolução Francesa

Sendo o século XVIII evocado como o da mudança de atitude dos homens nas várias áreas do saber, mundialmente designado por “*época das luzes*”, passou a defender-se um nível de civilização mais apurado e associado a um esmerado conhecimento articulado com correntes filosóficas, sobretudo cartesianas, que todos os varões esclarecidos deveriam seguir. Em Portugal dá-se primazia ao desenvolvimento cultural, pois os portugueses reúnem, no seu passado recente, condições para ansiar vivamente esta nova fase. A premência de estabelecer alianças com outras nações europeias de forma a impedir nova submissão à Espanha, a necessidade de reorganização e afirmação do país após a guerra da separação e a urgência em recuperar o tempo perdido sob a governação filipina aumentam a recetividade à influência do movimento das luzes nascido em França e alargado a toda a Europa.

Na nova fase que se avizinha, e em resultado da larga circulação de pessoas, a diversidade revela-se, não nas mercadorias transacionadas como na época dos descobrimentos, mas na tramitação de ideias por toda a Europa. Na recente expansão das

²⁷ *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal* (1990). Designação que deriva do grande movimento de capitais operado nas transações comerciais visto a economia funcionar, a partir do século XV, segundo as doutrinas mercantilistas que defendem a presença do Estado nas estratégias económicas de forma a promover a solidez nacional e o incremento do poder desse mesmo Estado. Esta política contribuiu para a formação de um tipo de comerciantes mais ativos, para o aumento da produtividade agrícola e artesanal, para o desenvolvimento das zonas urbanas e do comércio, e para o início do aparecimento de um novo sistema financeiro negocial.

vias do conhecimento destacam-se a consciência do conceito de cultura e a iminente vontade civilizante e educadora, abominando-se tudo o que não tenha fundamento racional. Os modernos ideais pragmáticos apregoam a desvalorização dos séculos precedentes em função da sua utilidade, a par com a valorização da mentalidade crítica, apanágio dos países europeus mais evoluídos. As questões da universalidade da razão, amplamente divulgadas nos prestigiados salões, e as disciplinas científicas ensinadas nas academias de toda a Europa, são toques culturais oriundos de Paris ou Versailles que Portugal absorve com avidez²⁸.

Assim, surgem seis grandes grupos que abrangem os vários ramos do conhecimento e nos quais se inserem o ensino de diversas disciplinas. Por entre matérias filosóficas destacam-se a filosofia geral, a pedagogia, a religião e a moral. Nas relacionadas com a administração do governo deu-se relevância à educação militar e à modernização do exército, no qual se evidencia a figura de Marquês de Pombal enquanto indutor do novo pensamento económico²⁹. O grupo das humanidades compreendia história, direito, retórica e linguística. A área das ciências distribuía-se pela ciência geral e medicina. De seguida, e no âmbito das belas letras e belas artes ensinava-se literatura, poesia, artes e música. De entre as cadeiras de relações humanas constavam a de vida social nacional e relações internacionais, vindo estas últimas a impulsionar o forte desejo de trocas culturais expressas na elaboração e envio para o estrangeiro de catálogos dos livros impressos em Portugal, assim como das *Gazeta de Lisboa* aumentando, simultaneamente, o interesse pelas notícias estrangeiras. Na sociedade portuguesa, Luís António Verney³⁰ destaca-se como um dos maiores representantes do iluminismo ao mesmo tempo que dá voz crítica ao que soava da Europa, de onde clamavam vozes altissonantes como a dos franceses René Descartes (1596-1650) e François Marie Arouet, mais conhecido por Voltaire (1694-1778),

²⁸ *Dicionário de História de Portugal* (1991).

²⁹ MEDINA, João (1993). Para a implementação do novo pensamento económico Pombal desempenhou um papel preponderante nas reflexões pragmáticas contra a sumptuosidade e ostentação. Tais luxos eram alimentados pelas importações excessivas que obrigavam à saída de ouro do país. A par destas políticas Pombal começa a ponderar os incentivos industriais, o que leva a que a institucionalização de disciplinas, como as de Fomento Industrial ou Atenção e Proteção às Técnicas, se destacassem de entre as componentes académicas da organização do governo.

³⁰ MATTOSO, José (1994). Luís António Verney (1713-1792) foi filósofo, escritor, teólogo, padre e professor. Filho de pai francês e mãe portuguesa, formou-se em teologia pela universidade de Évora, e doutorou-se em Roma em teologia e jurisprudência. O facto de ter estado a estudar fora do país foi determinante para a aquisição das ideias que proliferavam pela Europa. Autor de *O verdadeiro método de estudar*, publicado em 1746, foi o iniciador da reforma pedagógica do reino dando o seu largo contributo para o progresso cultural de uma nação que se queria evoluída. Em função de profundas incompatibilidades com alguns compatriotas, que sempre o viam como um estrangeirado, e com o Marquês de Pombal, mudou-se definitivamente para Roma.

a dos britânicos John Locke (1632-1704) e Isacc Newton (1643-1727), ou a do italiano Ludovico Antonio Muratori (1672-1750).

Os ideais dos séculos anteriores em que se valorizavam os estudos feitos nos países estrangeiros veem-se, agora, ultrapassados. Para os humanistas esclarecidos a verdade é universal, absolutamente eficaz para ensinar e comunicável à generalidade dos indivíduos, o que também obriga, a todos os que leccionam, a obtenção da qualificação oficial adequada. O processo de aculturação condensa, em si mesmo, a difusão da instrução em todas as áreas do saber. Premeia-se o pensamento crítico, a observação em lugar da especulação, o natural e o físico em oposição ao sobrenatural, o numérico e o geométrico em substituição do indeterminado, a técnica e a prática em vez da teoria, ou seja, a apologia da razão em detrimento da privilegiada erudição de alguns. A secularização reflete-se, essencialmente, ao nível do ensino e contém, em si mesma, uma tendência laicizante que também se reflete no auxílio social, o qual deixa de estar vinculado à caridade religiosa e passa a ser entendido como beneficência pública. A época das luzes conduz rapidamente ao despotismo esclarecido em que o governo, elucidado e detentor de um plano nacional racional e organizado, nele incorpora a nobreza e o clero, assim como as ordens religiosas, sem quaisquer preconceitos que se pudessem levantar contra tal convergência. Este pragmatismo humanista, componente reveladora da tendência laicizante do governo, está na origem da secularização pombalina. Verifica-se uma visível predisposição para a influência dos países e cidadãos estrangeiros, uma característica iluminista patente na tradução e leitura de livros históricos de além-fronteiras. Este aspecto estimula uma nova consciência da história da nação e uma enorme curiosidade científica e crítica em relação ao passado, a qual estimulou os académicos a ensinarem a valorização do documento, do inventário e do rigor cronológico³¹.

O conhecimento dos domínios científicos também passou a ter a sua própria história a qual, segundo Verney, deveria ser considerada um auxiliar do método do mesmo, uma vez que faculta o ensino da verdade e evita a repetição dos erros do passado. Da mesma forma, não deixam de ser extremamente interessantes as mudanças operadas ao nível da língua, em que se valoriza a língua portuguesa elegendo-a e fixando-a como língua padrão, em detrimento do espanhol e latim, insistindo-se até na exclusão das citações latinas no discurso em português. Acrescente-se que isto tinha um enorme impacto na literatura e nos sermões religiosos. No entanto, o estudo das línguas vivas permanece em

³¹ *Dicionário de História de Portugal* (1991).

prol da circulação internacional de ideias e conhecimento, e o ensino do latim fica sujeito a um rigor suplementar ao mesmo tempo que surge a necessidade de aprofundar os estudos gregos de forma a entender os ensinamentos da Bíblia através da interpretação das línguas originais grega e hebraica. Apesar de diretamente relacionado com o estudo dos documentos sagrados, a língua árabe revelou-se de superior importância em relação à hebraica e à grega, devido à sua utilidade nas relações diplomáticas³².

O iluminismo trouxe aperfeiçoamento e inovação ao nível das técnicas utilizadas, de entre as quais se destacam a botânica, com a cultura de algumas espécies arbóreas, a tinturaria e a espingardaria, a arquitetura bélica no sentido de desenvolver a engenharia militar, assim como a medicina e farmacopeias juntamente com a crescente valorização da anatomia. A construção do aqueduto das águas livres, com os seus imponentes arcos em cantaria, contrastam com uma Lisboa conventual e simbolizam a magnificência de um projeto que, finalizado em 1748, permaneceu intacto após o terramoto de 1755, tragédia que acabou por fazer renascer das cinzas uma verdadeira cidade iluminista.

Estava, assim, feita a transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, em que o comércio era a base de todo o sistema capitalista, em que as nações se transformavam em estados com normas e valores criados à medida do novo homem ocidental. A economia de mercado e as trocas financeiras ganhavam terreno com a expansão marítima e o declínio do feudalismo, o que facultou a nova tendência do capitalismo comercial. Uma das características do pacto colonial era o facto de todos os produtos adquiridos nas colónias ficarem sujeitos ao país colonizador. A existência de ouro e prata em abundância incrementava os valores transacionados e levava ao aumento dos preços em toda a Europa, o que beneficiava os estados produtores com o aumento da sua indústria manufatureira e ampliação de riqueza. Os negociantes começaram a acumular património e moeda, pois a atividade mercantil resultava da relação íntima entre o Estado e a economia numa política de controlo e incentivos, um conjunto de ideias práticas, de medidas adotadas por vários Estados modernos, que visavam a manutenção do poder com a obtenção de recursos e riquezas.

Cada Estado delineava as suas próprias estratégias em que uns se concentravam mais na exploração das colónias e na obtenção de metais preciosos, enquanto outros optavam por desenvolver a indústria ou expandir as atividades marítimas e comerciais. No entanto, houve uma série de princípios comuns ao estabelecimento da política mercantilista. Um

³² KEMNITZ, Eva-Maria von (2010), pg. 129.

deles foi o conseguir que as exportações fossem superiores às importações de forma a obter uma balança comercial favorável. Para restringir as importações o Estado aplicava taxas alfandegárias pesadas ou até impunha a proibição de determinados artigos, caso houvesse necessidade de proteger a produção interna. Esta tática protecionista visava, essencialmente, eliminar a concorrência estrangeira. As exportações eram, usualmente, incrementadas com os incentivos ao aumento da produção interna nacional, tanto em território nacional como nas colónias. Por isso o mercantilismo sempre esteve ligado aos três vetores predominantes da exploração de metais preciosos, da obtenção de uma balança comercial benéfica e da regulamentação em vista ao protecionismo. A exemplo disso temos alguns países europeus como a Espanha, que opta pela sua exploração³³ nas colónias americanas e pela restrição das importações. Enquanto isso, a França limita as importações ao mesmo tempo que aumenta as exportações com o crescimento do setor industrial. Por outro lado, a Inglaterra favorece o desenvolvimento da indústria naval e da marinha mercante como base de desenvolvimento do comércio externo, para além de incentivar a produção interna e o mercado financeiro com a criação de companhias de comércio como forma de atração de investidores para ampliação de negócios e lucros. No entanto, não se ficando por aqui, fomentou a produção interna com incentivos, ao mesmo tempo que restringia as importações através de rigidez alfandegária. Desta forma, foi no final do século XV e ao longo do século XVI que os países ibéricos, graças à expansão ultramarina, se posicionaram na linha da frente da economia europeia tendo, também, sido os primeiros a beneficiar das riquezas dos territórios descobertos, explorando as colónias ao abrigo das políticas mercantilistas da época³⁴.

2.4. Relações de interesse com Marrocos

Até ao século XV, a situação de instabilidade e desagregação política entre os países da Europa foi um elemento facilitador para o desenvolvimento das relações comerciais

³³ O que, a longo prazo, pode ter efeitos negativos porque há a tendência de não estimular as atividades agrícolas e manufatureiras, tornando o país dependente da importação, podendo vir a não conseguir manter a balança comercial equilibrada.

³⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. (1998).

transarianas. Com o domínio do mediterrâneo ocidental por parte de países do magrebe³⁵, esta fase de crescimento económico significativo inverte-se quando os europeus se iniciam numa fase expansionista³⁶.

No contexto peninsular, Portugal necessitava de se afirmar e consolidar a sua independência territorial o que fez, nomeadamente durante dois séculos, através do reinado da dinastia de Avis, entre 1385 e 1582, com a criação de novas fronteiras com Castela. Fundamental era, ao mesmo tempo, a sua autonomia económica, para a qual contribuiu a conquista de Ceuta, chave mestra para o Estreito de Gibraltar e expansão para o norte de África, iniciando-se a sua presença em Marrocos no princípio do século XVI, no reinado de D. Manuel I. A importância geoestratégica de Ceuta justificava o assumido direito de conquista por parte dos portugueses, pois as condições de acesso facilitavam o ancoradouro e a defesa. Note-se, porém, que a tomada daquela cidade fora apresentada às restantes nações como justificação para a cristianização do continente africano, considerada legítima visto tratar-se da reconquista da fé cristã aos territórios usurpados pelos muçulmanos³⁷. O Clero ampliava velozmente o seu poder com as avultadas contribuições de rendas eclesiásticas. Ao mesmo tempo a Cruzada, movimento militar de inspiração cristã, canalizava importantes apoios internacionais, em especial por parte do Papado, para subjugar os povos ao Cristianismo, visto acreditar-se que o fim dos tempos estava próximo.

Uma vez que o direito de conquista do território mouro era repartido por Portugal e Espanha no sentido dos meridianos, a África do norte estava adstrita à nação lusitana. Havia, no entanto, fatores ainda desconhecidos que podiam vir a ser úteis a tais estratégias, entre eles a colonização das ilhas atlânticas e dos territórios africanos situados a sul do Cabo Bojador. Para tal, a monarquia portuguesa via-se forçada a interferir em território muçulmano. Tais políticas expansionistas forçam a criação de novos moldes de segurança nos quais importa que as estratégias sejam equilibradas e tenham em conta a harmonia entre culturas.

³⁵ Magreb refere-se à posição ocidental de uma região africana em relação ao resto do mundo islâmico. Assim, os países magrebins são os que se situam na zona noroeste de África, mais especificamente Marrocos, Argélia e Tunísia, para além do território não autónomo do Sahara ocidental. Se considerarmos o grande magreb devemos incluir a Mauritânia e a Líbia.

³⁶ BRANDÃO, Vicente de Paiva (1998).

³⁷ VIEIRA; Padre António (2007). Considere-se, a título de exemplo, o seguinte excerto pregado por Vieira em Roma, no ano de 1650: “Glória singular é de Portugal, que nem do Reino, nem em toda a Monarquia domine um só palmo de terra, que não fosse conquistada a infiéis. Tudo quanto dominou a luz neste mundo, foi conquistado às trevas, porque elas o possuíam primeiro. E assim como o ofício do Sol é ir sempre seguindo, e perseguindo as trevas, e lançando-as fora do mundo; assim também os Portugueses aos Infiéis”.

O expansionismo atlântico em direção a África foi, certamente, um enorme empreendimento com várias facetas. Assinala-se que os portugueses defendiam o direito de se estenderem até Marrocos graças ao plano de expansão exposto no Tratado de Alcáçovas em 1479. A par dos ganhos previstos havia um interesse real na importação de cereais para fornecimento do mercado nacional que não descartava a conveniência da aquisição de especiarias, têxteis, ouro e escravos. Estavam, no entanto, os interesses religiosos acima de quaisquer outros, e a cristianização assumia a primazia.

O reconhecimento da orla africana, a defesa dos mares e embarcações do ataque dos corsários, a tentativa de ocupação das Canárias, o incremento das atividades pesqueiras e as frequentes navegações para abastecer Ceuta contribuíram, seguramente, para o povoamento da ilha da Madeira e para a formação das ilhas atlânticas, apesar de o isolamento das ilhas não aliciar nem facilitar tal tarefa. Por isso o litoral africano e o mundo insular atlântico podem ser vistos como faixa limítrofe ou fronteira para o encontro de culturas. Ao longo da etapa das descobertas, as ilhas atlânticas assumiram funções de vanguarda na cristianização e colonização de regiões distantes graças à sua estratégica localização geográfica, pois serviam de escala para abastecimento de navios. Neste contexto a ilha da Madeira revelou ser, com toda a sua marcante identidade lusitana, um elemento chave no prolongamento da Europa, pois o universo cultural da Madeira transcende a ilha e ergue vínculos com terras distantes, quer no continente africano, quer no americano³⁸.

Esta conjuntura, impulsionadora da exploração marítima, originou o desenvolvimento do departamento da marinha, não só através do treino das tripulações, mas também pelo aumento do número de embarcações e incremento dos portos abertos à navegação internacional, tais como os de Lagos e Tavira, resultantes da estimulação da atividade marítima no Algarve. Para D. Manuel I, a coordenação das empresas ultramarinas deveria sedear-se na ilha da Madeira transformando-a no centro operacional da expansão portuguesa até ao sul de Marrocos, com a obrigação de fornecimento de todas as matérias-primas e víveres necessários à cidade de Mogador, intenção bem visível na ordem régia datada de 5 de Setembro de 1506 e concretizada com enorme sucesso. Não é de estranhar, portanto, a elevação do Funchal a cidade em 1508. Graças à excelência da sua localização geográfica, a colonização da ilha da Madeira permitiu o seu reconhecimento junto da Corte portuguesa, nomeadamente em relação à vantagem na administração dos territórios

³⁸ FARINHA, António Dias (1986), pg. 360-370.

ultramarinos. A comprová-lo está o auxílio que a Madeira prestou às milícias de D. Manuel em Marrocos aquando do cerco dos mouros à cidade de Safim em Dezembro de 1510 com o envio de soldados e fidalgos. Assim, ao longo do século XV, assistimos ao envio de açúcar para Marrocos e de grandes quantidades de madeira como matéria-prima que se revelava substancial para a construção.

Ao longo do século XVIII a Madeira manteve relações comerciais com as praças marroquinas, em especial as de Agadir, outrora Santa Cruz da Berbéria, assim como Mogador, Safim e Mazagão, construídas a expensas das suas alfândegas no início do século XVI. Tal iniciativa deve-se a D. Manuel I que planeou centralizar na ilha da Madeira, não só as intervenções no norte de África, mas também as exercidas em todas as regiões servidas pelas rotas marítimas, facto pelo qual se impunha a defesa dos mares. Comercializavam-se bens essenciais de sobrevivência entre os quais farinhas, peixe salgado, couros, cera e frutos secos, entre os quais amêndoas e tâmaras. O comércio, que já se realizava no início do século, viu-se revitalizado pela assinatura do Tratado de Paz, Navegação e Comércio, assinado em 1774, assim como pela fixação em território marroquino dos cônsules portugueses Jorge Colaço, em Tânger, e Manuel da Silva, no Mogador, plenamente reconhecidos pelo sultão de Marrocos. Esta nova fase é caracterizada pela cooperação resultante da reciprocidade de interesses e vantagens, em que ambos os países anseiam por soluções de paz, ao invés de guerra³⁹.

No entanto, nem sempre foi assim. Apesar das intenções e insistências, D. Manuel não assume a retirada de Mazagão. Corria o ano de 1514 quando foi erguida a primeira fortaleza em consequência da conquista de Azamor ocorrida no ano anterior, que era agora a porta de acesso para Mazagão. Quando, em 1541, os mouros entraram em Santa Cruz do Cabo de Gué, o rei D. João III mandou abandonar Safim e Azamor, mas manter a praça de Mazagão e fortificá-la ainda melhor. Em 1550 foi a capitania de Alcácer Ceguer devolvida aos mouros e, em Abril de 1640 foram os mazaganistas, de balde, cercados pelos mouros. Distanto apenas dez quilómetros de Azamor e detentora de uma ampla baía propícia à segurança das embarcações passou, a partir do século XV, a ser utilizada pelos portugueses para a exportação de cereais. Estrategicamente localizada entre as províncias de Duquela e de Enxovia, a sua ocupação desfavoreceu os portugueses em virtude da ameaça que consistia para as cidades de Fez e Marraquexe, o que provocou instabilidade no reino de Marrocos. A expectativa de se abastecer nas áreas circundantes à cidade saiu lograda pois

³⁹ *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (1994).

as populações abandonaram as suas áreas de residência desertificando, assim, os arredores de Mazagão. Esta atitude dos marroquinos ainda alimentou mais o ódio contra os cristãos o que, se não fossem as boas relações diplomáticas que se conseguiram estabelecer ao longo das décadas seguintes, poderia ter sido fatal para o comércio português no litoral marroquino. Só em 1769 Portugal optou por consolidar renovadas e pacíficas relações comerciais. Esta foi uma mudança geradora de segurança e orientada para um futuro estável e duradouro, depois de Marrocos ter deixado de fazer parte da política externa portuguesa em resultado da falta de interesse comercial, das crises cerealíficas e da instabilidade interna que o país sofreu durante vários anos. A variedade de comercialização de bens de consumo, aliada à necessidade de navegação marítima em segurança leva a que as nações europeias anseiem por equilíbrio, que só se consegue com a normalização das ligações com a regência de Argel.

Conveniente e urgente era estabelecer a paz com o governo argelino, que frequentemente infestava o litoral português com as suas esquadras marítimas chefiadas por turcos especializados na nevegação e munidos de homens de várias tribos, ágeis no manejo de armas brancas e desejosos de aterrorizar as nações cristãs. Daí que Portugal mantivesse, permanentemente, uma esquadra no Estreito de Gibraltar, de forma a dificultar a passagem dos argelinos para o oceano atlântico. Ora, a dificuldade estava em chegar a algum acordo de paz com Argel e, assim, conquistar a segurança necessária ao comércio marítimo para evitar a perda de mercadorias, embarcações e homens. O Estado barbaresco mantinha-se na governação da regência graças à articulação de forças entre a marinha e as milícias, estimulando confrontos com algumas das potências europeias de forma a dar uso às incursões dos corsários e desfrutar das glórias e riquezas roubadas. As embarcações aprisionadas simbolizavam, não só homens, mercadorias e navios, mas também o aspecto simbólico da humilhação feita às nações cristãs alimentando, ainda mais, o orgulho das nações africanas e a cobiça. Argel não queria paz, pois a guerra era o seu mais vantajoso meio de subsistência⁴⁰. Não é por acaso que todos os estados cristãos do mediterrâneo enviavam, anualmente, ofertas para a regência argelina. Por entre pólvora, canhões, balas, âncoras, amarras ou lona, também ia madeira, ferro e chumbo. Os países da

⁴⁰ LEWIS, Bernard (1994). Ao acordar a paz com Espanha Argel anunciou que, a partir daquele momento, os seus corsários procederiam com dobrada violência contra as embarcações dos outros países, apenas pelo facto de se encontrarem impedidos de atacar as da nação espanhola.

europa setentrional pagavam, ainda, elevados tributos e enviavam presentes de alto valor para manterem o seu direito à navegação no grande mar interior⁴¹.

Assim sendo, antes de chegar a acordo com Argel era indispensável garantir a paz com Marrocos. Era determinante que a nação portuguesa reconhecesse a insubstituível posição geoestratégica que o império marroquino detinha, em que toda a sua extensa faixa litoral era propícia a inúmeros esconderijos de corsários. Se a paz marroquina não se proporcionasse, era mais que certo que os corsários argelinos se juntariam aos marroquinos, expondo a praça comercial portuguesa a sérios perigos. Com a liberdade de navegação oceânica em risco, o agravamento do custo dos seguros marítimos teria consequências nefastas imediatas no preço final das mercadorias. Para além disso há a particularidade de, sempre que uma esquadra portuguesa chegava a qualquer porto de Marrocos, ser imediata e gratuitamente assistida com grande quantidade de mantimentos e água fresca sem que, para isso, ficasse sujeita ao pagamento de quaisquer direitos ou impostos. Por isto, a segurança da marinha mercantil, podendo parecer um exíguo pormenor, é de infundo valor. Daí o grande empreendimento de Portugal em readaptar a sua política externa aos interesses do soberano marroquino, reforçando a sua intenção com a renovação do previamente estabelecido nos acordos e com atitudes práticas em alturas de crise económica e demográfica.

Desde sempre Portugal procurou estabelecer relações cordiais com Marrocos mas a ocupação de Mazagão impediu qualquer tentativa de normalização, principalmente porque esta ocorreu durante a guerra santa, quando os árabes tentavam recuperar todos os portos ocupados pelos cristãos. Efetivamente, a entrega de Mazagão foi, por diversas vezes, exigida ao rei de Portugal⁴². Tal persistência, ao invés de atizar conflitos bélicos entre as duas nações, pavimentou o caminho para o diálogo em direção a uma colaboração mais ativa. Só depois da retirada é que o sultão Sidi Mohammed ben Abdellah enviou Manoel de Pontes⁴³ a Portugal para dar início à formalização de tréguas. Depois de o receber, o rei enviou-o de regresso a Marrocos com uma carta em que solicitava que o sultão diligenciasse com rapidez as conversações para a assinatura de um tratado de paz entre os

⁴¹ A.N.T.T., M.N.E., cx. 272. A França era o país que se destacava pelo envio, em segredo, de soberbos “regalos” endereçados ao ministro do tesouro público da regência de Argel. Não é por acaso que, nas suas instruções iniciais, Melo e Castro recomende a Landerset que suspeite, principalmente, dos consules franceses, pela maior influência que desfrutam junto dos argelinos.

⁴² MARTINS, António Oliveira (1937). Em 1677 aquando da chegada de uma embaixada portuguesa a Marraquexe, em 1689 a pedido direto do sultão, e por duas vezes em 1691. Os seus sucessores seguiram a mesma política de tentativa de recuperação de Mazagão e, a 1 de Dezembro de 1768, 75000 homens cercaram a cidade, tendo esta sido abandonada pelos portugueses a 11 de Março de 1769.

⁴³ Ex-prisioneiro ao serviço do rei.

dois países. Como resultado desta carta, D. José I recebeu inúmeros e valiosos presentes do seu homónimo marroquino, de entre os quais se contavam pérolas preciosas, mousselines e outros tecidos de excelente qualidade, para além de vários panos bordados. Note-se que a relativa urgência que o soberano português aparentava quanto à assinatura da paz com Marrocos tinha fundamento pois, mesmo durante o período de tréguas e do seu prolongamento por mais dois anos, o comércio desenvolveu-se favoravelmente mas, nem por isso, inibiu alguns corsários marroquinos de atacarem as embarcações lusas nas costas atlânticas portuguesas, nem de abrirem fogo sobre os navios ancorados no porto de Lisboa. Face a isto, os portugueses capturaram dois navios marroquinos, tendo ficado a tripulação detida, o que veio acelerar a finalização das negociações. Desta forma foi, no final de Setembro de 1773, o almirante militar de origem holandesa, José Rollen Van-Deck⁴⁴, empossado ministro delegado e enviado à presença do sultão de Marrocos para negociar o tratado de paz. Não lhe foi possível dar seguimento às negociações por ter falecido a 18 de novembro, vindo a ser substituído por Bernardo Simões Pessoa⁴⁵, consul geral de Portugal e que integrava a comitiva.

É Fr. João de Sousa quem revela os contratemplos provocados pelo falecimento do diplomata holandês cujo funeral os padres não queriam receber, visto ser hábito os mortos serem enterrados fora das portas da cidade. Pelo facto de o dono da casa onde viviam ser um judeu, podia este vir a despejá-los no futuro e a desenterrar o cadáver. De forma a superar este impedimento, Mulei Mohâmede comprou a propriedade e doou-a aos padres⁴⁶. Após este contratempo se encontrar resolvido as negociações retomaram a 24 do mesmo mês e o tratado foi assinado a 11 de dezembro de 1773. Importa salientar o facto de o sultão ter nomeado o seu filho primogénito para acompanhar as negociações, em vez de um habitual ministro do seu governo. Isto revela a importância e deferência que o soberano marroquino nutria pelos lusos. Na mesa também se negociava, por parte de Portugal, a libertação dos dois navios marroquinos depois de reparados e equipados, como prova da sincera reconciliação entre reinos.

Por entre as novas diretrizes encontrava-se a política de abertura dos portos marroquinos no atlântico de forma a estimular a comercialização com a Europa. Note-se que, ao conseguir esta colaboração, Marrocos beneficiava com o facto de, ao mesmo tempo

⁴⁴ José Rollen van Deck (?-1773), capitão de mar e de guerra das Armadas Reais, ministro plenipotenciário nomeado pela Corte portuguesa e homem de grande cultura que serviu o soberano português durante muitos anos, falecido em Marraquexe durante as negociações do tratado de paz e de navegação.

⁴⁵ Bernardo Simões Pessoa (?-1786), primeiro cônsul-geral da nação Portuguesa nomeado para desempenhar o cargo em Mogador de 1773 até 1779.

⁴⁶ A.H.C., maço 4, «Norte de África 1760-1789», datada de 29-11-1773.

que as nações europeias se empenhavam em evitar o corso, a superioridade das suas embarcações afastava os corsários do litoral marroquino⁴⁷. Com o tratado assinado, Portugal também garantia a segurança dos seus navios e portos, reduzindo drasticamente as ameaças ao comércio vindo do Brasil. Segundo Bernardo Simões Pessoa, os mouros nutriam grande respeito pela nação portuguesa pelo facto “*de que foi senhora de tantas terras, neste continente*”, assim como consideram D. José I “*o melhor dos reis, e de melhor palavra*”, razões que levaram a estimar e a tratar com grande distinção a embaixada portuguesa.

É de assinalar que as cláusulas deste tratado de finais do século XVIII subsistiram até à proclamação do protetorado francês em Marrocos em 1912⁴⁸. Tendo o tratado o alvo de regulamentar as relações de paz entre os dois países, a maior parte das cláusulas incidia sobre as trocas marítimas e comerciais e a respetiva proteção naval. A liberdade de circulação e comércio em ambos os países não tinha qualquer concorrência, visto os preços serem os habitualmente praticados, com isenção de pagamento de taxas ou direitos. Para além disto era, ainda, providenciado o armazenamento da mercadoria. As embarcações em trânsito tinham autorização para fundearem nos portos e receberem os víveres necessários à viagem, sem o acréscimo de quaisquer taxas. A segurança nos portos em relação aos navios inimigos que ali aportassem era garantida com a proibição de estes levantarem âncora no espaço de vinte e quatro horas após qualquer embarcação portuguesa ou marroquina deixar o porto. Se, em alguma das embarcações das duas nações viajassem cidadãos de países inimigos, esses ficavam abrangidos pelo acordo. Em três cláusulas há o cuidado de instalar em Marrocos um consul geral português e de preservar a sua identidade através da liberdade de culto religioso, da proteção quanto à responsabilidade em dívidas contraídas por congéneres e da autoridade para resolução de litígios entre cidadãos portugueses. No entanto, se nas altercações houvesse a intervenção de um árabe, seria o juiz da cidade a dar assistência ao sucedido. Em caso de anulação do acordo havia formalidades a cumprir, tanto para a rescisão como para qualquer alteração determinante. Para esta última estava implícito o dever de concessão de uma trégua de forma a dar tempo aos portugueses para deixarem Marrocos antes do início dos confrontos. Em caso de guerra era expressamente proibido maltratar, escravizar ou vender os prisioneiros portugueses.

⁴⁷ *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (1994). Sendo que, aos marroquinos se juntavam, habitualmente, piratas argelinos e tunisinos.

⁴⁸ MANSOURI, Othman (2004).

Com o objetivo de clarificar as relações entre os dois países, este conjunto de cláusulas mais parece visar a proteção de Portugal, e não de ambos os países. Uma vez que foi Portugal quem produziu o acordo, ficamos com a ideia que os interesses marroquinos ficaram esquecidos. No entanto parece-nos que, para além de ter o mesmo sido redigido em Portugal e só depois traduzido para a língua árabe, um facto é que havia mais barcos comerciais e militares de origem portuguesa estacionados nos portos marroquinos do que barcos marroquinos nos portos portugueses. Efetivamente deduz-se que, ao concordar com o disposto, o soberano marroquino tenha compreendido que todas as cláusulas tinham a sua reciprocidade e equidade para o reino de Marrocos.

Em suma, este tratado visa proteger, do curso marroquino e magrebino, o grande volume mercantil oriundo do Brasil. Detentor de algumas particularidades, reveste-se ainda de um aspeto bastante inovador pelo facto de não conter limite de tempo. Talvez por isso a sua relevância em contribuir para ultrapassar obstáculos durante as crises internas que Marrocos enfrentou com as revoltas de sucessão, os anos de intempéries ou as carências cerealíficas, para as quais muito contribuíram a troca de embaixadas e a consolidação da afeição entre reinos, levando o rei marroquino a confiar parte do seu tesouro à custódia do rei português.

Importa referenciar que este tratado é a oficialização das tréguas consentidas com a carta que o xarife de marrocos escreveu ao rei D. José I três meses após o abandono de Mazagão. Neste contexto, e em sinal de boa vontade, o soberano português, para além de ordenar a proibição de ataques às embarcações marroquinas de guerra ou comércio, devolveu dois navios corsários que se encontravam cativos. Facto é que este período pós Mazagão, cidade que passou a ser designada por El Jadida, “a nova”, culminou na assinatura do tratado, um marco na história das relações entre os dois povos que tem o seu legado arreigado até aos dias de hoje.

A evacuação de Mazagão deve ser vista, não só à luz da perspectiva portuguesa, mas também sob a ótica das relações internacionais⁴⁹. Assim que a derradeira presença portuguesa abandonou Marrocos o soberano já não tinha razões para conflitos, optando por desenvolver as trocas comerciais com todos os países da Europa mediante envio de carta autorizando o livre acesso aos portos marroquinos. Com esta iniciativa enfraqueceu o curso, pois este passava a ter dificuldade em vencer todas as embarcações, e manteve os recursos financeiros em resultado do volume de negócios efetuados a partir de então. No

⁴⁹ BOUCHARB, Ahmed (2004).

entanto, o abandono de Mazagão contribuiu, também, para o melhoramento da política interna marroquina orientada pelo Sultão Sidi Mohamed que, governando até à data da sua morte, em 1790, sempre reservou estratégias congruentes para com Portugal e defendeu a continuidade das relações comerciais no que respeita as relações internacionais. Já no que toca à administração interna, este soberano tinha preferência por aumentar a carga fiscal sobre as importações e circulação de mercadorias, uma vez que o comércio externo era frequentemente fustigado pelo resultado de más colheitas e conseqüente quebra na produção, o que originava o aumento dos preços. Assim, o agravamento dos impostos era acompanhado da exigência de licença anual de exportação de cereais a qual, para ser emitida, tinha de aguardar pela colheita seguinte para que o seu preço pudesse ser determinado. Esta decisão era sempre tardia para quem tentava fazer a gestão comercial e agravava-se com a constante desvalorização da moeda, os condicionantes alfandegários e a excessiva demora nos embarques, o que se tornava pouco atrativo para os comerciantes europeus. Era este o cenário aquando da assinatura do Tratado em 1773, sendo que os planos de paz e comércio falhavam à nascença. A situação só tomou novo rumo cerca de dois anos depois.

Os efeitos colaterais destes infortúnios, de entre os quais se contam a escassez alimentar, a fome e a inevitável mortandade, davam origem ao encarecimento galopante do trigo que, só no ano de 75, sofreu um aumento de 600% em relação aos anos de 72 e 74⁵⁰. Para além das comuns pragas de gafanhotos, as secas no verão e os invernos demasiadamente húmidos apodreciam as colheitas e contribuíram para que Marrocos enfrentasse um clima de pura guerra civil em 1779. A reincidência dos desastres climáticos e o facto de Marrocos ser detentor de uma estrutura agrícola tradicional levaram, não só à miséria e carestia dos bens essenciais à sobrevivência, como também à fome e mortalidade. As políticas de governação interna de Sidi Mohamed I, concentradas no aumento da tributação e na desvalorização da moeda de circulação, depauperavam o poder de compra. A fome, resultante das secas prolongadas e da sequente falta de pastos que, por seu lado, provocava a morte do gado, aumentava. Simultaneamente, a extensão da adversidade do mercado de cereais de Marrocos provocou um exuberante aumento de preço no mercado panificador de Lisboa, ao ponto de se tornar impossível para Portugal delinear a continuidade do comércio de cereais com aquele país. As revoltas internas agudizam-se em algumas províncias de Marrocos com o corte do trânsito de caravanas e o

⁵⁰ NETO, Maria João Miranda de Carvalho (1996).

impedimento à circulação de correspondência e pessoas, inibindo quase por completo as comunicações e provocando a falta de coesão entre as províncias do norte e do sul. Tal situação contribuiu para a vulnerabilidade do sultanato que corre sério risco de se desconjuntar. A situação gravosa que Sidi Mohamed I enfrentava levou-o, em 1780, a solicitar a D. Maria I o empréstimo de quatro navios para o transporte marítimo de víveres entre regiões evitando, assim, os saques em território terrestre, facultando o transporte de trigo armazenado perto de Azamor para, por exemplo, as cidades de Salé e Tanger. Por fim, só em 1783 a depressão dá sinais de recuperação mediante o incremento da exportação cerealífica.

Em virtude das dificuldades sentidas durante cerca de uma década, a perspectiva comercial de ambas as partes teve de se submeter a alguns ajustamentos, grandemente facilitados pela diplomacia incrustrada nas negociações, o que incentiva a flexibilidade de iniciativas e atitudes tendo sempre em vista as políticas internacionais. Denota-se uma crescente facilidade de negociação com o mercado marroquino, o que provocou o aumento do interesse comercial português. Não podemos esquecer o esforço que o sultanato marroquino fazia para, ao negociar com as potências europeias, se alhear das estruturas e valores tradicionais que regia e cuja instabilidade tendiam a ameaçar as relações comerciais. Para além disso, um dos comportamentos dos mercados marroquinos era o de se quererem aproximar dos preços praticados pela generalidade dos países europeus sempre que a produção de cereal diminuía. Era importante compreender os mecanismos de funcionamento das exportações, pois o mercado marroquino era facilmente afetado em virtude das alterações climáticas que facilmente contribuía para o decréscimo da produção. Quanto às importações, a situação já não era assim tão atrativa em virtude do baixo consumo do mercado marroquino ser facilmente colmatado por produção nacional com grande expressão interna mas pouca capacidade de exportação. Desta forma, aquele não aparentava ser um mercado fértil para as exportações portuguesas.

A provar o sucesso da política externa portuguesa estão as ratificações de 1790 e 1798. Portugal, no sentido de proteger o intercâmbio de produtos, introduziu referências explícitas sobre a navegação comercial e a favor dos seus representantes diplomáticos. Como todos os tratados, também este é uma articulação de forças que reflete o contexto político, comercial e ideológico da época, numa tentativa de regulamentação das diferenças e conflitos entre estados soberanos.

Bernardo Simões Pessoa, em substituição do falecido José Roleen Van Deck, mostrara-se animado pelo sucesso do tratado que, evidenciando o entendimento recíproco, se

concluía graças a três motivos. Primeiramente, e tal como anteriormente mencionado, o facto de Portugal ter devolvido dois navios corsários que tinham sido capturados, assim como toda a sua tripulação, que alegava ter sido bem tratada durante o cativeiro. Em segundo lugar, por existir uma enorme consideração pela nação lusitana em virtude de ter possuído várias praças na orla marroquina e, por fim, o afeto que o sultão alegava pelo rei D. José I, o que também contribuiu para que a embaixada portuguesa fosse tão bem recebida. Estavam, assim, acordadas as normas de conduta recíproca entre duas nações que se empenhavam em enfrentar as necessidades das sociedades que representavam, unindo esforços num desenvolvimento coordenado⁵¹ e repleto de vitalidade. Apesar de tudo, a atitude dos comerciantes portugueses podia colocar o acordo em risco, uma vez que preferiam lucros imediatos em detrimento de estratégias comerciais a médio e longo prazo, não se importando de negociar com os rebeldes que dominavam as praças e quase levaram à rutura entre os dois reinos⁵². Até então tinha sido impossível conciliar as desordens internas de Marrocos provocadas pelas rivalidades tribais com a tão pretendida ordem política, conseguida unicamente com a aspirada união entre berberes e árabes desde sempre estimulada pela religião muçulmana.

2.4.1. Crises internas em Marrocos

Um quarto de século foi o tempo necessário para que se conseguisse alcançar a estabilidade fundamental para as duas nações. Quando, em 1727, o soberano Mulei Ismael morre, Marrocos enfrenta uma longa etapa de revoltas sanguinolentas que impedem a ação do poder governativo e instigam ao aparecimento de um crescente número de partidos e rivais militares, acabando o país por cair em anarquia. Entretanto Mulei Abdallah, filho do falecido Mulei Ismael, vai tentando controlar e enfraquecer as desordens internas, e esta tentativa de atenuar a ação dos rebeldes mantém-se até cerca de 1750. Para isso ele confia, essencialmente, na ordem que reina a sul de Marrocos, vantagem geoestratégica conseguida pelo extenso território de cordilheiras que, de forma natural, impede a propagação dos rebeldes do norte. Ao mesmo tempo apoia-se na tribo dos Magil e na sua

⁵¹ Esta coordenação amistosa deve-se, em grande parte, ao facto de, a partir da assinatura deste tratado, Portugal ter passado a desfrutar de uma relação mais estável e efetiva em Marrocos através da presença dos seus mandatários consulares, o que fortemente contribuiu para o enfraquecimento dos conflitos ancestrais.

⁵² AFONSO, Jorge, (2002).

influência de xarife, apesar de as populações do sul também não serem a favor da centralização do poder, alegando ser a acidentada orografia o principal obstáculo à unificação do reino.

No entanto, e apesar de ser difícil submeter as populações do litoral à autoridade de um governo principal uma vez que estas tinham fácil acesso a armas providenciadas pelos corsários, Abdallah é nomeado governador da região meridional. Dedicar-se ao restabelecimento do comércio instigando a produção e originando o aumento de riqueza, fatores essenciais para a consolidação do poder. Sedeado em Marraquexe, fomenta uma administração cuidada e a população, reconhecida, submete-se à sua autoridade. Cada atitude de Mulei Abdallah é mais uma estratégia de consolidação de um poder político que importava ser hegemónico para a conquista do progresso e da paz, apenas passível de ser alcançado através da união entre árabes e berberes. Apesar de ter sido um processo muito lento, as tensões foram-se aligeirando e a autoridade xarifina conseguiu intervir nas rivalidades tribais.

Ora, em 1757 não é difícil para Mulei Abdallah, ou Sidi Mohamed, assumir o trono do que já era considerado um reino, iniciando a sua governação com a aplicação de estratégias para minorar os efeitos da guerra civil nos habitantes e nas herdades. Com o apaziguamento obtido na faixa costeira impulsionaram-se os portos de Mogador e Casablanca, o que contribuiu para o aumento do comércio com o exterior. Este estímulo impulsionou o volume de trocas comerciais e provocou efeitos quase imediatos no incremento das finanças públicas do país.

O êxito da sua política geoestratégica deve-se, fundamentalmente, ao desafio atlântico sustentado pelos contactos exteriores, apesar de também prestar atenção ao comércio no mediterrâneo. Para que tais relações comerciais perdurem, cria conjunturas aprazíveis a comerciantes e armadores, e condições de vida favoráveis aos habitantes. A exemplo disso manda construir, por entre as muralhas de Casablanca, uma mesquita, escolas e banhos, para fixar as populações. Cerca de dez anos mais tarde ordenou a edificação do porto de Mogador, o que veio estimular ainda mais a concorrência aberta e a circulação atlântica.

Conseguiu reacender o tráfico marítimo comercial embutindo-o no sistema comercial europeu sem lesar a filosofia de vida do Islão, que podemos considerar um movimento não só religioso, mas também político, económico e comercial que visa a expansão rápida da

civilização islâmica pelo mundo⁵³. Entre os elementos facilitadores destas invasões podemos contar o facto de serem uma população numerosa, assim como o de acreditarem na legitimidade da utilização do espólio dos saques para a imprescindível conversão dos infieis ao islamismo. Com estes pressupostos os muçulmanos começavam por tomar o controlo das terras obrigando, de seguida, a população agrária a pagar um terço dos custos da produção como justificação pela introdução de técnicas agrícolas inovadoras que os iriam beneficiar. É nesta base que desenvolvem as suas atividades mercantis e, a par da edificação de cidades, procedem à exploração de minério, à construção de estradas e à cunhagem de moeda⁵⁴. Daí a comprovada atenção prestada à assinatura de tratados de navegação com diversos países da Europa. Em 1728 foram ratificados os tratados celebrados com a Inglaterra, e assinados outros com a Holanda em 1732, em 1757 com a Dinamarca, em 1763 com a Suécia, em 1765 com Veneza, em 1767 com a Espanha e França, em 1774 com Portugal e em 1782 com a Toscana. No entanto, com a exceção de Portugal, a todos eles é exigido o pagamento de uma prestação anual avultada, em numerário ou em géneros, condição que garantia o reforço dos cofres do sultanato, apesar de não ser uma iniciativa bem vista nos círculos diplomáticos europeus.

Enquanto estratega, Fr. José de Santo António Moura⁵⁵ descreve, anos mais tarde, a política governativa de Sidi Mohamed afirmando que:

*“Ensinado este príncipe pela experiência, cuidou, logo que subiu ao trono, em fazer respeitar em todas elas a sua autoridade, assim como em restabelecer as finanças animando, para esse fim, o comercio; e por isso se resolveu a fazer a paz com todas as potências da Europa, o que pôs em execução.”*⁵⁶.

Na verdade, foi a atitude restauradora deste soberano que deu a Marrocos um impulso verdadeiramente inovador e distinto do passado. Independentemente de a erradicação do corso⁵⁷ ter sido causa ou consequência da abertura dos portos marroquinos ao comércio

⁵³ *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (1994). A exemplo dessa filosofia islâmica temos a invasão muçulmana à província espanhola de Andaluzia ocorrida em 711, onde permaneceram cerca de oito séculos.

⁵⁴ Idem. Tais como Sevilha, Córdoba e Toledo.

⁵⁵ Aluno de Fr. João de Sousa no Convento de Nossa Senhora de Jesus, tradutor do “Raud alqirtâs”, o *Cartaz*, e das viagens de Ibn Batuta, e que foi integrado na comitiva portuguesa que se mudou para Marrocos em 1790, tendo ficado a residir em Tânger, em casa de Jorge Pedro Colaço, para aprender e praticar a língua árabe.

⁵⁶ *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo X, Parte I, Lisboa 1827, pp.115 e 116.

⁵⁷ BRANDÃO, Fernando de Castro (2004). O corso norte africano prejudicava grandemente a navegação cristã no atlântico e mediterrâneo não só molestando as populações litorais e das ilhas, como desarraigando milhares de indivíduos tornando-os cativos, o que levava a que instituições religiosas se ocupassem apenas de tratar dos resgates, os quais eram suportados pelo erário e alguns particulares caridosos.

externo, esta prática ilegal exigia a sua rápida substituição por outra mais segura, apesar de menos rentável. A redução da pirataria originou a diminuição do número de reféns presos, o que provocou uma acentuada decadência dos presídios vindo, por fim, a sua extinção a concretizar-se em 1830, tendo este factor sido um elemento facilitador da abordagem comercial das potências europeias, o que também contribuiu para o pioneirismo de Marrocos.

O crescimento mercantil, resultante da crescente afluência de mercadores europeus entre 1771 e 1773, propicia a reforma das urbes litorais em refúgios ajustados ao negócio. A produção de carne e cereais tornou-se a base dos recursos económicos, não fora os sete anos de seca que devastaram a região. Ficando a liberdade de circulação atlântica ferozmente comprometida, também a Madeira, visto depender do tráfego marítimo, foi afetada por estes conflitos internacionais.

2.4.2. Características gerais de uma cidade marroquina

Seguramente, não podemos esquecer que a organização muçulmana se inspira no Corão e na *Sunna*, ou tradições do profeta, segundo a qual o quadro mental de qualquer árabe é formado desde a infância, visando a obediência aos mandamentos e deveres religiosos⁵⁸ exercida por todos, respeitada por chefes e imposta por juízes. De uma forma geral, qualquer cidade muçulmana se apresenta de forma circular, em que o seu valor simbólico aponta para a inexistência de princípio ou fim, de acordo com o conceito de perfeição. Ao planear a construção de uma cidade importa, primeiramente, construir as muralhas, seguindo-se a mesquita principal, que deve ficar no centro da urbe. Para além do desempenho das obrigações religiosas, a mesquita acumula outros cargos, tais como o da casa do tesouro, o exercício da justiça mediante a existência de um tribunal e o ensino chegando, até, a funcionar como residência para estudantes. A mesquita também é a sede do poder político.

A esta sucede-se a edificação do palácio, estrategicamente colocado na zona mais elevada do terreno, murado e com portas viradas para o interior da cidade, mas também acessos diretos ao exterior. Quase parecendo uma cidade dentro da própria cidade, incluía

⁵⁸ *O Imaginário da Cidade Muçulmana* (1989).

uma mesquita e outros edifícios destinados aos chefes e servos imediatos. Assim, a mesquita e o palácio apresentam-se como representações da institucionalização do poder real dentro da cidade. O palácio representa a sede da autoridade, a qual é proclamada na mesquita maior na habitual oração de sexta-feira proferida pelo orador escolhido, e que sempre tinha de proclamar o nome do califa para que se assegurasse a difusão dos mandatos. Quando isto não acontecia era sinónimo de rejeição da decisão proferida no palácio por parte do chefe ou dos seus mandatados, ao que normalmente se seguiam revoltas e desordens.

Por fim, erigia-se o edifício do mercado relativamente perto da mesquita maior que, organizado por ramos de comércio e indústria, é o elemento centralizador da vida económica da urbe. A área habitacional espalha-se em redor da mesquita e do mercado, tarefa que se perspectiva dificultada com o crescimento demográfico e comercial. A água é um elemento fundamental para o imaginário árabe pois, enquanto dádiva divina, é a primeira atenção a ter ao escolher a localização de construção de uma cidade⁵⁹. A construção do edifício para os banhos públicos está diretamente ligada à preparação de técnicas de salubridade, em que se prevê a purificação dos habitantes⁶⁰ e a hospitalidade devida aos viajantes que se encontrassem em trânsito e no cumprimento dos seus deveres religiosos. Fora das muralhas da cidade situavam-se o cemitério, as hortas, as áreas destinadas às festividades religiosas ou feiras periódicas, assim como as casas de recreio dos habitantes mais prósperos da cidade.

Apenas ao tomar conhecimento da tipologia da cidade muçulmana entendemos como esta pode constituir um obstáculo de raízes centenárias à criação das condições necessárias ao progresso a nível interno e ao estabelecimento da paz com o exterior, caso os califas se opusessem à governação do rei.

⁵⁹ No início de construção de uma cidade consideravam-se sempre estudos astrológicos, interpretação de horóscopos, futurologia e rituais de sacrifício.

⁶⁰ Os banhos, ou balneários públicos, enquanto local de convívio, eram assiduamente frequentados por toda a população, havendo dias e horas específicos para homens e mulheres. Os filhos do sexo masculino acompanhavam as mães até terem idade para irem com os progenitores o que, julga-se, ter contribuído para a construção da imagética feminina islâmica.

2.4.3. A função dos judeus em Marrocos

Como consequência da expulsão dos judeus da Península Ibérica nos finais do século XV, os territórios ultramarinos conquistados pelos portugueses apresentavam-se como destino apetecível dos que teimavam em preservar a sua identidade. De forma a controlar a deslocação dos excluídos e a “reutilizá-los” a favor do reino, são os judeus usados para povoar as praças marroquinas enfrentando, assim, os povos conquistados e sujeitando-se aos perigos dos eventuais ataques. No entanto, foi este fluxo de judeus entre a península e o norte de África que facilitou as trocas económicas que, durante séculos, não haviam conseguido vingar graças aos confrontos religiosos. Apesar dos assaltos e de alguma violência a que se sujeitavam, não lhes era difícil inserirem-se nas comunidades locais. Para os homiziados, judeus peninsulares expulsos, a preferência convergia para a cidade de Fez, onde sentiam maior proteção em virtude de lhes ter sido designada residência junto ao palácio real beneficiando, assim, da proteção dos agentes que mantinham a ordem na urbe. Por ordenação do sultão, foram os judeus alojados numa área denominada *mellah* que significava zona estéril ou judiaria⁶¹. O facto de aquela zona habitacional ser a permitida para o “outro” e de, tanto judeus como cristãos, serem protegidos em Marrocos, não impediu que alguns tenham sido vítimas de assaltos e ataques. Tal proteção régia tem o seu fundamento no caso de os muçulmanos respeitarem o facto de os judeus se guiarem por um livro sagrado, o que os isenta de serem escravizados, forçados à conversão ou exterminados.

Se, por um lado, os judeus não reconhecem Maomé como profeta nem o Corão como palavra de inspiração divina, por outro os povos islâmicos consideram os judeus como um povo que optou por seguir uma Torá adulterada⁶². Apesar de ambas serem religiões monoteístas, ou seja, de defenderem a existência de um Deus único, os muçulmanos creem que Alá revelou o Corão a Maomé com a função de completar as escrituras bíblicas e reduzir Jesus Cristo ao estatuto de profeta, inferior a Maomé. A religião judaica defende a existência de um único Deus, Jeová, inspirador dos livros sagrados, o Antigo Testamento, a profetas. Por outro lado o cristianismo apresenta, para além do Antigo, também o Novo Testamento, com os livros de inspiração divina que relatam o nascimento, vida e morte de Jesus Cristo, o filho de Deus.

⁶¹ TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva (2004).

⁶² Ou Pentatêuco, conjunto dos primeiros cinco livros da Bíblia, nos quais se contam Génesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuterónimo.

No entanto, visto judeus e cristãos não reconhecerem a origem divina do Corão são, por parte dos muçulmanos, excluídos da nova fé e impedidos de participar na organização do mundo. Esta ideologia foi o verdadeiro motivo de rutura entre o islamismo e as outras religiões monoteístas mencionadas. Daí que todos os que se recusem a reconhecer o islamismo como a verdadeira religião devem recompensar com a entrega de tributos e ficar sujeitos a determinados condicionalismos, tais como a proibição do exercício religioso público. Para além da imposição do uso de indumentária que os diferenciava, também lhes era vedado o acesso à compra de cavalos por serem estes considerados animais dignos de serem montados apenas por cristãos e mouros de elite. Apesar de tudo, eram as comunidades judaicas e cristãs que, apesar de condenadas à oclusão, recebiam os portugueses autorizados a permanecerem em território islâmico, mesmo quando detentores de permissões precárias. Entre os que procuravam tal hospitalidade contavam-se comerciantes, diplomatas e visitantes, que, se viajavam com a família, eram prontamente convidados a converterem-se ao judaísmo, transformando as judiarias em bairros densamente povoados.

Entre os judeus havia, não só comerciantes, mas principalmente artífices, sendo os ferreiros e os especialistas em material bélico os mais apreciados. Em 1557 foi ordenada a construção do segundo *mellah* do país, desta vez em Marraquexe. A fidelização judaica a cidades portuguesas em Marrocos foi conseguida graças às promessas régias de jamais virem os judeus a ser expulsos ou forçados ao cristianismo, formalizadas pelas cartas de privilégio passadas aos residentes em Safim e Azamor, por exemplo. Estas *mellahs* dos séculos XVI e XVII eram, ainda, centros de tráfico de cativos das batalhas travadas, apesar de a maior farsquia comercial pertencer à comercialização de produtos do norte de África para os habituais clientes em Portugal. O paradoxo vivido entre a liberdade de circulação que alguns judeus importantes obtinham da Corte e a proibição de se deslocarem entre as regiões do território marroquino, a que a maioria das comunidades judaicas se encontrava sujeita, era visível em todas as praças fundadas pelos portugueses.

Uma vez que, em resultado das perseguições da inquisição, já não podiam os judeus operar livremente em território nacional a liberdade de comércio sustentável de que usufruíam era, com o aval régio, estendido ao território africano de domínio luso. No entanto, estas comunidades judaicas abandonavam as praças marroquinas assim que a presença portuguesa recuava, tal como aconteceu em Safim e Azamor em 1541, embora alguns fossem pontualmente autorizados a fazer visitas esporádicas e cada vez menos frequentes. Sabido é que os judeus foram o mecanismo de sucesso das praças portuguesas

no norte de África, estabelecendo pontes de ligação entre cristãos e muçulmanos. Inseridos nas comunidades muçulmanas e beneficiando de proteção régia, forneciam Portugal com os bens essenciais da época. A título de exemplo temos o cereal marroquino para vender em Lisboa em troca do lacre, vindo da Índia, importado em Lisboa e vendido em Marrocos. Para Portugal iam cereais, açúcar e passas, goma e anil para o vestuário, cera, textéis e ouro, enquanto para Marrocos iam algumas especiarias, especialmente a muito apreciada pimenta, bens que se trocavam por ouro e escravos. Eram também famosos pelo negócio de cativos, dos quais o alfaqueque era o judeu responsável, trabalhando em parceria com outros especialistas cristãos. Para além de tudo isto, exerciam atividades de utilidade social pública, como a medicina e botânica, que punham ao serviço das populações locais e dos governantes e representantes régios.

Simultaneamente, uma das atividades de grande envergadura entre os judeus a residirem nas praças marroquinas, era os empréstimos que faziam a particulares e a instituições régias. Era frequente cederem capital a juros exorbitantes para a reabilitação das muralhas das praças portuguesas em Marrocos, para o pagamento dos soldos dos soldados ou das rendas alfandegárias. Era habitual um dos judeus mais prósperos ser o administrador das obras ou organizações oficiais em cidades como Safim ou Mazagão.

A par do comércio autorizado permutavam-se também informações secretas de um valor incalculável pois, para além de grandes comerciantes, detinham um papel relevante como intérpretes. Para além de serem judeus ibéricos ou autóctones, dominavam com perícia várias línguas, de entre elas a portuguesa e a castelhana, para além da árabe. Isto facilitava a divulgação de mensagens sigilosas sobre as ocorrências de reis e xarifes, quase transformando os judeus em espões ou agentes duplos, pois tanto transmitiam informações a cristãos como a muçulmanos. O facto de dominarem tão bem diversas línguas permitia-lhes o convívio com a classe nobre, não independentemente da sua nacionalidade. A sua ação alargava-se, também, ao domínio diplomático em virtude de estenderem a sua esfera de influências até ao paço real pois, enquanto informadores, acabavam por estar muito próximos dos meandros do poder político. Tal intervenção diplomática, revestida de subtileza, contribuía para a necessidade que Portugal tinha de continuar a proteger as comunidades judaicas em solo marroquino em prol da permanência das praças portuguesas em Marrocos. Apesar de não descurarem a prática dissimulada do culto religioso judaico, não era fora de vulgar converterem-se momentaneamente ao cristianismo para conseguirem regressar a Portugal e cobrarem dívidas em atraso. Finalizada a cobrança, regressavam a casa, à família e à religião.

Beneficiavam, ainda, de grandes margens de lucros com o negócio de artefactos bélicos dos Países Baixos contribuindo, desta forma, para o ativo fornecimento de armamento aos muçulmanos. Apesar disso, a experiência da coexistência de judeus ibéricos com os nacionais de Marrocos contribuiu para que Portugal reconhecesse a importância de tal vantagem em terras longínquas. Infelizmente, a coacção consumada à luz de uma religião intolerante oriunda da capital vai contribuir, de forma implacável, para a amputação da condescendência que fizera prosperar as praças portuguesas.

3. Fr. João de Sousa

Natural da Síria e filho de cristãos católicos nascidos na Índia portuguesa, João nasce na cidade de Damasco em 1733⁶³. É educado numa missão dos barbadinhos franceses sob a atenção do Padre Gabriel Quintin que, bem cedo, se apercebe ser o rapaz detentor de grande inteligência e perspicácia para as letras. Com cerca de doze anos os pais, vítimas de perseguição aos cristãos, veem-se obrigados a fugir para Beirute, capital do Líbano. Ali, João é novamente integrado no Colégio dos Barbadinhos e, também sob a supervisão do P. Gabriel Quintin, aprende latim, francês, italiano e espanhol. Reafirmando a sua grande capacidade, o eclesiástico sugere aos pais que o mandem estudar para a Europa, o que vem a acontecer pouco tempo depois.

Com apenas quinze anos vai para casa de um negociante francês para aprender bem a língua tendo, com este, iniciado a grande viagem da sua vida. Em virtude da caducidade da licença de residência e negócio, o mercador vê-se obrigado a deixar a cidade e João dispõe-se a acompanhá-lo. Partindo para França apetrechado de cabedais e de todos os bens conseguidos ao longo dos catorze anos de negócio em Beirute são, abruptamente, surpreendidos por corsários. Assaltado pela vergonha de regressar à sua terra em estado paupérrimo, o comerciante dirige-se à ilha de Malta, a sul da Europa, no Mediterrâneo, e dali navega para Nápoles, de onde viaja até Lisboa chegando, após vários contratemplos e naufrágios, em 1749.

Os dois anos seguintes da vida do jovem João são uma incógnita, não se sabendo se permaneceu ou não com o negociante francês. Sabe-se, no entanto, que encontrou um cidadão libanês que, depois de ter estado em Nápoles e Madrid, e defrontando-se com a falta de recursos para regressar à sua pátria, se encontra em Lisboa a tentar obter ajuda financeira dos monarcas europeus para cooperação no auxílio às povoações cristãs do Monte Líbano na resistência aos ataques turcos e ao penoso domínio otomano. Desta feita, são ambos auxiliados por Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, fidalgo lisboeta e escudeiro por alvará de D. João V⁶⁴, em casa do qual passam a viver.

⁶³ FIGANIER, Joaquim (1969). Segundo o autor esta é a data apontada como certa, deduzindo-a de quando o jovem João, com 16 anos, chegou a Lisboa em 1749.

⁶⁴ *Diccionario Aristocratico contendo os Alvarás dos Foros de Fidalgos da Casa Real que se achão registados nos Livros do registo das Mercês que existem no Archivo da Torre do Tombo*, Tomo I, folhas 248, p. 285, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, consultado a 16/03/2011 e disponível em: http://books.google.pt/books?id=wEIBAAAQAAJ&pg=PA71&lpg=PA71&dq=libro+segundo+de+merc%C3%AAs+fevereiro+1708&source=bl&ots=skb_n9tEdQ&sig=Z71-HemSRazjScLiXTeREooJYI&hl=pt-PT&ei=JfqATYHrJ4SJhQfh1oScBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CCcQ6AEwAg#v=onepage&q&f=true

Após a sua morte ficam sob os cuidados de um dos seus onze filhos, Manuel de Saldanha e Albuquerque, futuro 1º Conde da Ega e vice-rei da Índia.

Aquando do terramoto de Lisboa, em 1755, João é recolhido com grande amizade por outro dos irmãos, Gaspar de Saldanha e Albuquerque e, uma vez mais, trabalhando como criado, é salvo da desventura e miséria. Dois anos mais tarde acompanha o seu senhor a Coimbra quando este é nomeado reitor daquela universidade, agora já na qualidade de secretário e confidente. Por esta altura já se vislumbra a possibilidade de criação de um curso de árabe, prevendo-se para João de Sousa a eventual regência. Saldanha assume o reitorado até aos anos 70 tendo sempre tido João de Sousa a seu lado.

Ora, para ser aceite como professor é-lhe necessário apresentar uma certidão de nascimento comprovativa da sua filiação, o que o obriga a entrar em contacto com os barbadinhos franceses que haviam conhecido os seus pais na sua terra natal e que, naquele momento, se encontravam em França. Tal exigência contribuiu para que, só em 72, João de Sousa pudesse leccionar, desta feita em Lisboa, no Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira⁶⁵, atual Academia de Ciências de Lisboa. Detentor de bons conhecimentos das línguas francesa, italiana, castelhana e maltesa, e com noções das línguas turca e persa, João dedica-se a melhorar os poucos conhecimentos de latim até então adquiridos.

É nesta altura que se torna consultor geral das questões arábicas⁶⁶ matéria que vinha, desde há algum tempo, a assumir relevância com a crescente perseverança de Fr. Manuel do Cenáculo, homem de reconhecida importância para a sua época que o ano de 50 vira viajar até Roma para absorver as culturas literária e científica. Em 1792, João de Sousa é, por D. Maria I, nomeado oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Após o regresso de Cenáculo a Portugal, este vê os seus ideais tomarem forma com a promulgação real das instituições para a criação de escolas menores, o que originou a implantação do ensino das cadeiras públicas de estudos gregos, hebraicos, siríacos e árabes, reconhecidamente necessários à erudição nas matérias divinas e às missões cristãs em terras de África, da responsabilidade dos franciscanos⁶⁷. Para celebrar o evento, Cenáculo promove uma cerimónia realizada no dia 18 de Agosto de 1773, na sala maior do convento, dando oportunidade a João de Sousa para proferir uma oração árabe, de

⁶⁵ ANTUNES, Miguel Telles (2006). Note-se que a destruição provocada pelo terramoto de 1755 tinha tornado o convento inabitável. A reconstrução progredira graças ao apoio de Sebastião José de Carvalho e Melo, residente na zona, e ao empenho dos provinciais, de entre os quais se destaca Fr. Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814), conhecido por ter sido um “grande reedificador”, amigo pessoal de João de Sousa.

⁶⁶ FIGANIER, Joaquim (1969), pg. 25.

⁶⁷ Este período, considerado preliminar, culmina com a elaboração da primeira gramática de língua árabe, imprimida em 1774 pela Regia Officina Tipographica em Lisboa, cujos caracteres árabes foram encomendados a Londres por Fr. Manuel do Cenáculo.

seguida traduzida e comentada. Posteriormente, João de Sousa inicia funções na Secretaria de Estado da Marinha e, a 15 de Setembro, é nomeado secretário e intérprete da embaixada que se prepara para rumar a Marrocos.

3.1 Intérprete, Intermediário, Mestre, Tradutor e Cronista

Na qualidade de intérprete oficial da Coroa João de Sousa acompanhou os embaixadores oficiais marroquinos enviados a Lisboa pelo xarife de Marrocos nos anos de 1774, 1777 e 1780. A ignorância geral sobre a língua e a cultura árabe permitia-lhe desempenhar as suas funções com bastante sucesso, apesar de se manter sempre atento aos pormenores. A comprová-lo estão as palavras de José Silvestre Ribeiro ao referir-se que as demonstrações de afeto que o governo português conseguiu transmitir à comitiva real marroquina aquando da visita inesperada a Lisboa se devem à “*fortuna de encontrar um excelente interprete na pessoa de fr. João de Sousa*”⁶⁸.

Enquanto intermediário, desempenhava todas funções diplomáticas para as quais era nomeado com o autocontrole necessário para reprimir reações expansivas, suportando as situações mais delicadas com a serenidade e perseverança necessárias à obtenção dos objetivos estabelecidos pelo soberano. Era frequentemente visto a conversar com gente de expressão árabe que passava por Portugal, entre eles muitos marroquinos e argelinos.

Foi a partir de 1795 que, no convento de Nossa Senhora de Jesus, João de Sousa exerceu oficialmente o magistério da língua árabe⁶⁹ em substituição de Fr. António Baptista Abrantes, que fora nomeado confessor da princesa D. Carlota Joaquina de Bourbon, esposa do futuro D. João VI. Sousa é um defensor acérrimo da aprendizagem direta pois acredita que a melhor maneira de aprender uma língua é começar a praticar assim que se assimilam os principais conceitos gramaticais.

Opondo-se ao ensino prolongado de uma infinidade de regras e pormenores, instiga os aprendizes a se iniciarem na tradução contribuindo, ao mesmo tempo, para a prática da escrita das palavras que, segundo ele, é o que a língua tem de mais difícil. O papel

⁶⁸ RIBEIRO, José Silvestre (1872).

⁶⁹ *Colóquio IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos* (1971). A disciplina de Língua Árabe foi oficialmente criada por decreto real datado de 12 de abril de 1795, para o ensino da qual foi Fr. João de Sousa nomeado. No entanto, apesar das promissoras esperanças, houve um declínio no estudo desta língua, o qual só foi retomado nos finais do século XIX.

preponderante que desempenhou na Academia de Ciências de Lisboa ganha forma com a elaboração do *Lexicon Etimológico*, a primeira publicação do género em Portugal, assim como um *Compendio da Grammatica Arabica*. Alargou, ainda, o âmbito da sua investigação à tradução e esclarecimento das inscrições arábicas espalhadas pelo Alentejo, examinando e interpretando algumas medalhas⁷⁰ da época. Acrescenta que os viajantes, sejam eles filósofos ou missionários, que pretendam conhecer mundo, não o conseguirão em pleno se não conhecerem a língua árabe. Simultaneamente, afirma que a aquisição de conhecimentos da língua e cultura árabes devem ser do interesse de todos os portugueses, quanto mais não fosse pelas relações de vizinhança e a compreensão da correspondência com os povos africanos.

Apesar de ser estrangeiro e de o português ser, para ele, uma segunda língua, Sousa recuperou e traduziu, com algum rigor e lacunas, os documentos árabes depositados na Torre do Tombo, assim como diversos manuscritos, sem poder contar com o auxílio de outros mestres ou orientalistas, inexistentes na época. Visto acreditar-se ser de enorme utilidade a cadeira de língua árabe passou, por diversas razões, a ter melhores alicerces. Primeiramente, defendia-se que devia tal erudição ficar a cargo do poder religioso uma vez que, para entender os originais do Antigo Testamento, havia necessidade de pleno conhecimento da língua hebraica, cujos termos obscuros possuem raízes no arábico.

Como cronista referimos duas obras de referência, a saber, a do *Formulário da expedição de uma Embaixada*⁷¹, e a que consideramos a sua principal obra para a temática que estamos a desenvolver, a do relato intitulado *Narração da arribada das Princezas Africanas ao porto desta capital de Lisboa*⁷², mandado imprimir e ofertado a D. João, o príncipe regente. No prefácio informa que descreverá tudo o que de importante aconteceu a partir da chegada da família marroquina, a 13 de Julho, ao porto de Lisboa. Alega total legitimidade por ter estado presente enquanto intérprete real, aditando que alguns conhecimentos resultam do convívio de muitos anos com esta cultura. Permite, ainda, concluir que, nem sempre as opiniões sobre o sucedido correspondiam à verdade pois, segundo ele, “*as notícias que se espalharão serão diversas, e cada hum pintava os sucessos segundo as suas idéas*” correndo-se o risco de ficar este feito, apesar de único na História Portuguesa, assinalado como somente um acidente.

⁷⁰ A nomenclatura da época designava as moedas por medalhas.

⁷¹ SOUSA, João de (1793), *Formulário da expedição de huma Embaixada desta Corte para a de Marrocos e da recepção da de Marrocos nesta Corte*, ACL, Série Vermelha, V-I-151.

⁷² SOUSA, Fr. João de (1793), *Narração da arribada das Princezas Africanas ao porto desta capital de Lisboa, seu desembarque para terra, alojamento no Palácio das Necessidades, hida para Quéluz, seu embarque, e volta para Tangere*, Lisboa, Off. da Academia Real das Sciencias.

4. Narração da Arribada das Princesas Africanas

Sousa inicia a narração com a menção do fator que se provou determinante para a arribada daquela família marroquina: a morte do Imperador Sidi Mahomed Ben Abdalá⁷³, sultão de Marrocos entre 1757 e 1790 sob a dinastia aluíta, nome atribuído à família real marroquina. A opinião dos agentes portugueses no norte de África era de que “*a Rainha Nossa Senhora perdeu hum grande amigo, e apaixonado da Nação*”⁷⁴, sentimento reforçado por Jacques Filipe de Landerset⁷⁵, que se refere ao soberano falecido como um homem “*de hum caracter pacifico, prudente, Religiozo, e mto bem intencionado e principalmente a respeito de Portugal sendo hum dos admiradores das relevantes virtudes da nossa respeitavel Suberana*”⁷⁶.

A sucessão natural ao trono deveria ser preconizada pelo seu filho Mulei Aliazid ou, como descreve João de Sousa, Mulei Eliezid, o mais velho de entre os catorze irmãos. No entanto, a preferência do pai era que um outro filho, Mulei Abdessalam, governasse. Este, desejando continuar a viver em paz em virtude de se encontrar quase cego de ambos os olhos, cede o direito à governação consentido por seu pai e não se opõe à aclamação do seu irmão Aliezid. Prevendo alguma instabilidade com a sucessão ao trono, Mulei Abdessalem retira-se para a província de Tafilét, a habitual residência das viúvas e dos filhos do imperador defunto.

Mulei Aliezid sobe ao trono e faz-se aclamar em Fez, Mequinés e na maior parte das cidades e vilas marítimas, não só através do apoio recebido por parte das tribos berberes, populações residentes nas terras montanhosas, mas também pelo poder adquirido com a morte de alguns vassalos ricos e poderosos que a ele se opunham. Era costume naquela época o soberano, após a aclamação, visitar todas as cidades do reino para legitimar a sua soberania. Ora Aliezid não se dignou a visitar a cidade de Marrocos e as províncias limítrofes, nem mesmo depois de ter sido por três vezes convidado pelos seus moradores. A razão de ser de tal atitude resultava da interação entre a inexperiência

⁷³ A.H.C., maço 6, Norte de África, Negócios consulares e diplomáticos, 1700-1800, carta de 26/04/1790. Segundo o consul de Mogador João António de França, o soberano “*morreu na sua carroça*” antes de chegar a Rabate, como resultado de “*hua postema que estava lançando*”.

⁷⁴ Idem. Carta de Manuel de Pontes, consul geral em Marrocos, a Martinho de Melo e Castro.

⁷⁵ Jacques Filipe de Landerset de la Tour (1731-1798), coronel do Regimento de Artilharia de Faro e, posteriormente, governador da cidade, passou a estar ao serviço da Coroa portuguesa a partir de 1750 tendo, por várias vezes, ido à Índia em serviço, regressando a Lisboa em 1767.

⁷⁶ A.H.C., maço 6, Norte de África, Negócios consulares e diplomáticos, 1700-1800, carta a Martinho de Melo e Castro, datada de 29/06/1790.

política e o facto de ser facilmente manipulável⁷⁷. Jovem de espírito guerreiro e gloriosas pretensões, não contesta a profecia transmitida pelos sacerdotes maometanos que alude ao aparecimento de um príncipe de nome Alieqid que se destina a restaurar a Praça de Ceuta e a expulsar os cristãos do reino. Acabado de chegar de Meca, não foi difícil deixar-se convencer de que era ele mesmo o cumprimento profético, pois era Alieqid de nome e tinha chegado do Oriente.

Convencido, declara guerra à maior parte das potências europeias, dando especial atenção a Espanha, e instala-se em Ceuta tomando os presídios de Melíla, Pinon e Alcosemas, o que não aconteceu logo, mas foi negociado durante cerca de dois anos sendo que, ou lhe entregavam a praça e os presídios, ou se sujeitavam ao pagamento de um tributo anual. As crispações hispano-marroquinas eram visíveis nas ameaças de embarcações espanholas às marroquinas, o que levou à fuga do vice-cônsul e dos religiosos da missão espanhola em Tânger, desencadeando perseguições a residentes espanhóis em várias zonas, entre as quais em Mogador.

Ávido por presentes, reconhecimento e prestígio⁷⁸, Alieqid acabou por colocar em causa as relações anteriormente garantidas pela governação do seu pai. Decorria o ano de 90 quando o brigadeiro Jacques Filipe Landerset foi incumbido de chefiar a missão diplomática a Marrocos⁷⁹ solicitada pelo soberano daquele país. Fazendo-se acompanhar de João de Sousa como intérprete, havia assuntos relevantes a resolver⁸⁰. Entre eles, a recuperação das relações económicas entre os dois reinos, suspensas com a morte do anterior monarca. Uma outra rubrica importante era a resolução dos impedimentos ao embarque de trigo no porto de Mogador, e a redução das taxas de saída, principalmente dos portos de Mogador e Mazagão, e sequente ajustamento de uma taxa razoável. Fundamental era, também, negociar o direito de aquisição de provisões, sem taxas adicionais, para a esquadra de guerra portuguesa, anteriormente concedido nos portos de Marrocos, assim

⁷⁷ A.H.C., maço 6, «Norte de África, Negócios consulares e diplomáticos, 1700-1800». Em carta dirigida ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, Landerset descreve da seguinte forma o herdeiro: “*Dizem que o genio do filho que agora ocupa o trono de Maroco, hé vivo, fugozo, e consequentemente Altivo, tudo effeito dos poucos annos e da Educação*”.

⁷⁸ Idem. Landerset continua a sua observação em relação à atitude de Alieqid dizendo que “*hé provavel que fassa reparo aos presentes que forem nesta ocasião e que julgue por elles da estimação que S.M.F. faz da sua pessoa...*”.

⁷⁹ Deixando Lisboa a 8 de Dezembro de 1790 na fragata *Cisne*, Landerset fez-se acompanhar de 55 homens, entre os quais Fr. José de Santo António Moura, aluno de Fr. João de Sousa, que também se encontrava na comitiva, e futuro professor e intérprete oficial da língua árabe com destino a Tanger para iniciar o estágio.

⁸⁰ A.C.L., CV-I-158, *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo X, Parte I, A.R.C., Lisboa, 1827, fl.15, onde lemos “[...] e com sigo levou o Tratado ratificado pelo Augusto Snr. D. Jozé o Primeiro”.

como as exportações. Para tal, Landerset faz-se acompanhar de uma carta escrita por D. Maria I ⁸¹ datada de 24 de Novembro, em que estes aspetos são mencionados:

“ (...) para vos certificar ao mesmo tempo, que tendo-se celebrado entre a Nossa e a Vossa Corte hum Tratado de Paz e Navegação, e de Comercio, o qual subsiste em toda a sua força e vigor, fica-mos na mais firme e constante resolução de o fazer observar inviolavelmente em todos, e cada hum dos Artigos de que se compoem: E na certeza que da Vossa parte, como Nos tendes segurado persistem os mesmos sentimentos, confiamos em consequencia deles e do mesmo Tratado, que os Nossos Vassallos que por conta do seu Comercio forem como vão, e continuarem a hir aos Vossos Dominios, e os seus Navios, que pelo mesmo motivo entram, e frequentam os Vossos Portos, gozem neles da mesma Liberdade, segurança e bom tratamento com que até agora tem sido recebidos. (...) e tira dos Vossos Portos particularmente do de Tânger as Provizoens que lhe são, e podem ser necessarias, continue sem obstaculo a lhe ser permitida a livre extracção deste socorro; (...) se consolidar cada vez mais a Paz e boa armonia que subsiste entre as duas Naçoens;”

Enquanto Portugal tenta, de forma bastante firme e assertiva, fazer cumprir o Tratado de Paz assinado em 74 e garantir a liberdade do trânsito e comércio de embarcações e bens, a Corte de Madrid, opondo-se a qualquer das propostas feitas pelo soberano de Marrocos, arranja estratégias de diversão. Entre elas, recorre à colaboração de um governador rico das províncias de Ducália e Safi enviando-lhe dinheiro, armas e munições, a troco de ele fazer aclamar um outro irmão à governação do reino. Salientamos a informação que o consul de Mogador, João António de França, transmite a Luiz Pinto de Souza Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em carta datada de 9 de Julho de 1792 onde refere que *“se o Rey Muleu Ishem sahisse da Capital Marrocos, e fosse sentar sua residencia em Salé, ahi seria assestido com dinheiros, e tudo mais, q da Corte de Hespanha dezeja conseguir”*⁸².

Enquanto Fr. João de Sousa e o seu discípulo Fr. José Moura ficaram hospedados em casa do consul português Jorge Pedro Collaço, Landerset aproveitou os treze dias que passou em Tanger para ser recebido pelos consules estrangeiros e tomar conhecimento do que ia acontecendo na região.

Assim, e dando continuidade à estratégia espanhola foi, com o consentimento dos moradores daquelas províncias, Mulei Háxem aclamado rei de Marrocos, sendo que a divisão do reino serviu de palco a atos de desordem entre os povos. O corte de estradas e as crescentes guerrilhas entre províncias levam ao aumento das frentes partidárias e Mulei Alieqid, decidido a fazer frente ao irmão Mulei Háxem, deixa Ceuta em direção à cidade de Marrocos. Depois de ser avisado da chegada do irmão, Háxem vai ao seu encontro e

⁸¹ A.N.T.T., M.N.E., Espólio privado da família Landerset, doc. 33.

⁸² A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx 272, «Estados Barbarescos 1789-1832», C-0001.

perde a batalha, apesar de possuir um exército muito maior do que o de Alieqid. Quanto a este, embora vencedor, ainda consegue entrar na cidade apesar de ter sofrido três ferimentos de bala numa perna, acabando por morrer⁸³ depois das muitas e cruéis agressões aos habitantes. Espalhando-se a notícia de que ambos os irmãos tinham morrido um outro irmão, Mulei Salema, que residia nos arredores de Tânger, automeia-se soberano. Só mais tarde é que foi informado de que Haxem ainda se encontrava vivo. Perante isto, os moradores de Fez e Mequinez recusam-se a reconhecer a soberania quer de Salema quer de Haxem, e decidem proclamar Mulei Slimane, que vivia em Fez.

A instabilidade era visível por todo o reino com três irmãos nomeados em locais diferentes. Mulei Haxem na cidade de Marrocos, Mulei Salema nos arredores de Tânger e agora Mulei Slimane, residente em Fez. Este último, sentindo-se intimidado no meio dos outros dois irmãos, receia ser morto por um deles. Para além disso, não possuindo recursos para sustentar as tropas⁸⁴ nem o partido, resolve desistir do seu recente senhorio régio e retira-se para um santuário nas montanhas de Tetuão, local para onde tinha ido após a morte do seu pai. Considerando Mulei Salema a sua proclamação enfraquecida, é Mulei Haxem empossado soberano no reino de Marrocos, atribuindo o governo de Mogador a um dos seus irmãos, Mulei Abdessalem.

Mulei Haxem levava uma vida de boémia, entregando-se à bebida e ao ópio e não cuidando do povo, fazendo aumentar o ódio que as populações por ele nutriam em resultado dos atos violentos intentados contra o povo e as terras. Por esse facto governou durante menos de um ano, altura em que se viu obrigado a retirar-se para a cidade de Agadir, local longínquo na província de Sús. Só depois é que as populações escreveram a Mulei Slimane e, rogando-lhe que tomasse posse do reino, lhe garantiram apoio, obediência e vassalagem.

Já em Lisboa e no decorrer do ano de 1791 João de Sousa, regressado de Marrocos, teme pelo seu amigo Fr. José de Santo António Moura que, a residir em Tanger sem quaisquer meios de subsistência ou recomendação especial, se encontrava demasiado exposto aos iminentes riscos de conflitos hispânicos que se viviam na região. Moura encontrava-se em terras marroquinas na sequência do estilo de ensino administrado por

⁸³ SOUSA, João de (1793). Segundo o *Formulário da Expedição de huma Embaixada*, fl.15, podemos ler a descrição “No reinado de Mulei Eliazid [...] esperava-se nesta Corte huma das suas Concubinas por Embaixatriz em consequência da nossa Embaixada [...] o que não teve effeito, por lhe faltar a vida na batalha que deo a seu Irmão Mulei Haxem que se tinha aclamado em Marrocos”, o que vem confirmar que a morte precoce e inesperada do soberano invalidou a intenção de enviar uma embaixada de Marrocos a Portugal.

⁸⁴ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, C-0014, 3 de Março de 1793. Situação muito comum, como se pode verificar na diversa correspondência da época.

Sousa, que defendia a prática de uma língua estrangeira assim que o aluno adquirisse os conceitos gramaticais básicos. Entretanto, tal instabilidade vivida em território marroquino fazia o mestre duvidar do perigo emergente para o recém reafirmado acordo de paz entre Portugal e Marrocos. No entanto, tal suspeita não se vislumbra em três cartas pessoais⁸⁵ que Landerset escreve quando regressa de Marrocos. Ali, ele assegura a ratificação do tratado e o sucesso da missão:

*Je suis arrivé à Lisbonne de ma Commission le 13 de Mars, j'ai eu du bonheur de réussir à faire confirmer et approuver complètement le traite fait en 1773 entre le Roy du Portugal et celui du Maroc, et présentement (...) que tout les Ports de Son Royaume sont ouverts a la Navigation et Commerce des vaisseaux Portugais, sans que le Portugal soit obligé a aucune contribution, ce deviens rendu des jaloux. (...) et je vous avoue que je suis fatigué de tant de Commissions, n'ayant été pendant (...) de six année que trois moins et tant de jours chez moi en compagnie de mon Epouse, je commence a devenir vieux, j'ai besoin que (...) aye soin de moi, et je ne suis pas pour supporter les intrigues des gens du Cours que caballes continuellement contre les personnes a qui le Souverain marque quelques prédilection et principalement si cette personne est un Etranger.*⁸⁶

4.1 Causa “*de se retirarem de Marrocos aquellas Princezas*”

Sabendo que Slimane iria sair vencedor, Mulei Abdessalem sai da Província de Sús e, com um exército de dois mil homens, atravessa os desertos de Tafilét para não ser notado nas terras ao redor da cidade de Marrocos, indo unir-se a Slimane na guerra contra o ébrio Haxém. A 31 de Janeiro de 1793 João António de França, consul no porto de Mogador, redige uma carta⁸⁷ ao secretário de estado dos negócios estrangeiros e da guerra informando que, por “*ser do agrado do Rey Mulei Ishem*” deve o Príncipe Mulei Abdessalem, e todos os negociantes que residem no porto de Santa Cruz de Barbaria, sair

⁸⁵ A.N.T.T., CA-PT, Arquivo Particular do Espólio de Jacques Philippe Landerset, doc. 47-c0000-c0003, s.d. mas apontando para o ano de 1791, logo a seguir ao regresso de Marrocos.

⁸⁶ “*Regressei a Lisboa a 13 de Março vindo da minha Comissão, e tenho o prazer de ter confirmado e feito aprovar completamente o tratado estabelecido em 1773 entre o Rei de Portugal e o de Marrocos, e presentemente (...) que todos os Portos do Seu Reino se encontram abertos à Navegação e Comércio dos vassallos Portugueses, sem que Portugal seja obrigado a qualquer contribuição, o que gera invejas. (...) e vos digo que estou cansado de tantas Comissões, em seis anos não estive em casa na companhia da minha esposa mais do que três meses e alguns dias, começo a ficar velho (...), preciso que ela cuide de mim, e não estou para aturar as intrigas de pessoas da Corte que continuamente cabalam contra as pessoas pelas quais o Soberano demonstra alguma preferência, e principalmente se essa pessoa for um Estrangeiro*”, (tradução nossa).

⁸⁷ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, C-0012.

em virtude de passar o comércio a ser proibido⁸⁸. Em março, João António de França comunica para Portugal uma nova revolta iniciada pelo filho mais velho do falecido rei Mahomed em protesto pelas “*tirantias e desordens praticadas por mencionado Pertendente naquellas Provincias*”⁸⁹, onde refere que o mesmo se munuiu de um exército de mais de nove mil homens berberes e “*matara em acto de batalha*” o pretendente ao trono, tendo a sua cabeça sido exposta em Santa Cruz de Barbaria⁹⁰.

Para prevenir vinganças, e antes de viajar⁹¹ até à presença do seu irmão Slimane, Abdessalem confia a segurança de toda a sua família ao arrais Ahmed Scarige. É importante revelar a identidade deste homem por quem o príncipe nutre especial confiança. Este arrais, judeu nascido em África e com o nome de Elião Liale, tinha sido escrivão da fazenda durante o reinado do imperador defunto. Visto Mulei Aliezid ter mandado matar todos os judeus que serviam o reino desde o tempo do seu pai, do qual este fazia parte, decidiu negar a sua religião e abraçar a religião maometana. Daí a nota de rodapé na carta de autorização do príncipe⁹², em que se menciona o “*Arrenegado Scarige*”, expressão comum para distinguir os que abjuravam as convicções políticas e religiosas.

Não deixa de ser interessante analisar o papel dos judeus na África do norte e, mais especificamente, em Marrocos. Não é pouco frequente encontrar menção a maus tratos perpetrados a habitantes judeus. Por entre as desordens resultantes da indulgência de Mulei Ishem era comum “*reduzir os infelices Hebreus a ultima mizeria*” e, ao mesmo tempo, não castigar os revoltosos mouros⁹³.

Assim, importa primeiro tentar compreender quem era o judeu para os judeus. Segundo a lei hebraica, judeu é todo o que é nascido de mãe judia ou o que se tenha convertido ao judaísmo sem, por isso, ser considerado um judeu inferior. Da mesma forma, um judeu não praticante do judaísmo que se afirme agnóstico ou ateu, não deixa de ser visto como judeu mas, ao converter-se a outra religião, transforma-se num apóstata. Ora, para a cultura judaica, quando assim acontece devem os familiares e amigos fazer luto por ele, pois é como se o indivíduo deixasse de existir e, como tal, já não pertencesse à comunidade. No entanto, se o mesmo pretender regressar ao judaísmo não necessita de se

⁸⁸ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, C-0018. Concluímos que tal intenção não se concretizou, em função da carta do consul de Mogador redigida a 30 de Maio de 1793, em que informa ter recebido “*notícias comunicadas pelos Comerciantes ali estabelicidos*”.

⁸⁹ Idem, C-0015.

⁹⁰ Ibidem, C-0016.

⁹¹ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, C0017, 12 de Maio de 1793.

⁹² A.C.L., MV, CA, cota 50, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796».

⁹³ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, C0003-C0004, carta do consul de Mogador a Luiz Pinto de Souza Coutinho, 18 de Novembro de 1792.

converter, mas apenas de renunciar à prática da fé anteriormente eleita. Tal particularidade prende-se com o facto de, para além de esta não ser uma religião de conversão, estar orientada para respeitar a pluralidade religiosa. Apesar disso, os que se convertem passam a estar ligados a um sistema de fé e convicções fortemente estabelecido e devem obedecer aos princípios da lei judaica, visto a sua essência se basear na integração do sujeito numa comunidade judaica e na observação das suas tradições e leis. Neste contexto, podemos afirmar que judeu é tanto o que professa os princípios religiosos do judaísmo, como o que nasce numa comunidade judaica.

Ora o judaísmo, surgido em Israel há cerca de quatro mil anos, é cronologicamente reconhecido como a primeira das três religiões monoteístas, juntamente com o cristianismo e o islamismo. Os seus seguidores defendem a existência de um único Deus detentor de onisciência e onipotência, o qual firmou um pacto com o povo por Si escolhido, os hebreus, a quem renunciou a conquista da terra prometida de Canaã, o que aconteceu nos dias de Josué⁹⁴. A história do judaísmo funde-se com a história da nação de Israel. Os diferentes períodos da sua história, que incluem várias formas de governo e soberania, identificam-se com a evolução da religião e da fé⁹⁵. De forma muito resumida, evidenciamos alguns dos marcos que a história nos transmite. No ano 63 a.C. Pompeu ocupa a cidade de Jerusalém e coloca a Judeia debaixo do cuidado de Roma. É neste período de ocupação Romana que nasce um judeu a quem chamam Jesus (1 – 33 a.D.), fundador do Cristianismo. Os judeus nunca aceitaram este domínio romano e manifestaram-no através de várias revoltas, que levam, no outono de 70 a.D., ao cerco e destruição de Jerusalém por Tito, filho do Imperador Vespasiano⁹⁶. O golpe final é dado no ano 135 quando Jerusalém e outras fortalezas são conquistadas por Júlio Severo aquando do reinado de Adriano (117-138 a.D.). Sob pena de morte dos judeus, é-lhes interdita a entrada na cidade, e a Judeia torna-se parte da província romana da Síria-palestina. Dá-se, então, uma nova diáspora judaica e o povo espalha-se pelo mundo. Ainda assim, verificase a manutenção da unidade cultural e religiosa até alcançarem, a 14 de Maio de 1948, a tão almejada reconstituição do estado de Israel. Religião e tradição sempre andaram de mãos dadas, sendo que continuam a ser aceites como judeus todos que se convertem ao judaísmo, da mesma forma que os que o rejeitam para se converterem a outra religião passaram a ser vistos com desconfiança.

⁹⁴ *Bíblia para Todos* (2009), livro de Josué.

⁹⁵ JOSEFO, Flávio (1990), pg. 128-134, 326, 638-664.

⁹⁶ SCHULTZ, Samuel J. (2009).

É sabido que as ideias iluministas e o conceito agitador que encerram influenciaram a ideologia judaica provocando a ocorrência de mudanças estruturais, entre as quais o aparecimento do movimento reformista que, mais liberal e progressista, defende a adaptação dos pressupostos judaicos à sociedade da atualidade. Assim, o judaísmo reformista apresentava-se mais orientado para a espiritualização da Humanidade e, dando os primeiros passos em direção ao ecumenismo, defendia a tolerância e a flexibilidade comportamental, assim como a igualdade de género. Apesar de, por vezes, parecer distanciarem-se dos conceitos religiosos ancestrais, o elemento unificador de todos os judeus à nação é, precisamente, a sua própria identidade, que sempre preservaram. A partir dos finais do século XVIII a comunidade judaica assiste ao aparecimento de variadas abordagens à vida em comunidade, diferindo entre elas na apologia de um maior ou menor número de leis pois, enquanto os judeus ortodoxos defendem o cumprimento de muitas regras, os não ortodoxos valorizam a adaptação aos costumes locais. A exemplo disso temos a extinção de práticas de ostracismo extremo que perdeu a sua expressão após o Iluminismo, quando os judeus passaram a ser integrados nas nações gentias em que viviam. Deste modo, o tipo de judeu que vivia em Marrocos nos finais do século XVIII era ainda o que tinha negado a sua religião e, como tal, vítima de *cherem*, a mais alta repreensão eclesiástica da sociedade judaica que inclui a expulsão do indivíduo da comunidade que o viu nascer.

É precisamente num dos relatos de Jesus⁹⁷ que podemos aceder a um valioso registo sobre a condição de um judeu a viver fora do seu povo, da sua cultura e da sua parentela. Para tentar assimilar plenamente o conteúdo há que ter em conta que a Bíblia é um livro antigo do Médio Oriente que condensa narrativas que servem de cenário a antigas civilizações semitas e cujos costumes se encontram distantes do mundo ocidental de hoje. Assim, nem sempre as práticas são óbvias para os leitores das sociedades de costumes europeus. Jesus era conhecido por ensinar através de parábolas, que são histórias figurativas, metáforas usadas para explicar os princípios que regem o mundo espiritual. Através de comparações assinalavam-se as semelhanças e o ouvinte apenas necessitava de processar uma interpretação simples. Atualmente, somos compelidos a decifrar a história através das lentes do século I sem desfocar as imagens culturais da época. Aqui temos a necessidade de sobrevivência daquele filho judeu que, após deixar deliberadamente a família, tomar posse da fortuna herdada e mudar-se para uma “*terra longínqua*”, perde

⁹⁷ *Bíblia para Todos* (2009), Novo Testamento, Evangelho de São Lucas, capítulo 15, versículos 11 a 23, Parábola do filho pródigo.

tudo o que tinha e vê-se obrigado a ir pedir trabalho a “*um dos cidadãos daquela terra*”, o qual o manda “*apascentar porcos*”. O versículo 16 adianta, ainda, que o rapaz “*desejava encher o estômago com as bolotas que os porcos comiam*”, demonstrando que era alguém desesperadamente faminto. O absoluto estado de miséria a que chegara reflete-se, para o leitor, na atitude do povo estrangeiro quando, no mesmo versículo, lemos que “*ninguém lhe dava nada*”, permitindo-nos vislumbrar a penosa condição humana a que aquele pródigo decaíra. Certamente que importa evidenciar a antítese entre o significado de “*pródigo*” e a espinhosa experiência que o jovem vivenciava. Aqui, a devassidão e o desespero são apresentados da maneira mais repugnante para o povo judeu para o qual o suíno, nos tempos do Antigo Testamento, era um animal proibido⁹⁸ e, como tal, um animal não *kosher*⁹⁹. Segundo o Talmud¹⁰⁰, os animais *kosher*¹⁰¹, ou permitidos para consumo próprio, são todos aqueles que possuem determinadas características de acordo com a sua espécie. Se forem mamíferos, têm de ser ruminantes e possuir cascos fendidos. Se peixes, têm de ter guelras e escamas e, como tal, não serem mamíferos. Quanto às aves a Bíblia explica as interditas à alimentação¹⁰², pelo que a maioria é permitida.

O judeu não era apenas impedido de comer carne de porco, mas cuidar de suínos era considerada a maior humilhação para qualquer hebreu. E este profundo repúdio tem a sua razão de ser baseado em dois fatores, um emblemático e outro histórico. Em relação ao primeiro, não é o simples facto de o porco possuir os cascos fendidos e não ruminar e, como tal, ser um animal quase *kosher*, mas agravante é o simbolismo adjacente a este animal que, ao deitar-se na pocilga, tem por hábito esticar os cascos fendidos como que a tentar enganar os humanos fazendo-lhes crer que é um animal *kosher* levando-os a esquecer de que não é ruminante. Tal simulação fez com que, ao longo dos tempos, este animal se tenha immortalizado entre os judeus como símbolo universal do engano e falsidade. No entanto, a aversão judaica ao porco acentuou-se principalmante depois do

⁹⁸ *Bíblia para Todos* (2009), Antigo Testamento, livro de Levítico, capítulo 20, versículo 25. “*Fareis, pois, a diferença entre os animais limpos e imundos*”.

⁹⁹ Idem. Livro de Deuterónimo, capítulo 14, versículos 6 a 21.

¹⁰⁰ Fruto de discussões rabínicas, o Talmud é o conjunto de leis que compreendem a ética, a história e os costumes do judaísmo.

¹⁰¹ SHURPIN, Rabi Yehuda. Os alimentos ou produtos *kosher* são todos os que obedecem à lei judaica. Entre estes há alguns princípios que devem ser respeitados, tais como o de não misturar carne e leite na confeção dos alimentos e não utilizar utensílios que foram anteriormente empregados para cozinhar alimentos não *kosher*. A preparação da carne também obedece a princípios específicos. O bovino deve ser partido em quartos e a carne sangrada mediante a sua imersão em água gelada. Depois de retirada é coberta com sal grosso e novamente imergida em água gelada. Só depois é que pode ser confeccionada.

¹⁰² *Bíblia para Todos* (2009), Antigo Testamento, livro de Levítico, capítulo 11, versículos 13 a 19.

segundo século, no período do domínio dos Macabeus¹⁰³ em que estes, de forma a aferir se os subjugados hebreus negavam a religião judaica, os tiranizavam obrigando-os a comer carne de porco, o que a maioria rejeitava preferindo a morte¹⁰⁴. Atualmente, há muitos judeus que já não observam integralmente as leis dietéticas da sua religião, mas continuam a recusar todos os alimentos que contenham carne de porco pois, para eles, é uma questão de convicção. Surpreendentemente, não há qualquer oposição à utilização de objectos elaborados com pele de porco curtida. No entanto, apesar de lhes ser permitido possuir negócios de criação de animais não *kosher* como, por exemplo, o de cavalos, a produção de suínos é expressamente proibida uma vez que estes são criados essencialmente para o consumo humano.

Contudo, o cristianismo vem desobrigar a humanidade destes condicionalismos e, entre outras, há uma passagem¹⁰⁵ bastante reveladora no Novo Testamento em que, no tempo da “*graça*”, nenhum ser humano se encontra sujeito a estas regras judaicas pois, ao enviar Jesus Cristo ao mundo para saldar os pecados da humanidade, Deus tornou todos os animais puros. Isto faz sentido se considerarmos que era costume alguns animais *kosher* serem sacrificados para absolvição dos pecados do dador¹⁰⁶, o que deixa de fazer sentido com o derramamento de sangue e morte de Jesus Cristo. Daí que na visão mencionada, cronologicamente posterior à morte e ressurreição de Jesus, onde foram vistos todos os animais da terra e aves do céu, a ordem “*Levanta-te, mata e come*” venha confirmar tal libertação do Talmud e do Antigo Testamento. Atualmente, no que respeita à cirurgia coronária, alguns judeus ainda se opõem à substituição das válvulas do coração humano por válvulas de porco que, normalmente, reduzem a taxa de rejeição das mecânicas, apesar de terem de ser substituídas ao fim de cerca de dez anos.

¹⁰³ JOSEFO, Flávio (1990), pg. 288-289, 308, 504-505. Por ordem do rei helénico Antíoco IV Epifanes iniciou-se uma forte perseguição aos que se recusavam a abdicar das práticas judaicas tradicionais, entre as quais se contam a circuncisão e posse de quaisquer livros da Lei, cujo castigo podia levar à morte. Recusando-se a tal, um sacerdote judeu chamado Matatias iniciou, juntamente com os seus cinco filhos, uma rebelião armada contra o domínio dos gregos, juntando-se-lhes muitos camponeses fieis à tradição judaica. Da luta contra os helénicos resulta, três anos depois, a libertação de Jersalém e a purificação do Templo, levadas a cabo por Judas Macabeu. O que veio a contribuir para o surgimento de divisões internas entre os judeus foi o facto de um outro irmão, Jônatas, se ter autonomado sumo sacerdote da família, cargo que não lhe pertencia ocupar e que os judeus mais tradicionais não aceitavam. Assim, o enfraquecimento político e económico permite aos irmãos Macabeus consolidarem as suas conquistas na Judeia conseguindo Simão Macabeu a sua independência em 143 a.C., situação que só se altera quando, em 63 a.C., Pompeu anexa a Judeia à república Romana.

¹⁰⁴ JACOBS, Louis (1995), pg. 124-130.

¹⁰⁵ *Bíblia para Todos* (2009), Novo Testamento, livro de Atos dos Apóstolos, capítulo 10, versículos 9 a 16.

¹⁰⁶ Os mais comuns eram bois, ovelhas, cordeiros, cabras, bodes, pombos e rolas, sendo que cada um destes estava relacionado com pecados específicos.

Enquanto isto, para os muçulmanos o Corão é considerado a última mensagem revelada por Deus ao profeta Maomé, e também eles estão proibidos de comer carne de porco, de ingerir sangue, de misturar carne com leite, de consumir estupefacientes e bebidas alcoólicas, e a confecção dos alimentos está sujeita a regras semelhantes. Parece-nos, assim que, para um árabe, cuidar de porcos também era uma tarefa demasiado humilhante, o que nos leva a sugerir a hipótese de o filho pródigo referenciado nos textos bíblicos, ter viajado até uma região helénica onde se consumia carne de porco sem restrições.

É, ainda, singular a informação vinculada à comitiva que se deslocou a Marrocos após a retirada de Mazagão em que, nos dias após a designação soberana do seu filho Abdessalam para articulação do tratado de paz, comércio e navegação entre os dois reinos, “*decorreram em troca de presentes [...], visita das curiosidades da capital, como o Lago dos Leões [...], onde havia dois daqueles animais e dois tigres, alimentados a porcos por tratadores judeus; e não faltavam as animadas fantasias [...]*”¹⁰⁷. A verdade é que, à medida que aumenta o número de imigrantes árabes espalhados pelo continente europeu, os residentes nos países árabes que possuem o estatuto de convertidos tendem a sofrer maior perseguição social. No entanto, quando são os árabes os conquistadores em territórios estrangeiros, raramente obrigam os conquistados a aceitar a sua fé, mas preocupam-se em criar uma ordem social islâmica à qual os vencidos se vão, gradualmente, habituando¹⁰⁸.

Ora, o judeu Elião Liale, convertido ao islamismo por se encontrar a viver num país árabe, e Ahmed Scarige de nome, havia-se retirado para Santa Cruz para salvaguardar a sua vida, onde permanece na penumbra até que Mulei Abdessalem o manda chamar para levar a cabo a tamanha tarefa de conduzir a sua família. Assim, e após a formalização desta ordem por escrito¹⁰⁹, o arrais prepara o embarque da cidade de Agadir para a de Salé¹¹⁰. Abdessalem antevê que, caso os ventos sejam desfavoráveis e eles tenham de procurar algum porto, devem pedir ajuda às potências com as quais têm paz, em especial à portuguesa “*por ser a sua amizade mais constante, e de nós bem conhecida*”.

¹⁰⁷ FIGANIER, Joaquim (1969), pg. 33.

¹⁰⁸ ILIFTE, John (1999), pg. 61-118.

¹⁰⁹ A.C.L., MV, CA, cota 50, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796», fl. 158. Carta escrita por Mulei Abdessalem e datada de 10 de Abril de 1793 a ordenar que Ahmed Scarige conduza as suas mulheres, concubinas e demais família e criados do porto de Santa Cruz até à cidade de Salé usando, para isso, um pequeno navio que tinha adquirido.

¹¹⁰ Idem. Carta escrita pela Princesa Laila Amina a 6 de Julho de 1793 à rainha D. Maria I antes de o arrais se deslocar, no dia 28 do mesmo mês, ao palácio de Queluz, a confirmar que “*nós embarcamos em St^a Cruz com o destino de hir-mos ao nosso Porto de Salé*”.

Segundo o noticiado a 16 de Julho de 1793 na Gazeta de Lisboa, este judeu convertido é denominado de *Baxá*¹¹¹ ao qual se reconhece civilização e instrução. Para além disso, fora ele quem “*ajudara a Paz em Portugal*”. A publicação refere, ainda, o verdadeiro motivo da jornada: “*por se haverem finalizado as guerras civis, que foram causa de se retirarem de Marrocos aquellas Princezas*”.

Um outro documento confirma ser a verdadeira razão o facto de se antever a superioridade do partido do irmão Soleiman, por ser o mais poderoso e porque Haxam se tinha entregado ao vício. Assim, e não querendo expor a sua família “*a algum insulto*”, decidiu-se a ir por terra enquanto a família embarca numa polaca com destino a Salé.

4.2 As diversas arribadas

A 13 de abril de 1793 fez o arrais embarcar todas as mulheres, concubinas e filhos do Príncipe Mulei Abdessalem, assim como a restante comitiva, em direcção a Salé, perfazendo o total de duzentas e vinte e uma pessoas. João de Sousa é meticoloso ao discriminar os nomes das figuras reais no relato da Arribada. O papel principal é atribuído à princesa Laila Amina, mulher do príncipe Abdessalam. Acompanham-na as três filhas e os dois filhos do príncipe e de diferentes mães. Para além da mãe de uma das concubinas viajam também uma filha e a viúva do falecido Eliazid, Laila Rabû, a viúva do Imperador Velho, também faz parte da comitiva. De seguida, Sousa enumera os servos, entre os quais um eunuco, um secretário, um arrais condutor, um preto porteiro, uma georgeana, duas camareiras, dezassete criadas músicas, trinta criados e dezassete mulheres destes, cento e dezanove escravos e escravas e respetivos filhos, onze mouros, entre eles a filha de um irlandês arrenegado, a mulher do porteiro, um judeu, para além de uma judia amiga do arrais.

Enquanto o príncipe seguia por terra, a sua família viajaria por mar para evitar confrontos com as tribos do partido de Molei Háxime. A viagem, que por ser de pouca demora levava-os a acomodarem-se num só navio, fica sujeita aos ventos de sw-nw que desviam a embarcação da costa fazendo-a arribar, primeiramente, na ilha da Madeira.

¹¹¹ *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses (1994)*. Baxá ou Paxá era a designação dada aos governadores de províncias ou pessoas importantes no reino, equivalente ao título de “Excelência” do ocidente.

Segundo a carta escrita pela Princesa Laila Amina à soberana portuguesa aquando da sua chegada a Lisboa, ela solicita que recebam o arrais na real presença para “*vos manifestar os obséquios que os vossos Servos governadores das Ilhas da Madeira e S. Miguel nos fizeram*”¹¹². Na resposta do príncipe D. João lemos “*me certifiquei dos obséquios com que vos tratarão nas duas Ilhas da Madeira e S. Miguel*”¹¹³ assegurando as devidas recompensas pela hospitalidade prestada.

4.2.1 Na Ilha da Madeira

A segunda metade do século XVIII assolou a ilha da Madeira com enorme mortandade resultante, não só de diversos surtos epidémicos como pestes, desinterias e sarampo, mas também por secas que provocavam a falta de pasto para o gado e períodos de fome que aumentavam a miséria das populações. Os vários conflitos internacionais que deflagraram ao longo de todo o século deram origem ao encerramento dos portos do arquipélago, provocado também pelos surtos epidémicos que obrigavam as embarcações a ficarem de quarentena ao largo da praia formosa¹¹⁴.

A *Gazeta de Lisboa* de 16 de julho de 1793 começa por informar que “*Escrevem do Funchal que no mez d’Abril arribára áquelle porto huma Polacra Mourisca*”, que viajava de Santa Cruz para Tânger a qual, por força de ventos contrários, andara à deriva e fora arribar ao largo da ilha da Madeira. Posteriormente João de Sousa recorda, na sua crónica, que foram muito bem recebidos e obsequiados pelo governador durante todo o tempo que ali passaram. O periódico também menciona que a embarcação esteve no porto durante dez dias sem saírem para terra nem serem as mulheres vistas por homem algum, com exceção da visita de algumas senhoras da ilha. Não obstante a hospitalidade composta por água e víveres em quantidade generosa¹¹⁵ foram, ainda, fretados dois navios para a família se poder dividir e ficar mais bem instalada, uma vez que estavam muito apertados. Refere, ainda, que o cônsul da Mauritania se apresentou às suas soberanas, finalizando o periódico com a expectativa de se saber o resultado de tal encontro.

¹¹² A.C.L., MV, CA, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796, fl. 161.

¹¹³ Idem, fl. 163.

¹¹⁴ CARITA, Rui (1999).

¹¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, suplemento de 16 de julho de 1793, Regia Officina Typografica, podemos ler “[...] a quem o mesmo Governador presenteou com um grandioso refresco, como também algumas Pessoas distintas daquela Cidade”.

Na verdade, da Madeira é Diogo Pereira Forjaz Coutinho¹¹⁶ quem, a 5 de Junho, envia uma carta¹¹⁷ ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Souza¹¹⁸ a dar conta dos procedimentos efectuados durante a arribada da família real marroquina.

Começa por informar que o bergantim mourisco “*El Joveno Lorenzo*”, que ele traduz por “*O Rapaz Lourenço*”, arribou no porto do Funchal a 19 de abril depois de uma semana fustigada por intempéries que o impediram de chegar a Tânger. O comandante, Mohamet Squers, assegura que transporta a família real de Santa Cruz de Berberia, comprovando-o pela apresentação de alguns documentos escritos em árabe. Ora, e segundo D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, “*como nesta Ilha não há quem os entenda, recorro a mostrar-me alguns papeis em branco, sellados com hum cunho de tinta preta, que diz ser o signal do seu Monarca*”. A descrição continua com o detalhe de que o comandante ainda “*me mostrou no seu próprio original os Artigos de Pazes celebrados entre Portugal e Marrocos*” referindo-se ao Acordo de Paz assinado em 1774, documento que considera determinante para que possa ser dado pleno crédito ao motivo da arribada. Aqui também é referido o facto de o comandante ter recebido ordens para aportar em portos portugueses em detrimento de outras potências, demonstrando grande confiança em Portugal.

Perante a tamanha necessidade de retirar mais de duzentas pessoas de dentro de um pequeno navio, o governador ofereceu a sua casa para “*nella descançarem as Pessoas Reais ou ainda mesmo toda a familia*”¹¹⁹. Tal sugestão foi imediatamente rejeitada com a justificação de que o rei de Marrocos não aceitaria de ânimo leve que “*as pessoas femininas*” fossem a terra e, se a rainha desejasse comprar alguma coisa, mandaria uma criada. Insistindo o capitão que as Senhoras não podiam ser vistas por pessoas do sexo oposto, esclareceu “*o estillo de sua Nação*” ao governador, o qual justifica ser essa a razão de não as ter ido cumprimentar a bordo. O comandante mouro acrescenta que, quando fora incumbido desta missão, não esperava que fosse para transportar tanta gente numa

¹¹⁶ SILVA, Fernando Augusto da (1978), Vol. I, p. 82, apresenta D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho (23/05/1726-30/03/1798), governador e capitão-general do Arquipélago da Madeira conhecido pelo zelo e retidão na administração pública, e um dos maiores beneméritos da Santa Casa da Misericórdia.

¹¹⁷ A.R.M., Governo Civil, Livro 519, p. 25-28, “*Officio que S. Ex^a. Dirigio ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Luis Pinto de Sousa, sobre o Bergantim Mouro que ancorou neste Porto, vindo de S. Cruz de Berberia com a Fam^a Real de Marrocos, e voltou deste p^a Tanger levando fretados dois Bergantins Portuguezes*”.

¹¹⁸ Luis Pinto de Souza Coutinho (1735-1804), 1º Visconde de Balsemão e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no reinado de D. Maria I.

¹¹⁹ A.C.L., MV, CA, cota 50, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796», fl. 158, podemos ler “*Se chegardes a seus países vos hospederão e vos não farão demorar nem impedirão. Quando isto acontecer devem desembarcar convosco seis dos nossos criados com a Arija (a camareira)*”.

embarcação de tamanho tão reduzido, o que o leva a sugerir “*deixar em terra metade da ditta gente*”. Assim, era em nome do seu rei que o mouro rogava autorização para tal, “*enquanto oportunamente ella não se transportava a sua Patria*”.

D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, conhecido por ser um homem de carácter, cumpridor dos seus deveres e zeloso pela defesa do reino¹²⁰ refere na sua carta que “*ponderando que semelhante providencia poderia vir a ser muito nociva a este Estado, e sumamente dispendiosa aos Reaes Cofres*”, diplomaticamente sugere o aluguer de alguma embarcação, no sentido de reduzir o incómodo a que tanta gente, há tanto tempo, se encontra exposta, cuja simplificação seria, certamente, menos dispendiosa para o governo marroquino.

É do conhecimento geral a ameaça que estas gentes simbolizavam no imaginário das populações, que sempre recordavam os frequentes ataques dos corsários marroquinos no atlântico. Sabemos também que, no ano precedente, este governador exercera grande perseguição às sociedades secretas coevas que se tinham instalado na Madeira no último quartel do século XVIII, dando origem a grande bulício, aprisionamentos e embarques clandestinos de prisioneiros e famílias. Por outro lado, havia mouros na ilha¹²¹, muito vocacionados para a agricultura por serem mais trabalhadores do que os escravos guineenses ou brasileiros. No entanto, também se dedicavam ao comércio desenvolvendo-o, principalmente, na Ponta do Sol e em Santa Cruz. Como tal, constituíam um núcleo importante de bairro e, a comprová-lo, está a Rua da Mouraria, uma das mais antigas no Funchal, ou a carapuça de vilão que compõe o traje tradicional madeirense, inspirado na ponta caída dos turbantes dos mouros. Os traços de integração numa cultura cristã atravessaram os séculos, e os mouros da ilha podiam bem ter sido escravos negros islamizados¹²², provavelmente africanos provenientes da África subsaariana, e depois subjugados pelos mouros que, mais tarde, os comerciantes da Madeira resgataram¹²³.

É com algum alívio que ficamos a saber que o comandante mouro abraçou o parecer de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, prontificando-se a fretar dois bergantins¹²⁴

¹²⁰ SILVA, Fernando Augusto da (1984), Vol. II, pg. 84, lemos “*indicando muito frequentemente ao governo da metrópole as medidas mais acertadas e indispensáveis para o engrandecimento e prosperidade deste arquipelago*”.

¹²¹ Idem, pg. 782.

¹²² SOUSA, João de (1790), *Documentos arabicos para a Historia Portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo*.

¹²³ BISPO, António Alexandre (2006).

¹²⁴ ESPARTEIRO, António Marques (1943). Refere que o bergantim era uma pequena embarcação parecida com a galé, com 8 a 16 bancos por banda, e arvorava dois mastros com pano latino. Podia ter cerca de 30

portugueses. Não obstante esta aparente e rápida solução, os proprietários das embarcações apenas aceitam o fretamento se os navios forem segurados. As prolongadas guerras civis em Marrocos e o constante e ameaçador curso atlântico tinham contribuído para a extinção do comércio, o que dificultava a realização de qualquer tipo de seguro aos navios. O governador, sensível aos riscos de epidemia a que tamanha comitiva se expunha em espaço tão exíguo, e à eventual mortandade dizimadora, não só de marroquinos, mas também dos ilhéus, referencia o perigo de, ao propagar-se tal infestação pela ilha podia “*também infestar toda a Europa*”. Curiosamente, ele refere que este é apenas um receio, o que revela bem o zelo que o caracteriza. Desta feita, solicitou a peritos que procedessem à avaliação dos dois bergantins e calculassem o valor mensal dos respectivos fretes de forma justa para com os proprietários e, para o caso de os Mouros não pagarem ou de as embarcações serem atacadas, ele garante o pagamento por conta da Real Fazenda do Funchal. Só assim se conseguiu dividir a comitiva pelas três embarcações, instalando cerca de setenta pessoas em cada uma delas¹²⁵.

A afirmação de Fr. João de Sousa que, na *Gazeta de Lisboa* de 16 de Abril, termina dizendo que “*O Consul da Mauritania foi acompanhar as suas Soberanas*” opõe-se ao escrito por D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho na sua carta quando, iniciando um parágrafo, explica que “*A hum Comerciante Portuguez que já em outras occasioens tinha aqui feito as vezes de Consul Mauritano (...) quis por obsequio às Reaes Pessoas, hir acompanhallas até Tanger*”. Foi esta a condição de serem os dois navios entregues, pois insistira este comerciante português em acompanhar a família real até Marrocos ficando, também, responsável por receber o respectivo pagamento. No entanto, e em pleno exercício da sua profissão, encarregou-o ainda o governador de tentar restabelecer algum comércio entre as praças portuguesa e marroquina, entregando-lhe “*huma boa provisão de ferro e algumas fazendas estrangeiras*” escolhidas pelo capitão mouro, com a missão de vender para comprar géneros para consumo na ilha, entre eles trigo.

Entretanto, ao ler a carta que a Princesa Amina escreve para o arrais levar em mão para a audiência marcada para 28 de julho com a rainha D. Maria I, tomamos conhecimento da intenção de informar a soberana dos nomes das pessoas que foram amáveis e cortezes, mas também das que tentaram lograr com a situação:

remos e era usado como embarcação de ligação ou exploração, ou em serviços de estado, como auxiliar de armadas.

¹²⁵ A.C.L., MV, CA, Cx. 272, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal, fl. 165, onde podemos ler “*nos derão duas Embarcações para que se dividisse a dita comitiva, e estar mais à larga*”.

“Ahi mesmo veio hum christão chamado Domingos Teles ter conosco, dizendo que era Consul, e nos assistiu e manifestou sua amizade pedindo-nos que o fizessemos Consul de Barbaria; e como vimos a boa assistencia que nos fazia, lhe fizemos o que nos pedia, dando lhe seu manifesto. Pedio depois disto que o deixassemos hir em nossa comp^a para se apresentar ao Nosso Soberano pois pretendia estabelecer nos nossos Portos duas casas de negocio, o que igualmente concedemos.”¹²⁶.

As embarcações fazem-se à vela a 29 de abril e o governador não é modesto ao afirmar que iam *“muito satisfeitos e agradecidos assim pelo comum beneficio que fiz a todos elles, como pelos particulares obsequios com que por mim foram tratadas as sobredittas pessoas Reaes”*. A carta termina solicitando ao ministro real, Luis Pinto de Souza, que apresente o assunto a D. João, e que o informe se *“as dittas dispoziçoens merecem a sua Real Approvação”*, para que ele saiba como agir em função de eventuais consequências.

4.2.2 Na ilha de São Miguel

Uma vez mais tentaram, sem sucesso devido aos ventos contrários, navegar em direção a Salé. Importa referir que as correntes podem deslocar-se em pleno oceano ou no litoral e podem ser de pequena ou grande dimensão, e que os movimentos das correntes marítimas são condicionados pelo clima, temperatura costeira e intensidade da precipitação, o que facilita ou dificulta o trajeto das embarcações, podendo arrastá-las para lugares distantes. O movimento de rotação da Terra também contribui para o desvio para a direita no hemisfério norte, e para a esquerda no hemisfério sul. Igualmente, a pressão atmosférica imprime movimento às águas e a alta pressão provoca a diminuição do nível das águas do mar, enquanto a baixa pressão provoca o contrário, dando ambas origem à formação de correntes. Da mesma forma os ventos, quando sopram na mesma direção durante determinado tempo, fomentam o deslocamento das águas provocando a formação de correntes, de superfície ou de profundidade, que podem sofrer um desvio até 45°, variando a sua velocidade ao longo do ano. O oceano atlântico possui dois circuitos de correntes marítimas superficiais, um a norte e outro a sul do Equador. A corrente equatorial do norte, a que nos interessa para este caso, nasce na zona das ilhas de Cabo Verde e completa-se com a corrente das Canárias que se dirige para sul acompanhando o norte de

¹²⁶ A.C.L., *Idem*, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal, fl. 166.

África e, por ser uma corrente fria visto ter origem em águas profundas, influencia o clima das costas de Marrocos, onde as marés são consideravelmente intensas. Há que ter em conta que as correntes marinhas não são fenómenos previsíveis pelo facto de a velocidade e a direcção das correntes serem tão inconstantes como a velocidade e a direcção do vento¹²⁷.

Assim, uma vez mais impossibilitadas de bolinar¹²⁸, as embarcações vêm-se forçadas a andar à deriva até que se deparam com a ilha de S. Miguel onde, por duas vezes, tentam atracar por não terem já água potável nem mantimentos. Apesar de se ter perdido um dos barcos, salvou-se toda a gente.

As informações sobre a duração da viagem desde a saída da ilha da Madeira são escassas e, se não fora uma carta de Thomas Hickling, consul dos Estados Unidos a residir em S. Miguel, para o consul da Suécia, Sir John Araldo Rantzou, residente em Portugal, a trazer alguma luz à ocorrência, pouco se sabia¹²⁹. Assim, começa Hickling por justificar que já não escreve ao consul há muito tempo por não haver qualquer ocorrência a relatar. Contudo, informa que envia em anexo à mesma carta, documentos comprovativos dos procedimentos em relação à família do príncipe de Marrocos que foram desviados da sua rota na Barbária no mês de abril, tendo chegado a S. Miguel, depois de terem enfrentado ventos contrários durante vinte e quatro dias desde a saída da Madeira, confirmando a chegada das embarcações ao largo da ilha a 24 de Junho.

O soberano português toma conhecimento da prontidão exemplar em providenciar os melhores serviços e obséquios à família real de Marrocos, tanto em mar como em terra¹³⁰. Sabemos que a família real foi visitada a bordo e, por se encontrarem doentes, foram instados a desembarcar de forma a não se sujeitarem aos perigos de uma epidemia¹³¹. Ainda na mesma carta, datada de 6 de julho, a princesa Laila Amina¹³² explica a razão do desembarque:

“Sahimos da Madeira [...] embarcando-se juntamente o referido christão, trazendo em sua companhia outro por nome Francisco João: E como tivéssemos tempo contrario e estivessemos perto de outra Ilha chamada de S. Miguel, pedio-nos que entrássemos nella por se ter acabado mantimento, o que fizemos. [...] porem nesse tempo nos desatenderão [os dois cristãos] e prejudicarão muito unindo-se com elle

¹²⁷ ALEXANDRE, José Alberto Afonso (1996).

¹²⁸ A.C.L., MV, CA, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796, fl. 165. “[...] *passados alguns dias de viagem cresceo o mau tempo contra nós, e nos obrigou a arribar a huma das vossas Ilhas por nome Madeira [...]*”.

¹²⁹ A.H.U., Norte de África, cx. 404, doc. 147-c, carta datada de 28 de junho de 1793.

¹³⁰ A.N.T.T., Ministério do Reino 1793-1830, cx. 619, mç. 497, n° 1027.

¹³¹ A.C.L., MV, CA, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796, fl. 166. “*Nessa occasião fomos acometidos de huma molestia por cauza da nossa longa jornada. Vierão os Médicos a bordo e nos dicerão se nos não desembarcamos seria a molestia prolongada, e tal vez de perigo*”.

¹³² Idem.

algumas pessoas daquela Ilha para os mesmos dezatentos, cujos nomes vos chegarão manifestos em outro papel [...]. Vendo porem o Juíz de Fora isto nos tomou á sua conta, nos assistio, nos honrou e fez bem, dizendo que tudo o que precisavamos o faria porque era servidor da Rainha, e que aquella Ilha era nossa”.

A *Gazeta* refere o episódio do barco que se afundou e acrescenta que a família real desembarcou e foi generosamente recebida em casa do Juíz de Fora e de outras pessoas distintas da ilha. A preemência do desembarque devia-se à gravidade do estado de saúde de alguns elementos reais:

*“[...] onde uma das viúvas do velho imperador e uma das concubinas de Mulei Abdessalam, achando-se gravemente doentes, foram transportadas a terra, e assistidas com toda a hospitalidade pelo Juíz de Fóra; a primeira melhorou, a outra morreu”*¹³³.

Entretanto, é no relato de Sanches de Gusman¹³⁴ que temos acesso a informação mais pormenorizada sobre este assunto. Primeiramente, foram recebidas na residência do Dr. António Luíz Rebello Borges da Silveira, Juíz de Fora e da Alfândega, e irmão de Fr. Luíz da Natividade, procurador de São Miguel a residir em Lisboa, no convento dos Caetanos. Assim que desembarcaram em São Miguel e se instalaram na cidade de Ponta Delgada, viram-se as princesas marroquinas “*abandonadas pelo Consul que até aqui as acompanhara*”¹³⁵. A razão de tal mudança de atitude reside no facto de Domingo Telles, o suposto consul da Mauritània que se comprometera a acompanhar a comitiva até Marrocos para ali desenvolver actividades comerciais, ter mudado de opinião ao tomar conhecimento das mais recentes informações recebidas da Corte de Lisboa e da cidade de Londres relacionadas com o perigo de guerra iminente. Para além disso alegou, também, o receio de epidemia em resultado das doenças transportadas a bordo, razões que levaram o Juíz de Fora e da Alfândega a convocá-lo para uma reunião onde foi assinada uma declaração a oficializar a decisão, ficando José Teixeira de Sampaio, mercador e residente em Ponta Delgada,¹³⁶ a substituir o amedrontado consul. Para tal mudança de planos em muito influenciou, certamente, a atitude do consul da Holanda que “*contribuiu para o insulto, que se fez, a bordo de huma das embarcações da dita Real Família*”¹³⁷. Parece que em causa esteve um roubo de tecidos de valor considerável, pois a mesma carta refere que o dito consul “*extraindo dela ao Judeo Holandes Moqiér Coen de Lara, e varreu fasendas*”. Ainda assim, Gusman revela que “*Deste abandono não resultou, comtudo, mal algum às*

¹³³ RIBEIRO, José Silvestre (1872), pg. 249.

¹³⁴ CANTO, Ernesto do (1881), pg. 397-405.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ A.R.A., Registo da Alfândega de Ponta Delgada, Livro X, f. 249 vº.

¹³⁷ A.N.T.T., Ministério do Reino 1793-1830, cx. 619, mç. 497, nº 1027.

princesas nem ás pessoas que com ellas vinham”. Certo é que várias pessoas foram castigadas pelo mau serviço que prestaram à família real. Entre eles encontra-se o corregedor Francisco Luciano, que foi logo substituído por F. José Santiago de Figueiredo.

No entanto, D. João não tinha a sua real mão encolhida para recompensar os que representaram bem o reino perante os visitantes. Assim, de entre os recomendados estavam Manuel José de França, sargento de infantaria e governador do Castelo de São Brás, o qual passou a beneficiar de uma pensão vitalícia de oitenta mil réis, extensiva à sua mulher e filhas mesmo após a sua morte. Tal deveu-se aos muitos cuidados com a segurança da comitiva, sendo que cumpriu em tudo com a sua obrigação, mandando uma guarda permanente de vinte soldados para protegerem a fortaleza de quaisquer eventuais ataques. O médico José António Ferreira de Souza, que se dedicou aos visitantes que se encontravam doentes, escreveu à rainha a solicitar *“a graça de lhe conferir Patente de Médico de sua Real Camara, com o Habito de Assiz”*. Tanto ele como Nicolao Maria Raposo e Pedro Nolasco Borges, ajudantes do castelo de S. Brás, foram gratificados com a Marca do Hábito da Ordem de Santiago de Espada. Quanto a Manuel da Camara Coutinho Carreiro, foi-lhe perdoada a sentença de dez anos de degredo na Índia, pois *“tem Sua Altesa dado ordem, para voltar da India, perdoado-lhe o tempo que lhe falta do seu degredo”*. Interessante é também a eleição do condutor Mahomet Squers como *“Procurador Universal a favor dos Ilheus, e Marujos que cumprimentaram a Família Marroquina”*. Simultaneamente, é o mesmo nomeado *“acerrimo promotor contra os que lhes faltaram a cumprimentos [...] os que lhes fiseram sensaborias”*. A correspondência mencionada refere, ainda, que os dois vereadores em funções, Jacinto de Andrade e Albuquerque, foram visitar as princesas a bordo, fazendo-se acompanhar das esposas e filhas, repetindo por diversas vezes o mesmo durante a sua estadia em terra.

Quanto à data do desembarque, refere Sanches de Gusman que as duas embarcações entraram nas águas do porto de Ponta Delgada *“n’um dia do mez de junho de 1793”*. Obedecendo à tradição, alojaram-se primeiro na casa da câmara, passando depois para uma outra em frente ao Convento de S. Francisco. O facto de haver doentes a bordo, entre eles a Princesa Laila Amina e uma das concubinas, foi a principal razão que levou a que o médico as tivesse aconselhado a desembarcar, onde ficaram 28 dias em casa do Juíz de Fóra, o Doutor António Ferreira de Sousa, a quem D. João decidiu posteriormente gratificar pelo *“zelo e obsequio com que, em providencia da Sua Real vontade, assistirão e*

servirão á Real Familia de Marrocos”¹³⁸, segundo a sugestão anteriormente mencionada na carta da Princesa Laila Amina à Rainha D. Maria.

A princesa restabeleceu-se, mas a concubina morreu. Tanto na crónica da *Arribada* como na *Gazeta de Lisboa* de 23 e de 27 de julho, João de Sousa escasseia em minúcia para aludir ao facto, não transmitindo qualquer sentimento de pesar nem eventuais pormenores da inumação. Por se tratar do falecimento de infiéis, tal não consta no registo do obituário católico. Naturalmente, também por ausência de informações de São Miguel, uma vez que as cerimónias fúnebres de uma moura idosa e de uma concubina, desta vez Laila Aixa, que viriam a falecer a 7 de agosto em Lisboa, gozariam de maiores explicações.

Ora o nobre Diniz Gregorio de Mello Castro e Mendonça¹³⁹, tendo sido o último governador em exercício da praça-forte de Mazagão antes do seu abandono em 1769, exercia em Ponta Delgada o cargo de capitão-general da Capitania Geral dos Açores desde 1776. Certamente que os costumes fúnebres da cultura árabe não lhe eram completamente desconhecidos, pelo que não estranharia que se instasse em proceder rapidamente ao enterro do corpo. O conceito muçulmano de morte assenta na crença de que é durante a vida que o destino final de cada um é decidido. Quando alguém morre a família tem direito a três dias de luto¹⁴⁰ em que a grande devoção substitui as roupas vistosas e os adornos, e onde demonstrações ruidosas de desespero ou angústia são expressamente proibidas, para que nenhum muçulmano seja levado a vacilar na sua fé. O corpo do defunto, independentemente do sexo ou idade, é tratado com cuidado e respeito. Depois de lavado e perfumado é tapado com um tecido fúnebre, e deve ser enterrado por muçulmanos o mais rapidamente possível. O uso de caixão é expressamente proibido salvo se o corpo estiver gravemente danificado, por razões sanitárias ou se a terra da campa estiver demasiado molhada e for impossível drenar a água. Este último aspecto é igualmente importante pois a lei religiosa muçulmana incentiva a que cada cidadão seja enterrado no local do óbito.

É de Sanches de Gusman que lemos “*Parece pois que nos primeiros dias do mez de Julho*” se fizeram eles à vela de regresso a Marrocos tendo, contrariamente ao previsto, chegado a Cascais a 13 de julho. Adianta, ainda, que, durante a estadia da família real marroquina, e para que a visita não caísse no esquecimento, deslocaram-se as africanas a

¹³⁸ *Gazeta de Lisboa*, suplemento de 30 de agosto de 1793.

¹³⁹ «Capitães Gerais dos Açores», *Arquivo dos Açores*, pg. 528. Nomeado capitão-general, cargo que exerceu desde a sua eleição a 21 de abril de 1776 até 3 de dezembro de 1793, data do seu falecimento.

¹⁴⁰ Com excepção da mulher viúva, que fica obrigada a um luto de quatro meses e dez dias, considerado o tempo de espera previsto por Alá no Corão 2:234 para cumprir as suas obrigações para com a memória do marido e confirmar se está grávida do defunto.

um jardim ou pequeno quintal, onde a princesa Amina plantou uma palmeira num espaço previamente preparado e adubado para o efeito. Acompanhada por dezoito damas marroquinas e muitas senhoras das famílias mais relevantes de São Miguel, a espécie arbórea de pequenas dimensões ficou junto a um edifício de esquina entre o Largo Matriz e a Rua da Fonte Velha onde, em 1881, já funcionava a sede do Club Michaelense. Gusman refere que a palmeira se desenvolveu tanto que chegou a medir dezasseis metros de altura, explicando que a “*copa chegava quase ao nível da torre situada no terceiro andar do Club Michaelense*”. No entanto, os fortes ventos que assaltaram a ilha na tarde de 29 de novembro de 1876 derribaram a palmeira tendo, apesar disso, ficado alguns filhos para substituírem “*a filha do deserto plantada pelas mãos d’uma belleza africana*”.

Depois de lhes serem entregues os mantimentos necessários para a viagem de regresso, fizeram-se novamente à vela e continuaram as infrutíferas tentativas para regressarem a Marrocos. É ainda pela mão de Sanches de Gusman que obtemos uma sucinta descrição do embarque no dia 8 de agosto de 1793, “*com o mesmo ceremonial e apparatus com que desembarcaram*”, confirmando que entraram nas três embarcações escolhidas pelo arrais, largando rumo a Marrocos no dia seguinte, pelas três horas da tarde.

A *Gazeta* de 19 de julho, revelando que em São Miguel fora fretado um bergantim português para substituir o que se afundara, confirma a chegada a Lisboa de três embarcações transportando a bordo as “*várias Princezas Marroquinas, e dizem que hum Principe de poucos annos*”. A menção de alguns pormenores suscita, certamente, crescente curiosidade na população leitora da época. Não passa desaperecebido o facto de serem figuras da realeza que, segundo o relato daquele dia, não só ainda não tinham ido a terra, como nem sequer tinham sido vistas a bordo pelo próprio capitão. Ora, tal afirmação contradiz a da edição da terça-feira anterior em que se confirma que “*hum Princeza Moura (dalli não se fala em Imperatriz, &c.) com toda a sua comitiva tinha desembarcado*”¹⁴¹ na ilha de São Miguel. A comitiva, composta por “*mais de duzentas mulheres, entre outros domesticos, por tudo perto de 300 pessoas*”¹⁴² é uma outra particularidade relevante para o que se vai seguir pois, se tal embaixada se demorar no país, há que iniciar os preparativos para uma receção adequada.

¹⁴¹ *Gazeta de Lisboa*, 16 de julho de 1793.

¹⁴² *Idem*, 19 de julho de 1793.

4.2.3 Chegada e permanência em Lisboa

Era domingo, 14 de julho de 1793¹⁴³, e família e tripulação encontram-se sem mantimentos e com danos nas embarcações. Ao largo de Lisboa, a princesa Amina escreve a Manoel de Pontes, cônsul geral dos Estados Marroquinos, solicitando que lhe fosse falar. No dia seguinte o Ministro do Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, dá autorização para que as embarcações entrem na baía de Cascais, o que não conseguem por causa da Torre de Belém, tendo fundeado um pouco abaixo. Só na terça-feira puderam entrar e ancorar em frente ao Cais de Belém, onde ficaram até ao dia da partida. Ainda nesse dia lhes foi levada água e mantimentos, tendo-se isto repetido ao longo de toda a permanência nas embarcações. A Princesa também manda escrever uma carta a D. Maria I, solicitando a deslocação a terra do “*nosso servo e conductor o Arrais Ahmed Scarige*”¹⁴⁴.

Na quinta-feira, dia 18, é Fr. João de Sousa mandado a bordo do navio em que se encontra o arrais para, com ele, tratar dos assuntos que o Ministro de Estado o incubira. O arrais mostrou-se interessado em falar pessoalmente com o dito ministro para lhe comunicar assuntos da parte da princesa Amina, nomeadamente, para lhe pedir autorização para se deslocar a Queluz para entregar pessoalmente uma carta à rainha, assim como entregar alguns documentos ao Príncipe D. João.

De regresso, João de Sousa contou tudo o que o Arrais lhe dissera, pelo que o ministro autorizou a sua vinda, tendo-o recebido na sexta-feira, dia 19 de julho. Por volta das 10 horas da manhã Fr. João de Sousa foi novamente a bordo e acompanhou o arrais a casa do ministro. Ali, tiveram uma reunião demorada, tendo aproveitado para ir também a Queluz. No fim, foi o arrais convidado para “*jantar*” com o ministro, o que agradavelmente aceitou. Depois do almoço¹⁴⁵ voltou, satisfeito, a bordo passando, primeiro, pelo navio onde estavam as princesas, a quem relatou a reunião com o ministro e a ida ao Palácio de Queluz.

¹⁴³ *Gazeta de Lisboa*, 16 de julho de 1793. “*Ante-hontem entrou neste porto hum navio Francez que traz a bordo huma Princesa Moura: a ser a mesma, teremos agora notícias mais exactas destes successos*”, *Gazeta de Lisboa, op.ct.*, 16 de julho de 1793.

¹⁴⁴ A.C.L., MV, CA, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal». Carta que a princesa africana escreveu à rainha de bordo do navio, datada de 06 de julho de 1793 a solicitar autorização para o arrais Ahmed Scarige possa ser recebido para “*comunicar-vos certos negocios da Nossa parte, e entregar-vos outros papeis para serem por vós examinados*”.

¹⁴⁵ SOUSA, João de (1793), *Narração da Arribada*, pg. 9. Sugerimos que tenha sido almoço em função da seguinte afirmação do cronista “*De tarde se despediu*”.

Contando sempre com a interpretação de João de Sousa verificou-se, entre os dias 20 e 24, a troca de vários recados entre o ministro e o arrais sobre o desembarque das princesas para terra, com o alvo de se mandarem reparar os navios. Até então as princesas nunca quiseram aceitar a oferta com a desculpa de que desejavam regressar ao seu país com a maior urgência possível. Acrescentavam, ainda, que não havia necessidade de repararem este barco pois, uma vez que tinha sido fretado na ilha da Madeira, podiam ceder-lhes outro, ficando o mesmo em Lisboa para reparação. Perante tal recusa em desembarcar, o Secretário de Estado determinou que, no dia seguinte, 25 de julho, fossem o arrais e Fr. João de Sousa, em companhia do Chefe de Divisão, António José de Oliveira, escolher o navio que mais lhes agradava, para que pudessem regressar a Tânger. Depois de entrarem a bordo de três navios decidiram-se pelo *Ásia*, por aparentar ser o que reunia as melhores condições e apresentava maior asseio. De regresso, o arrais dirige-se para bordo do navio onde se encontram as princesas para lhes dar ocorrência da decisão, e Fr. João de Sousa para casa do ministro, a quem participa a escolha.

No dia 26 o príncipe D. João responde à carta que a princesa Amina havia escrito dez dias antes, descrevendo que recebera também correspondência de António Luis Borges Rebelo da Silveira, Juiz de Fora da ilha de São Miguel, reafirmando que “*sobre a vinda do vosso conductor e servo Ahmed Scarige para ter acesso à minha Real Presença, não se me oferece dificuldade alg*”, destinando o dia 28 de Julho, domingo, para tal¹⁴⁶. Adianta, ainda, o enorme prazer de poder receber “*não só o vosso conductor; mas vós mesma com o vosso Estado que vos faz Corte podeis vir [se tanto vos permitem os vossos costumes] a este Real Palacio, onde vos receberei com a Princeza Minha Presadissima Esposa*”. Na sexta-feira, dia 26, é o Conde de S. Lourenço¹⁴⁷ solicitado à presença do Príncipe Regente para entregar uma carta que a princesa africana tinha escrito à Rainha, na qual transmitia como tinha sido tão bem tratada em casa do Juíz de Fora da ilha de São Miguel, nos Açores. Por isso, solicitava que o mesmo fosse beneficiado pelo bem-estar que lhe tinha providenciado durante o tempo em que estivera hospedada em sua casa. A Rainha, ao verificar que a carta estava escrita em árabe, mandou chamar João de Sousa para a traduzir, após o que D. Maria preparou a resposta nesse mesmo dia “*com expressões assás*

¹⁴⁶ A.C.L., MV, CA, Cx. 272, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal». Carta datada de 26 de julho de 1793 escrita do Palácio de Queluz por D. João, Príncipe do Brasil, que afirma o desejo de receber a família real marroquina.

¹⁴⁷ D. João José Ausberto de Noronha (1725-1804), 6º Conde de São Lourenço por casamento, professor da Academia Real de História Portuguesa e um dos fidalgos mais eruditos do seu tempo, aprisionado durante 17 anos sob ordens de Marquês de Pombal por suspeita de atentado a el-rei D. José. Durante o presídio escreveu *Tratado para a Educação do Príncipe* tendo, depois da sua libertação, passado a viver no Convento das Necessidades sob proteção real.

energicas” e assegurando-lhe contemplar a sua recomendação. Já se fazia noite quando o tradutor deixou o Palácio de Queluz, não sem antes informar a rainha que o arrais desejava falar-lhe pessoalmente. Visto ter demonstrado interesse em cumprimentar D. Maria I e em entregar alguns documentos da parte da princesa, ficou determinado recebê-lo no domingo, dia 28, pois não se previam responsabilidades oficiais.

No dia seguinte, sábado, foi João de Sousa entregar a carta à princesa marroquina, que ficou muito satisfeita e agradecida à família real portuguesa. Importa aqui evidenciar um episódio relevante. Neste mesmo dia nasce uma menina, filha de Mulei Abdessalam e de uma das suas concubinas e, perante isto, o arrais sugeriu que se fizesse como era costume com os nascimentos reais, a saber, que se festejasse com uma salva de artilharia. No entanto, Fr. João de Sousa fez-se desentendido¹⁴⁸ de tal insinuação em virtude da poligamia não ser prática aceite nos países cristãos. No dia seguinte foi esperar o arrais a bordo do navio, acompanhando-o até ao cais de Belém onde já se encontravam dois coches para os transportarem a Queluz. Num dos coches seguiam os dois homens, e o outro era um coche do Estado.

Ao chegarem ao palácio foram conduzidos à sala da música, onde já se encontrava a Corte para os cumprimentar e entreter até serem chamados à presença real. Chegando a hora foi ele conduzido à sala do docél, onde foi recebido pelo príncipe regente. Após os devidos cortejos, respondeu o arrais a todas as perguntas feitas acerca da saúde das princesas. Por fim, entregou a carta e mais documentos a D. João, que os passou ao ministro de Estado, José Seabra da Silva, o qual se encontrava presente juntamente com o Marquez de Ponte de Lima. Adiantou o Príncipe que podia o arrais transmitir à Princesa Amina que todas as pessoas por ela mencionadas seriam adequadamente recompensadas por terem providenciado tão ilustre e real protecção. Desejando D. João demonstrar a grande estima que nutria pela comitiva real, convidou o arrais para se sentar à mesa de Estado e almoçar no Palácio. Quando a refeição terminou, foi convidado pelo Marquês de Tancos¹⁴⁹ para passear pela quinta e visitar os jardins e cascatas, o que aceitou tendo observado tudo com muita admiração. Chegando a hora, despediu-se de todos quantos tão bem o receberam e, satisfeito, é acompanhado por Fr. João de Sousa no coche que os transporta a Belém, onde embarca para ir informar as princesas de tudo o que tinha

¹⁴⁸ SOUSA, João de (1793), *Narração da Arribada*, pg. 12.

¹⁴⁹ *Resenha das famílias titulares do reino de Portugal*. Refere que este título, criado em 1751 por D. José I, pertencia nesta data a D. Duarte António da Câmara (1693-1779), que casara em segundas núpcias com a sobrinha, D. Constança Manoel, que recebera de D. Maria I o título de Duquesa de Tancos. Para além de uma vida militar preenchida e útil fazia parte da Câmara de El-Rei, sendo considerado um homem gentil.

acontecido e as honrarias com as quais tinha sido recebido, assim como a visita ao palácio e jardins.

Ora, naquele mesmo domingo a família real decide que, pelas dez horas da manhã do dia seguinte, deveria a Marquesa de Lumiares¹⁵⁰ apresentar-se no Cais de Belém, a fim de visitar as princesas marroquinas. Isto porque, durante a visita, o arrais sugerira a possibilidade de as princesas poderem ser visitadas por alguma senhora da Corte e, dessa forma, convidadas a desembarcar o que, certamente, aceitariam. Na segunda-feira de manhã, à hora estipulada, já se encontrava Fr. João de Sousa no local, junto a um bergantim e pronto a acompanhar a marquesa a qual, por ordem de Sua Magestade, chegou num coche acompanhada pelo Conde de São Lourenço.

Embarcando, dirigem-se todos a bordo do navio onde o arrais já os aguarda para acompanhar à presença das princesas, que já os esperavam soberbamente vestidas e ornamentadas. Uma vez que a sua cultura não lhes permitia serem vistas por qualquer outro homem que não o marido, mandaram pendurar o tecido de uma vela do navio para dividir o espaço, servindo de entrada uma abertura lateral que se encontrava guardada por um eunuco. As visitas subiram a bordo e foram instalados sobre a tolda da popa do navio, alcatifada para o efeito. Apenas a Marquesa de Lumiares foi à presença das princesas, tendo os dois homens ficado a aguardar do lado de fora. Os cumprimentos foram feitos através de gestos e, de seguida, veio a Marquesa com uma das camareiras mouras até junto do pano que servia de divisória, para transmitir os recados a Fr. João. Este, do lado de fora, traduzia para as camareiras informarem as princesas. Estas afastavam-se, davam os recados às suas amas, e regressavam com a resposta. Como se calcula tudo isto demorou muito tempo, o qual a marquesa passou sempre em pé junto ao pano. Só depois de terminados os recados é que ela foi convidada a sentar-se junto às princesas, aproveitando para descansar ao mesmo tempo que lutava por entender o que entre elas se dizia. No fim, transmitiu o convite insistindo que a família real desejava muito que desembarcassem e que descansassem da longa e atribulada viagem. Responderam que tal seria decidido pelo arrais, pois era ele o responsável por elas. Aparentemente, parecia o assunto resolvido, uma vez que aquele tinha garantido a saída. Seguidamente, e tendo dado por terminada a visita, a Marquesa de Lumiares dirigiu-se à outra embarcação para cumprimentar a viúva do imperador, tal como lhe tinha sido dito para fazer, o que não foi possível em virtude da

¹⁵⁰ *Resenha das famílias titulares do reino de Portugal*. D. Juliana Xavier Botelho (1739-1826), viúva de Carlos Carneiro de Sousa, 1º Conde de Lumiares, e camareira mor da princesa viúva D. Maria Benedita e da rainha D. Carlota.

mesma se encontrar doente. De seguida, e dando a missão por terminada, regressa ao Cais e, entrando no coche, dirige-se a Queluz para confirmar a anuência das princesas em desembarcar logo no dia seguinte, 30 de julho, tendo como destino o Palácio das Necessidades.

Na manhã seguinte, quando já se encontrava tudo organizado para o desembarque e o Palácio das Necessidades preparado para receber toda a comitiva, foi destinado ser o Conde de Ega¹⁵¹ a acompanhar as princesas e a ir todos os dias, de manhã e de tarde, cumprimentá-las da parte da família real e verificar se estava tudo a correr bem, uma vez que o Conde de S. Lourenço tinha, inesperadamente, adoecido. Em Belém, aguardavam oito coches ricos e dez seges¹⁵², uma Companhia de Cavalaria e outra de Infantaria que protegiam a entrada do cais e o local do desembarque da multidão que ali se encontrava para ver “*aquella função nunca vista, nem esperada*”¹⁵³.

O príncipe D. João tinha dado ordens para que as embarcações que se encontravam no Cais, a saber, a galiota de vidros, dois bergantins, cinco escaleres¹⁵⁴ da Ribeira e a Nau Santo António, e que se destinavam ao transporte da comitiva, só largassem quando ele aparecesse na varanda. Na altura do desembarque ouviu-se uma salva de vinte e um tiros desferidos da Torre de Belém, que obtiveram resposta na mesma proporção por parte da Nau Santo António e dos dois hiates reais. As princesas, de cara tapada, eram guiadas pela mão do eunuco e do arrais até ao coche que lhes era destinado, o que fez com que o desembarque, iniciado às dezassete horas, se tenha prolongado muito para lá do tempo previsto. O séquito, composto por duzentas e vinte e uma pessoas, levou cerca de sete horas e meia a chegar ao Palácio das Necessidades.

O transporte até ao Palácio foi feito sob padrões da máxima segurança, com escolta da cavalaria à frente e nas laterais da comitiva. A entrada e imediações do Palácio passaram a estar permanentemente vigiadas por elementos de Infantaria e as princesas, sua família e restantes acompanhantes foram comodamente instalados. Ora, antes de saírem das embarcações, e depois de se vestirem e ornamentarem, cada princesa entregara à sua escrava uma caixa com as restantes joias. A hora tardia a que chegaram ao Palácio das Necessidades, o cansaço e o facto de ainda não saber qual o quarto que fora atribuído à sua

¹⁵¹ *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Vol. I, pg. 201. D. Aires José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1755-1827) foi o 2º conde da Ega. Nascido no Funchal em 1755, foi alcaide-mor de Guimarães e Soure, deputado dos Três Estados e embaixador em Espanha.

¹⁵² Pequena carruagem, de duas ou quatro rodas, com lugar para dois passageiros e muito fácil de manobrar.

¹⁵³ SOUSA, João de (1793), *Narração da Arribada*, pg. 16.

¹⁵⁴ Inicialmente usados para serviços rápidos nos portos, os escaleres são embarcações de proa fina e popa quadrada, manobrada à vela e com remos.

ama fez com que uma escrava da Princesa Amina se sentasse num degrau da escadaria e adormecesse de seguida. Quando, mais tarde, a foram acordar e chamar, verificou que já não estava em posse da caixa. A notícia do roubo foi divulgada e, apesar de todas as diligências efetuadas, não foi encontrada. Não deixa de ser invulgar o facto da escrava não saber qual o quarto da sua ama, a princesa Laila Amina, mulher do príncipe Abdessalam, uma vez que deve ter sido este o primeiro a ser atribuído. No entanto, tal contratempo não impediu que a princesa continuamente expressasse a sua gratidão pela soberba hospitalidade.

O cronista aproveita esta oportunidade para reforçar a ideia de que “*os nossos amáveis Principes procuravão por todos os modos obsequiar aquellas Princezas*”, pelo que destacam a Marquesa de Lumiares para lhes fazer uma visita e participar que é desejo da família real demonstrar pessoalmente toda a sua estima. Desta vez, as princesas foram expeditamente receptivas e, sensibilizadas por tão ilustre acolhimento, transmitiram que aguardavam a visita com satisfação. Assim, pelas quatro horas da tarde do dia 31 de Julho foi a Marquesa recebida pelas princesas no Palácio das Necessidades. Demonstrando aprazimento cumprimentaram-se, inicialmente, com acenos, sendo que depois interveio João de Sousa para servir de intérprete, não só para a Marquesa, mas também para a camareira mourisca que levava e trazia as respostas das princesas. Terminando os cumprimentos a Marquesa despede-se e, entrando no coche, regressa ao Palácio de Queluz para prestar as informações recolhidas.

Ao fim do dia as princesas, em conversa e informando disto o arrais, decidiram enviar as suas duas camareiras para, em nome delas, agradecerem a “*Suas Altezas Reaes*” a “*destincta honra*” com que tinham sido contempladas com a visita do dia anterior. Após se informar Fr. João de Sousa e de se lhe pedir para o comunicar à família real, foi dada ordem para que um coche as fosse buscar no dia seguinte. Assim, pelas dez horas do dia 1 de agosto, subiam para a carruagem o arrais, o intérprete, as duas camareiras, estas ricamente vestidas e cobertas de joias, e as suas amas. Ao chegarem ao Palácio de Queluz foram imediatamente conduzidas para a sala da música onde os esperavam a Corte e alguma criadagem, assim como a Marquesa de Lumiares, que lhes fez companhia até serem chamadas à presença de D. Carlota Joaquina e da sua recém-nascida filha, a Princesa da Beira¹⁵⁵. Chegando ao quarto real, beijaram as mãos de mãe e filha e sentaram-se em almofadas ali colocadas para o efeito, transmitindo o recado das suas amas e reiterando a

¹⁵⁵ Maria Teresa de Bragança (1793-1874), filha de D. Carlota Joaquina e do futuro D. João VI.

enorme gratidão que sentiam pelas honras recebidas. Depois de responderem a algumas perguntas que D. Carlota lhes colocou, despediram-se com novo beijar de mãos e passaram ao quarto de D. Maria Benedicta¹⁵⁶, que também as recebeu com enorme agrado. Dali foram conduzidas ao quarto da Infanta D. Maria Ana¹⁵⁷ onde não se demoraram por se achar a mesma enferma, tendo seguido para o quarto do Infante D. Pedro Carlos¹⁵⁸ a quem cumprimentaram, e onde também não se alongaram pelo facto de o jovem se mostrar bastante assustado pela aparência delas. Terminados os cumprimentos aparece o Príncipe D. João, a quem prontamente cumprimentam e transmitem os agradecimentos das Princesas, e que as convida a darem um passeio pelos jardins do palácio. Relata João de Sousa que *“Tudo virão com grande admiração, e não só lha causou a magnificencia, e grandeza daquella Quinta, Jardins, e Cascatas, mas sobre tudo a affavel bondade do Principe nosso Senhor, e do seu agradavel, e familiar modo”*. Após o passeio, convidou-as o Príncipe para almoçar, tendo justificado a recusa com o facto de precisarem de regressar a tempo de servirem a refeição às suas amas. Despedindo-se, agradecerem muito todas as honras com que tinham sido contempladas e regressaram para o Palácio das Necessidades, onde chegaram por volta das duas horas da tarde.

A viagem de regresso foi preenchida com as opiniões sobre o que tinham observado. Maravilhadas, assim que chegaram transmitiram todas as impressões às suas amas, persuadindo-as. Para lá da insistência das camareiras e das suas criadas, foram as Princesas instadas a irem a Queluz agradecer, pessoalmente, a hospitalidade que lhes era proporcionada, alegando que seria ingrato estarem hospedadas na Corte de uns príncipes amigos e com quem tinham paz, e não os visitarem nem agradecerem, já para não falar no prazer que a família real desde sempre demonstrara em conhecê-las e cumprimentá-las. Foram muitas as razões que as levaram a colocar em segundo plano o seu costume de não serem vistas por qualquer outro homem que não fosse um eunuco ou o marido, pelo que concordaram em ir a Queluz no dia que mais aprovesse a Suas Altezas. O arrais, que mostrava alguma insatisfação, ainda sugeriu que se deslocassem as princesas do Palácio das Necessidades, e a família real do Palácio de Queluz, e se encontrassem na Quinta do

¹⁵⁶ Maria Francisca Benedita (1746-1829), Princesa da Beira e do Brasil, a filha mais jovem de D. José I.

¹⁵⁷ Infanta D. Maria Ana Francisca Josefa de Bragança (1736-1813), segunda filha do casamento de D. José I com Maria Vitória de Espanha, rainha consorte.

¹⁵⁸ Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança (1786-1812), filho primogénito e único sobrevivente da união de Gabriel de Bourbon (1752-1788), Infante de Espanha, com Maria Ana Vitória Josefa de Bragança (1768-1788), Infanta de Portugal. Os pais morreram quando ele tinha dois anos de idade, pelo que ficou a viver com a família real espanhola. Passou a viver em Portugal depois de a sua avó materna, D. Maria I, o reconhecer como infante.

Meio¹⁵⁹ para que, dessa forma, se cumprimentassem e não ficassem uns a dever visita aos outros. No entanto, tal sugestão não vigorou, pois as princesas não queriam perder a oportunidade de ver “*o que nunca virão, nem verião*”.

Depois de tomada a decisão, o Padre João de Sousa dirigiu-se a Queluz para transmitir ao Príncipe a decisão das africanas, pelo que a visita ficou agendada para o sábado seguinte, dia 3 de agosto. De seguida, mandou-o ver qual das casas da quinta seria a mais adequada para as receber. Depois de vistas as casas dos espelhos, a casa do lago e a do jardim botânico, decidiu-se João de Sousa por esta última, por ficar mais isolada e também porque o jardim tinha portões. Informando o Príncipe da sua opção este assentiu, pois sabia que as senhoras precisariam de um local para descansarem assim que chegassem da viagem apesar de, ao longo do dia, irem repousar na Sala do Docel e Despacho, devidamente liberada para o efeito.

Depois de tudo planeado, João de Sousa regressou ao Palácio das Necessidades para informar as princesas da decisão real. No dia seguinte deu-se ordem para que os coches e carruagens necessárias estivessem prontos para transportar a comitiva do Palácio das Necessidades até ao Palácio de Queluz, assim como a cavalaria, a partir da meia-noite. O trajeto deveria ser percorrido durante a noite e João de Sousa refere que só por volta das duas e meia da manhã acomodaram as princesas, o arrais, o Conde de Ega, o secretário, o eunuco e Fr. João de Sousa, para lá dos restantes acompanhantes. Chegando a Queluz antes de nascer do dia, já se encontrava o portão aberto e um criado encaminhou-os à casa do jardim para poderem repousar e tomar o pequeno-almoço, antes de se apresentarem à família real e à Corte. Os coches abandonavam a quinta à medida que iam deixando os convidados, sendo as princesas encaminhadas para o jardim botânico pelo secretário ou pelo eunuco. Depois de se encontrarem todas no jardim, princesas e criadagem, foram os portões fechados e ficaram dois criados do Palácio de guarda. O arrais, o Conde de Ega e Fr. João foram para o edifício principal verificar as condições da sala para onde as princesas iriam de seguida. Era importante confirmar se elas podiam manter a privacidade a que a sua cultura as instava. Após a vistoria o arrais mandou que as trouxessem antes de se abrirem as janelas e da família real estar levantada, para evitar que fossem vistas. Previamente, ordenou que verificassem se havia alguém escondido por entre os arbustos do

¹⁵⁹ Pensa-se referirem-se ao atual palácio de Belém, construído em meados do século XVI pelo fidalgo D. Manuel de Portugal, e adquirido por D. João V na primeira metade do século XVIII como recanto para os seus amores proibidos. Foi também ao regressar de um encontro amoroso que D. José I ali sofreu um suposto atentado levado a cabo por membros da família dos Távoras. Entretanto, D. Maria I tinha mandado fazer obras de melhoria, entre elas a introdução de água canalizada.

jardim após o que foram as princesas conduzidas até ao Palácio. O arrais, o Conde de Ega e o padre iam à frente a indicar o caminho, mas distanciados, apesar de elas virem de cara tapada e conduzidas pelo eunuco. Só ficaram à vontade quando chegaram às salas que lhes tinham sido destinadas. O pequeno-almoço estava prestes a ser servido quando chega a Marquesa de Lumiares para as cumprimentar da parte de Suas Altezas, informando que a Princesa estava a preparar-se e o Príncipe, já estando levantado, queria saber se elas tinham feito boa viagem. A refeição foi servida pelas criadas africanas que tinham ficado a aguardar no jardim, e foi composto de café com leite, chá e pão com manteiga, “*tudo com abundância e muito aceio*”. Entretanto, chega a Princesa Carlota Joaquina que manda logo chamar o intérprete para transmitir os cumprimentos e recados às princesas. Tal como acontecera na embarcação, o padre transmitia a uma das camareiras o que D. Carlota lhe dizia, e esta ia comunicá-lo às princesas suas amas. De seguida, trazia a resposta para Fr. João de Sousa traduzir. A manhã decorreu por entre gestos e acenos e, antes de almoço, foi a vez de a Princesa D. Maria Benedicta ir cumprimentar as altezas marroquinas, tendo-se retirado pouco depois. É de referir que as damas da corte e as açafatas¹⁶⁰ se mostravam muito curiosas ao observar os trajos e enfeites da realeza africana.

Visto o Príncipe ter dado ordem para se preparar o almoço o mais possível de acordo com as tradições culturais e religiosas dos convidados, deslocou-se João de Sousa à cozinha para falar com o velho Agostinho e transmitir todos os requisitos necessários para uma boa recepção. Nada foi descurado e, desde a ementa à forma de confeccionar os alimentos, passando pela melhor maneira de ser servida, pelo formato da mesa ou pelos assentos. Assim, numa sala contígua àquela em que se encontravam, foi colocada uma mesa baixa mandada fazer para o efeito, toda coberta com uma toalha de damasco. À volta dispuseram-se almofadas forradas a damasco, onde as mulheres se sentaram. Assim que as travessas de comida foram colocadas na mesa os criados portugueses saíram e João de Sousa disse a uma das camareiras para chamar as Princesas e restantes mulheres para a mesa, sendo que a partir daquele momento eram elas que se serviam. O eunuco ficou de guarda à porta. Assim fizeram, as Princesas sentaram-se e foram servidas pelas suas criadas, que comeram depois sem ter sido preciso “*renovar a meza, por se ter servido com abundancia*”. A Princesa Nossa Senhora apenas fez companhia, justificando que o Príncipe a aguardava para almoçar. No entanto, observou com curiosidade que uma das princesas não comia por si mesma, mas outra levava-lhe a comida à boca. Era necessário

¹⁶⁰ Camareiras de rainhas ou princesas.

estar ciente dos costumes africanos para entender que era prática, num casamento, a noiva não comer pela sua própria mão, mas ser alimentada por uma das mulheres mais chegadas da sua família. Isto personificava, segundo a cultura da época, o *topus* da modéstia e, em virtude de se encontrar presente a Princesa portuguesa, quis a Princesa Amina expressar a sua modéstia e dependência da boa vontade alheia para ser alimentada. Era grande a admiração pelo serviço de porcelana e pelo trem de prata. Terminada a refeição as mulheres levantaram-se e passaram para a sala onde se encontravam inicialmente, para que os criados da casa pudessem entrar, levantar a mesa e servir o café.

Depois do almoço seguiu-se a entrega dos presentes da família real às suas visitas, sendo que cada Princesa recebeu o seu presente em separado e de acordo com a sua importância. As ofertas eram compostas por relógios e braceletes de ouro incrustadas com brilhantes águas-marinhas, gargantilhas de crisólitas encrustadas em ouro, caixas cheias de aljófras, ou pérolas miúdas, e anéis, brincos, botões de camafeos¹⁶¹, granadas, fivelas com três pedras azuis e brilhantes, e leques admiráveis. As camareiras também receberam presentes, entre estes colares de coral, candenas¹⁶² e turíbulo de ouro, assim como leques.

Às camareiras que já tinham recebido presentes de joalheria foram, também, oferecidos 60 pesos duros em dinheiro. O arrais recebeu uma bengala que por dentro tinha uma espingarda, pistola e baioneta, aparecendo cada peça de artilharia pela pressão feita em determinadas molas, construída na Fundação de Barcarena. Recebeu, ainda, um rico alfange guarnecido a ouro¹⁶³ e pedras preciosas, e um par de pistolas pequenas. O secretário recebeu um bom anel com um topázio e um par de pistolas. O eunuco recebeu 120 pesos duros para poder comprar um cavalo que ele tinha pedido ao Príncipe D. João. Para além disso, quase todos receberam caixas para tabaco e mais “*coisas miúdas de igual valor*”. Tudo aceitaram com apreço e expressões vívidas de agradecimento.

De seguida, D. Carlota Joaquina convidou-as a passear pelos jardins da quinta, aproveitando para montar a cavalo “*para ser vista por elas*”. No entanto, a demonstração durou pouco tempo por se ter levantado muito vento. Apercebemo-nos da admiração que tal iniciativa suscitava na mentalidade das princesas ao notarem que era hábito as mulheres portuguesas entreterem os convidados dos maridos, o que as esposas mouriscas jamais tinham autorização para fazer. Para além disso, a esposa do rei recebe o título feminino

¹⁶¹ Feitos individualmente por um artífice e utilizados para embelezar as casacas.

¹⁶² Palavra de origem espanhola que significa corrente.

¹⁶³ Espécie de sabre.

equivalente, o que não acontece nas monarquias onde se pratica a poligamia, pois nenhuma esposa de soberano ostentava o título de rainha.

De regresso a casa acomodam-se para tomar chá e, por já ir escurecendo, acendem-se as luzes do Palácio de Queluz. A casa de vidros, a da música e as restantes ficam todas iluminadas e as Princesas são convidadas a passear e a ver o efeito. Acompanham-nas a Princesa Carlota Joaquina, a sua camareira e as outras fidalgas. Ao passarem pelo quarto da princesa D. Maria Benedicta esta, por delicadeza, também as segue.

Fr. João de Sousa relata que *“não foi pequena a admiração”* quando as princesas viram as salas magestosamente ornamentadas e tão bem iluminadas. Ele refere que elas até se recordaram de como as suas camareiras tinham, supostamente, exagerado quando mencionavam a grandeza do Palácio. O autor acentua que era agradável olhar para tanto brilho e que as princesas demonstravam muito prazer, admiração e agradecimento por tamanha experiência.

Chegada a hora de partir despedem-se de Suas Altezas Reais e das fidalgas que as acompanhavam, e dirigem-se aos jardins para se acomodarem nos coches que, pelas nove horas da noite, iniciam a viagem de regresso para o Palácio das Necessidades, onde chegam duas horas depois. No dia seguinte, domingo, dia 4 de agosto, celebrava-se o oitavo dia do nascimento de uma filha de Mulei Abdessalam com uma das concubinas, pelo que a tradição marroquina obrigava a festejos para oficializar o nome da criança. Assim, e mediante todos os esforços feitos pelo governador Manoel da Ponte para providenciar o que fosse necessário, entre eles alguns ingredientes e água de rosas para fazer uma massa para enfeitar as mãos, foi possível preparar a festa. Por entre danças e cantigas foi a menina deitada no colo da Princesa Amina, a qual lhe gritou três vezes ao ouvido o nome Fadaila, que significa virtude.

A viagem de regresso a Marrocos, planeada para o dia seguinte, segunda-feira, dia 5, teve de ser protelada em virtude de a concubina que se encontrava doente ter piorado bastante. Entretanto, na madrugada de quarta-feira, dia 7, morre uma outra mulher mais velha. Durante essa mesma manhã recebe o arrais a visita dos terapeutas reais, o médico Doutor Joaquim Savier da Sylva e o cirurgião Antonio Martins Vidigal os quais, da parte do Príncipe Regente, iam visitar a concubina doente. Tendo sido informados de que esta falecera por volta do meio-dia, poucos minutos antes de eles terem chegado, insistiram para que a sua visita fosse do conhecimento das Princesas. Ficando elas a saber tamanha deferência, solicitaram aos visitantes o favor de transmitirem ao Príncipe o seu profundo agradecimento pela real preocupação e amabilidade com que as tinha atendido. Tal como

anteriormente, João de Sousa aproveita esta oportunidade para reforçar o profundo reconhecimento e o permanente sentimento de gratidão por parte das princesas ao Príncipe D. João, não só por este acto aparentemente isolado, mas também por todos os obséquios anteriores¹⁶⁴.

Ora, a mulher mais velha, que tinha falecido de madrugada, foi levada por mouros e enterrada “*nas terras por cima da Horta Navia*”¹⁶⁵. João de Sousa refere-se a isto explicando que, depois do “*enterro da velha*”, começou a preparar-se o funeral da concubina que tinha fenecido posteriormente.

Para tal, mandaram buscar a bordo uma fina manta das suas para embrulharem o corpo, conforme era a sua tradição. No caso da concubina, foi mandado fazer um caixão sem ser forrado¹⁶⁶, composto por rudes traves cruzadas para depósito do corpo, provavelmente em substituição do costume de ser o corpo tapado por uma camada de troncos ou pedras, de forma a não ficar em contacto direto com a areia. Na cultura islâmica, segundo os mandamentos maometanos, a cremação é proibida. A morte é encarada com a naturalidade de, tal como o nascimento, ser uma transição para uma outra realidade, sendo que cada um deve pacientemente aceitar a vontade de Alá. As mulheres lamentam a perda perante a visita de amigos e vizinhos e, depois de virarem o cadáver na direção de Meca, dão início a récitas de passagens do Corão. Após o enterro é distribuído pão aos pobres em sinal de generosidade¹⁶⁷. A cerimónia fúnebre não se prolonga e, assim que os acompanhantes abandonam o local e acompanham os familiares enlutados a casa para lhes prestarem condolências, ficam ali uma ou duas pessoas previamente designadas para perguntarem ao defunto o que pensa de Maomé e para o instruírem sobre as respostas que deve dar a dois anjos que vão examinar a sua vida. Se o falecido responder que Maomé é o profeta de Alá, então usufrui do direito de descansar até ao dia do julgamento final. Se não souber responder, é considerado infiel.

Assim, foi feito um caixão simples, de madeira crua, mais parecido com uma grade, apenas com tampa e sem quaisquer forros interiores, cujo fundo era formado por traves cruzadas. De forma a ser o corpo preparado segundo as regras islâmicas, construiu-se um estrado de madeira com cerca de 1,75 metros de comprimento e largura adequada para

¹⁶⁴ SOUSA, João de (1793), *Narração da Arribada*, pg. 29. “[...] agradecer a S. Alteza o seu Real Cuidado, e o particular obsequio que lhes fazia: e que tanto aquella, como as demais graças que o seu Magnanimo Animo com ellas tinha dispendido, as conservarão perpetuamente na sua lembrança”.

¹⁶⁵ Actualmente, o local do enterro é perto da Rua Horta Návia, em Alcântara, Lisboa. Aquando da ocupação romana o local foi batizado de Horta Navia, segundo uma divindade indígena romanizada de nome *Nabia*.

¹⁶⁶ A religião islâmica incentiva ao uso de panos brancos para envolvimento dos corpos, limpos e perfumados, mas simples, evitando riquezas e sumptuosidades.

¹⁶⁷ PAREJA, F. M. (1964), pg. 659.

poder ser lavada e preparada para a cerimónia. Segundo a tradição, o cadáver tinha de ser lavado duas vezes: a primeira com água morna e açúcar e a segunda com água rosada e água de flor com uma mistura aromática composta por beijoim, uma substância gomosa de fragância cítrica, pó de pau de sândalo, murta, manjerona e manjerição. Após as lavagens, procede-se à obstrução de todos os orifícios corporais com pedaços de cânfora, uma resina desinfetante de aroma intenso, embrulhados em pachos de algodão. De seguida, vestem-na toda de branco com camisa, calças e um gibão¹⁶⁸ e, por cima, mais algumas vestes de cassa¹⁶⁹ e, para terminar coseram, à volta do corpo, a manta que tinham mandado buscar. Por volta das oito horas da noite foi a defunta transportada aos ombros de quatro mouros, enquanto um pequeno grupo composto por alguns homens e criadas das princesas, por entre lágrimas e lamentos, acompanhavam o funeral. De forma a evitar desordens por parte dos residentes, o funeral foi sempre acompanhado por um grupo de soldados. Ali, o secretário mouro viu-se obrigado a desempenhar o cargo do ministro das leis nas cerimónias fúnebres da sua cultura. Primeiro fazem-se as orações e depois coloca-se o caixão na cova. De seguida, deitam água à volta e tapam a campa com terra. No regresso, e apesar da presença de militares e do regimento de cavalaria de Alcântara, estrategicamente solicitados pelo Conde de Marialva, foram os estrangeiros apedrejados por alguns rapazes do povo.

Durante muito tempo tem prevalecido a ideia de que, depois do decreto de expulsão de 1496, não havia muçulmanos em Portugal o que, após investigação mais aprofundada sobre as relações comerciais e diplomáticas com o norte de África ao longo dos séculos XVIII e XIX, demonstrou não corresponder à realidade. Na verdade, verifica-se a presença de muçulmanos de diversas categorias, estando os prisioneiros de guerra representados em maior número¹⁷⁰. Apesar disso, havia ainda marinheiros e emissários abrangidos pelos tratados de paz com Marrocos e estados berberescos, todos estes casos de exceção uma vez que o antigo regime condicionava a presença muçulmana em Portugal. Só a partir de 1838 é que a revolução liberal vai impedir a aplicação de coações a devotos de outras religiões.

Assim, eliminados todos e quaisquer impedimentos ao regresso da comitiva marroquina, foram elas informadas da existência de uma nau que se encontrava devidamente preparada para sair do porto de Lisboa. Foi-lhes transmitido que a premência da partida se prendia com o facto de quase todas as nações europeias se encontrarem em

¹⁶⁸ Vestimenta de homem utilizada entre os séculos XIII e XVII que cobre o corpo desde o pescoço até um pouco abaixo da cintura.

¹⁶⁹ Tecido fino de algodão ou linho.

¹⁷⁰ KEMNITZ, Eva-Maria von (2007), pg. 105-113.

guerra, sendo importante que seguissem em segurança até Tânger, e dali para o destino que melhor lhes aprouvesse. As princesas apreciaram bastante esta proposta, apesar do conforto e hospitalidade com que tinham sido recebidas. No entanto, o secretário impugnou tal sugestão, alegando que não deveriam eles embarcar nessa sexta-feira, pois faria apenas três dias que a concubina tinha sido enterrada, insistindo para que se repetissem as cerimónias fúnebres sobre as campas das duas defuntas. Sabendo que não eram religiosas as intenções que moviam o secretário, mas sim a suspeita de que alguns mouros tinham por hábito assaltar as campas e que, numa das vezes, até tinham sido encontrados alguns rapazes em atos indecentes¹⁷¹, interveio o arrais com muita diplomacia solicitando que se levantassem paredes ao redor da sepultura, e que se construísse um teto em abóbada, para “*maior decencia*”. Segundo os preceitos do Corão, apenas era permitido dar forma convexa à areia que cobria um sepulcro pois, de acordo com a campa do profeta Maomé, também ela tinha esta forma. Apesar de ser totalmente proibido pisar, sentar ou deitar sobre uma campa, é também interdita qualquer construção de cúpulas ou mausoléus, da mesma forma que decorações, velas ou estátuas são expressamente proibidas pelo islamismo. Aqui vislumbramos que era mais importante assegurar a tranquilidade da defunta do que observar o cumprimento de todos os condicionalismos religiosos. O depósito do corpo num país estrangeiro e num espaço rodeado de uma cultura religiosa considerada idólatra era razão suficiente para tal ajustamento. Era preferível correr o risco da não observância da totalidade das leis e proteger a defunta das invasões dos infieis que poderiam influenciar-lhe o espírito e levá-lo a negar a sua fé, do que sujeitá-la a tais interferências. Imediatamente foi mandado edificar para evitar que deixassem de embarcar por uma razão tão insignificante.

Em função disto, decidiram as princesas regressar no dia seguinte, quinta-feira, aos navios, o que foi desde logo planeado e levado a cabo de manhã bem cedo. Primeiro foram as pessoas menos importantes transportadas do Palácio das Necessidades para as embarcações. O almoço foi preparado mais cedo para que as princesas tivessem tempo para se aprontar. Cerca das oito horas da noite aguardavam-nas no pátio seis coches e algumas sages para transporte da remanescente família real e, tal como no dia do desembarque, foram escoltados por uma companhia de cavalaria. Dirigindo-se para o Cais

¹⁷¹ Fr. João de Sousa introduz uma nota de rodapé para explicar que, assim como em África havia um grupo de homens, denominados *Nabbaxin*, que costumavam desenterrar os defuntos para roubar as mortalhas (lençol ou túnica que envolve um cadáver), assim os marroquinos pensavam que havia gente dessa entre os portugueses, acrescentando que era por essa razão que os mouros iam, de vez em quando, vigiar as sepulturas das mouras. O intérprete acrescenta, ainda, que se mostraram muito satisfeitos e descansados perante a sugestão de se erigir uma pequena tumba.

de Belém, ali esperaram no interior de um grande pavilhão devidamente montado para descansarem até serem conduzidas para as respectivas embarcações. A maré baixa atrasou a aproximação das galiotas e do bergantim, tendo o embarque sido feito mais tarde do que inicialmente previsto. Na sexta-feira, dia 9 de agosto, regressam a Marrocos por volta das três da tarde. A estas juntava-se-lhes a nau *Medusa* que, comandada por Pedro de Mariz de Sousa, fazia um desvio da sua rota até ao Brasil para escoltar a família de Molei Abdessalem até Tânger, a qual deu um tiro para o ar para assinalar a largada das embarcações. Primeiro, a nau fez-se à vela e, logo de seguida, o navio que transportava as princesas, seguindo-se-lhe o outro em que seguiam os mouros. Por último, partiu o navio onde se encontrava o arrais. Ao passarem pela Torre de Belém ouviu-se uma salva de vinte e um tiros, assim como quando passaram em frente da Bateria Nova¹⁷² e da Torre de São Julião.

João de Sousa conclui o relato desta arribada informando que, durante a sua estadia na Corte, as princesas marroquinas estabeleceram amizades com as “*várias Senhoras da primeira Grandeza*” em função das visitas a bordo e durante a estadia no Palácio das Necessidades. Termina, revelando que algumas dessas senhoras até foram ao Cais de Belém despedir-se pessoalmente das princesas, mais por curiosidade do que por amizade.

4.2.4 O regresso a Marrocos

A saída de Lisboa na tarde de 9 de agosto ocorreu sem quaisquer precalços e, da viagem de regresso, quase nada sabemos. Ainda assim atrevemo-nos a imaginar que, do inesperado contacto que estes africanos tiveram com o litoral da península ibérica, algumas particularidades devem ter sido observadas. Estrategicamente posicionados como se de um espelhamento intercontinental se tratasse, os países distam pouco mais de 200km entre si. Debruçados sobre o atlântico, e expondo-se a temperaturas amenas ao longo de todo o ano, ambos submetem a faixa litoral aos nevoeiros sazonais. No entanto, alguns contrastes devem ter saltado à vista dos visitantes¹⁷³.

¹⁷² Fortim, estrutura de defesa militar situada sobre a linha do Tejo resultante das invasões dos séculos XVII, talvez atribuíveis à defesa da fronteira após a Restauração da Independência (séc. XVII).

¹⁷³ DAVEAU, Suzanne (2004).

A profundidade do facilmente navegável rio Tejo certamente contrastava com a necessidade de as embarcações marroquinas terem de permanecer na foz dos seus rios, forçando os navios a ancorarem ao largo e a sujeitarem-se a serem fustigados por intempéries, para além de se exporem a ataques piratas. Daí a indispensabilidade de as praças serem, não só construídas na faixa litoral, como cuidadosamente muradas. Apenas assim podiam os seus habitantes vigiar permanentemente o horizonte no sentido de detetarem as ameaças terrestres e os prenúncios de perigo procedentes do imenso oceano.

Enquanto a zona urbana de Marrocos facilmente se vislumbra do mar, a fachada marítima portuguesa é sublitoral pois, nas suas margens, somente existiam precárias habitações de humildes comunidades pesqueiras. Em Portugal, quase todas as grandes cidades nasceram perto dos estuários, próximas dos campos de cultivo e mais protegidas dos eventuais assaltantes que o oceano pudesse transportar. Em Marrocos a estratégia era diferente, pois as grandes capitais políticas e económicas concentravam-se no interior, nas cidades de Fez e Marraquexe. Julgamos terem os inesperados navegadores reparado que, enquanto os portos marroquinos eram frequentemente requeridos por embarcações portuguesas, os portos portugueses raramente abrigavam barcos marroquinos.

No entanto, acreditamos que desta arribada restou, certamente, o engrandecimento de sentimentos de profunda amizade e elevada consideração que entreteceram os acontecimentos históricos seculares entre os dois países.

5. Paridade entre a “*Narração da Arribada das Princezas Africanas*” e o “*Formulário da expedição de huma Embaixada desta Corte para a de Marrocos, e da de Marrocos nesta Corte*”

Os registos, ou crónicas, redigidos por Fr. João de Sousa são, de uma maneira geral, repletos de pormenores relacionados com os usos e costumes culturais marroquinos. Para além das questões políticas e diplomáticas menciona com alguma minúcia as regras de etiqueta, os hábitos alimentares, os rituais a que estão acostumados, as práticas religiosas, a troca de presentes e até os itinerários percorridos.

A comprová-lo temos a *Narração da Arribada das Princezas Africanas*, escrita por Fr. João de Sousa e imprimida em 1793 pela Oficina da Academia Real das Ciências de Lisboa, na qual o arabista foi o intérprete ao longo de toda a visita e permanência em Lisboa. Tendo a comitiva marroquina chegado a Portugal de forma acidental, relacionou-se gradualmente com a monarquia portuguesa, embora tal não seja visto isto como uma missão diplomática. João de Sousa, concentrando-se na observação dos rituais estadistas é, simultaneamente, bastante atento à vida social que ocorre na cultura do povo visitante quando longe da terra natal. Com uma abordagem singular, o cronista permite-nos estudar a ostentação de signos e a representação que portugueses e marroquinos fizeram de si próprios. Na descrição dos encontros, verificamos a ausência de abordagem a assuntos de índole política, embora todos os atos tenham uma intenção política a movê-los. As suas descrições são mais parecidas com um reflexo da forma como um estrangeiro apreende a realidade e o desconhecido. Pelo facto, este parece mais um relato de um viajante¹⁷⁴, do que uma crónica régia.

No que toca as atitudes, reparamos na importância que a ostentação tem, tanto para portugueses, como para marroquinos, em situações aparentemente comuns da vida quotidiana. Há também uma certa teatralização da vida social. Quanto às questões religiosas ou de culto, ou às prescrições alimentares, o cronista preocupa-se em especificar os temas do corpo do texto em nota de rodapé, para que possam ser facilmente entendidos pelos leitores. Esta era também uma forma de justificar a necessidade de aprendizagem da língua e cultura árabes.

No *Formulário da Expedição de huma Embaixada desta Corte* desfilam pormenores de representação literal em que o embaixador substitui o soberano que representa, assim como

¹⁷⁴ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2008).

detalhes de etiqueta e protocolo, desde a apresentação de cumprimentos até à entrega das credenciais e a oferta de banquetes, onde quase não há discussão dos pressupostos políticos. As dissimulações e as táticas portuguesas para impressionar os embaixadores marroquinos são idênticas, tanto no reinado de D. José I (1750-1777) como no de sua filha D. Maria I (1777-1816) e compostas por ostentação, magnificência e dissimulação.

5.1 Requisitos gerais para a recepção de uma embaixada

No *Formulário da expedição de huma Embaixada desta Corte para a de Marrocos, e da de Marrocos nesta Corte*¹⁷⁵ elaborado por João de Sousa, este afirma, sem rodeios, que os indivíduos nomeados para embaixadores em Marrocos não costumavam ser “*da maior Nobreza*” valorizando-se a verdadeira capacidade para o serviço. O capitão de mar e guerra José Rollen Van-Deck fora o primeiro a ser destacado¹⁷⁶, tendo falecido durante a comissão. Pelo facto foi substituído pelo consul geral Bernardo Simões Pessoa, o qual deu continuidade às conversações e acompanhou o processamento do acordo de paz assinado em 1773. O segundo embaixador enviado a Marrocos foi o suiço Filipe de Landerset que, na altura, era coronel do regimento de Faro. Foi destacado para, em nome da rainha, ir felicitar Mulei Aliazid pela subida ao trono aproveitando, ao mesmo tempo, para ratificar o tratado de paz previamente assinado.

Depois de uma pequena introdução, o cronista dedica-se ao registo do tipo de ofertas que costuma a corte portuguesa enviar para o soberano de Marrocos. Assim, por entre as sedas e panos de linho fino e colorido, oferecia-se chá, açúcar, chocolate, café e frutos secos, assim como peças de louça da Índia, entre as quais serviços e poncheiras. Os pratos em esmalte eram cuidadosamente escolhidos, pois tinham de ser de tamanho grande, uma vez que não davam utilidade aos de pequena dimensão, e não podiam ter quaisquer gravuras humanas, visto as imagens serem algo de abominável para o povo muçulmano. Era, ainda, costume enviar peças em prata, tais como bules, cafeteiras, açucareiros ou colheres de chá. Os licores, bastante apreciados, eram enviados como se fossem águas

¹⁷⁵ A.C.L., CA, V-I-58-151.

¹⁷⁶ A.H.U., cx. «Norte de África século XVIII e XIX». Autorização original em pergaminho e com o respetivo selo emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha dando pleno poder a José Roleen Van-Deck, holandês católico nomeado capitão de mar e guerra ao serviço da Coroa portuguesa, para negociação de um tratado em Marrocos, 22 de Setembro de 1773.

destiladas, em virtude de a religião muçulmana não permitir a ingestão de bebidas alcoólicas. Mandavam-se, também, algumas joias com pedrarias e anéis com diamantes. As prendas eram transportadas em baús com pregaduras¹⁷⁷ douradas, assim como chaves e fechaduras, tudo feito segundo o gosto mourisco. A razão de tais presentes valiosos resume-se ao facto de, em diplomacia, as oferendas terem um importante valor real, simbólico e estratégico.

De entre os presentes que Marrocos costumava enviar para as Cortes da Europa contam-se cavalos, normalmente seis ou oito de cada vez, um leão ou um tigre. Ao longo do reinado de Mulei Mohamed, Portugal recebera ainda algumas selas ricamente bordadas a ouro e prata, assim como arreios a condizer e panos. Lenços e cintos em sedas finas e bordados a fio de ouro, colares de ouro com pedras preciosas e pérolas. A título de exemplo temos uma carta escrita de Mogador em que o consul refere que o rei Mulei Ishem tinha mandado levar para lá um leão de grande porte vindo da capital. Como não se sabia a que se destinava, o consul conseguiu descobrir por um “*Mouro dos mais amigos e estimados do Rey*”¹⁷⁸ que o animal, juntamente com “*três outros mais, e quatro bons cavalos jaezados, erão para enviar à Rainha Nossa Senhora*”. Ora, a mesma carta refere que não era só como reconhecimento e estima pela soberana, mas que a verdadeira intenção era a de conseguir um empréstimo de cinquenta mil pezos¹⁷⁹ “*para ver se podia organizar seu Mundo*”, em virtude de já ter sido o mesmo valor emprestado pela Coroa portuguesa ao seu falecido irmão Aliazid¹⁸⁰. É o mesmo diplomata que, em Janeiro de 1793, refere na sua correspondência que a inacção e a indolência deste soberano o convencem de “*ser inteiramente desvanecida a ideia dos cincoenta mil pezos*”¹⁸¹.

Aquando da vinda de algum embaixador de Marrocos era essencial a Corte portuguesa emitir uma ordem para se preparar uma casa, mobilando-a e abastecendo a despensa com todos os alimentos necessários, entre os quais arroz, manteiga, farinhas e especiarias. Para além de todos os utensílios usados numa cozinha, o trem deveria ser estanhado de novo. No dia da chegada enviavam-se os frescos e os animais para abate, função levada a cabo pelos cozinheiros mouros segundo os preceitos religiosos muçulmanos, entre os quais dois

¹⁷⁷ Conjunto de pregos que seguram ou adornam uma peça.

¹⁷⁸ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, «Estados Barbarescos 1789-1832», C005-C006, 18 de Novembro de 1792.

¹⁷⁹ Pezo duro ou pezo forte era uma moeda de prata espanhola, de cunho mexicano, equivalente a 900 réis em 1774.

¹⁸⁰ B.N., «Diários da Embaixada mandada a Marrocos», n.º 30-y-571, n.º 16, Dezembro de 1790, revela que a quantia de 50.000 pezos ainda não tinha sido paga até à data.

¹⁸¹ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, «Estados Barbarescos 1789-1832», C013, Mogador, 31 de Janeiro de 1793.

carneiros e oito a dez galinhas, alguns pombos e outras aves, para além da entrega diária de frutas e verduras.

A aproximação avista-se de terra e, à entrada em Lisboa, a Torre de Belém deve dar uma salva de vinte e um tiros, aos quais a embarcação que transporta o embaixador responde. Nesse momento a Secretaria de Estado avisa o estribeiro mor, os coroneis dos regimentos de cavalaria e infantaria e o intendente do arsenal da Ribeira das Naus, para que preparem os escaleres necessários ao desembarque, assim como os militares e as carruagens necessárias ao transporte. Nesse mesmo dia o ministro de Estado manda um representante a bordo para cumprimentar o embaixador e saber quando deseja ele desembarcar. Este enviado é o mesmo que vai acompanhar e servir de condutor ao embaixador, fazendo-se acompanhar de intérprete. Nova saudação de vinte e um tiros compõe o desembarque do embaixador e da sua família no Cais de Belém. Seguidamente, são levados para o domicílio em coches ricos, indo os criados graves em seges e os criados ordinários a pé, sempre protegidos por uma guarda portuguesa.

Posteriormente, surge um relevante ritual de visitas e apresentações entre as duas partes. Na manhã do dia seguinte ao desembarque o secretário dirige-se a casa do ministro de Estado e, acompanhado pelo intérprete, solicita autorização para que o embaixador o visite. Ainda durante a manhã o embaixador apresenta-se e, após algum tempo de conversa, solicita ao ministro autorização para a ir à presença do soberano. Durante a tarde desse dia o embaixador recebe na sua casa a visita do ministro de Estado, o qual traz a confirmação do dia e hora da audiência, e é feito o aviso para que as carruagens e tropas se preparem para o transporte. À hora marcada a comitiva composta pelo embaixador, o seu secretário, o condutor e o intérprete, é transportada num coche, indo alguns criados mouros de cada lado e a cavalaria na frente e na retaguarda.

Ao chegar ao Paço são encaminhados a uma sala contígua à de audiências, onde se encontram elementos da Corte para os receber, enquanto os criados graves aguardam na casa dos archeiros. Estando já o soberano na “Caza da Audiencia”, entram os emissários, o condutor à direita do embaixador e o intérprete à esquerda, enquanto o secretário espera à porta, do lado de dentro da sala. As figuras reais recebem em pé o embaixador e os emissários que o acompanham, perante uma vénia profunda feita por estes à entrada da sala. A meio da sala é feita outra vénia profunda e, de seguida, o embaixador baixa a cabeça para cada um dos lados onde se encontram os criados e criadas da casa real. Ao aproximar-se das pessoas reais é feito um outro cumprimento com reverência e, de seguida, dirige-se ao soberano e, mediante os serviços do intérprete, transmite saudações

de estima e amizade por parte do seu soberano, exprimindo logo a sua afeição e apreço. Depois dos cumprimentos estende a carta do seu soberano e entrega-a pessoalmente ao monarca, não sem antes a beijar. De seguida vai cumprimentar individualmente cada uma das pessoas da realeza ali presentes “*fazendo a cada huma sua falla*”. De seguida regressa à presença do monarca e faz-lhe nova vénia, solicitando a nomeação de um ministro para com ele colaborar, ao que o rei anui. Normalmente, para este cargo é nomeado o secretário de Estado que detenha os negócios da Corte de Marrocos. Após isto, o embaixador despede-se com uma vénia profunda e despede-se de todos os elementos da realeza sem nunca lhes virar as costas, repetindo o mesmo ato de mesura a meio e à porta da sala.

À saída do Paço Real é habitual ir visitar os ministros de Estado, pois só a estes os embaixadores de Marrocos podem retribuir as visitas, o que deve ter lugar à chegada e à partida, após o que regressa a casa com a sua comitiva. Durante toda a sua estadia é habitual ser visitado por diversos “*Fidalgos e Pessoas de Character*”, ao mesmo tempo que o soberano valida uma visita ao Convento de Mafra, ao Palácio e Quinta de Queluz, aos arsenais e a alguns tribunais.

Denotamos, ao longo de todo o documento, o enorme cuidado prestado à etiqueta protocolar. De entre as mais de sessenta regras contam-se cerca de vinte e cinco relacionadas com o cerimonial, designadas a evitar descon siderações e mal entendidos e demonstrando o apreço por uma política negocial de prestígio.

5.2 A simbologia da despedida

Assim que os negócios do embaixador se encontram finalizados, o condutor informa-o do dia agendado pelo monarca para a audiência de despedida, cujas formalidades são iguais às da chegada exceptuando o cumprimento do soberano, o qual incluirá agradecimentos. Após a cerimónia de despedida dos soberanos e da Corte, deve o embaixador dirigir-se à casa dos ministros de Estado para, também deles, se despedir. Ali, deve o embaixador conferenciar com o ministro dos negócios de Marrocos sobre o objetivo e execução da sua missão, e receber da mão do ministro a resposta à carta entregue pessoalmente pelo embaixador aquando da sua chegada. O costume é que esta carta de resposta ao soberano de Marrocos deva ser acompanhada de uma peça de ourivesaria. A dois dias do embarque o rei português manda o condutor, ou um oficial da secretaria,

entregar as gratificações. Para o embaixador, uma retribuição de dois mil duros. O secretário recebe mil duros e os criados graves recebem cinquenta duros cada, enquanto os criados ordinários recebem entre doze e vinte e quatro duros, de acordo com a qualidade do seu serviço.

Após terem sido dadas as mesmas ordens aquando do desembarque, no dia da partida é o embaixador e toda a sua comitiva transportada nos coches e seges, e ladeada por militares da cavalaria até ao Cais de Belém, onde os aguarda um escaler grande e um outro mais pequeno para a criadagem, e alguns mantimentos. Nesse dia o almoço é servido mais cedo e embarcam assim que chega o condutor. Levados a bordo, o condutor e o intérprete despedem-se do embaixador e regressam na mesma embarcação. Imediatamente a seguir à salva de tiros acostumada, a embarcação faz-se à vela, recebendo saudação idêntica ao passar pela Torre de Belém.

Foi este o acolhimento que os três embaixadores marroquinos tiveram ao chegar a Portugal. A missão do primeiro embaixador marroquino ocorreu na sequência da primeira embaixada enviada de Portugal a Marrocos, da qual resultou o Tratado de Paz ratificado por D. José I. O segundo embaixador apresentou-se por ocasião da aclamação de D. Maria I ao trono de Portugal, e o terceiro para depositar cem mil duros, moeda de cunho espanhol, sob a confiança do governo português. Durante o curto reinado de Mulei Eliazid, e em resposta ao envio de uma embaixada portuguesa a Marrocos, esperava-se a chegada de uma comitiva na qual sabia-se ter uma das concubinas sido nomeada embaixatriz¹⁸², o que não veio a acontecer em virtude da derrota e falecimento de Eliazid no campo de batalha não deixando, no entanto, de ser uma inovação muito iluminista.

¹⁸² A.C.L., CV, V-I-fl.14. “[...] em consequência da nossa Embaixada, pela qual mandava hum vestido de seda bordado em Fêz de presente a Sua Mag. com outras galantarias daquelle Paíz”,

6. Efeito do inesperado acolhimento da família real marroquina

Apresenta-se-nos relevante evidenciar as atitudes dos portugueses perante um acontecimento inesperado como foi o desta arribada, em que todas as iniciativas e estratégias insinuadas, tanto nas ilhas como em Lisboa, demonstram grande perícia e experiência na governação mediante o uso de técnicas diplomáticas.

Em primeiro lugar, a prontidão com que os portugueses socorrem a embarcação mourisca arribada ao largo da ilha da Madeira, com víveres e água potável durante os dez dias que por ali estiveram, respeitando-lhes a vontade de não quererem desembarcar. Neste caso, o perigo de contágio não se punha, mas sim o facto de querer a família regressar a Marrocos o mais rapidamente possível, uma vez que aquela era uma arribada não planeada, resultante do mau tempo. A colocação de meios à disposição das inesperadas visitas leva ao fretamento de mais duas embarcações para que a família real mourisca não permaneça tão desconfortável. A preocupação com o seu conforto, associada à prevenção do aparecimento de epidemias, transmite uma enorme vontade de auxílio por parte dos madeirenses. À medida que mais dificuldades vão surgindo, sucedem-se novas táticas de consolidação de necessidades. Exemplo disso é a garantia dada pela Real Fazenda do Funchal para segurar as embarcações fretadas.

Em São Miguel o desembarque forçado, resultante do naufrágio de um dos barcos, permite ao juiz de fora e a outros ilustres da ilha acomodarem dignamente os viajantes. O facto de haver uma princesa e uma concubina doentes levou a que a comitiva ficasse hospedada durante vinte e oito dias, durante os quais a primeira recupera, vindo a segunda a falecer. Após ser fretado um bergantim para substituição do que se afundara, e de receberem os mantimentos necessários ao regresso, a família faz-se à vela e “*continuarão a sua derrota*” até ancorarem em Lisboa, como expressa João de Sousa na crónica da *Arribada*. Também em Ponta Delgada denotamos, da parte do edil e demais responsáveis, variadas tentativas para minorar os danos e evitar qualquer impacto negativo nas relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos.

Da chegada ao largo do Cais de Belém detetamos, para além da habitual aguada e entrega de víveres, a frequência nas tentativas de diálogo. Os vários esforços relacionados com o desembarque das princesas iniciam-se com o motivo de reparação dos navios, o qual elas objectaram por poderem ser substituídos por outros em bom estado. Não tendo este fundamento sido suficiente para as convencer, passa-se à fase seguinte em que o arrais é recebido no Palácio de Queluz, cumprimentado pela própria rainha D. Maria I e, num outro

dia, apresentado a elementos da Corte e convidado para o almoço pelo Príncipe D. João, seguindo-se-lhe o passeio pelos jardins acompanhado pelo Marquês de Tancos. Na manhã seguinte vai a Marquesa de Lumiares fazer uma visita às Princesas no sentido de estimular a confiança delas e de as convencer a irem a terra. Esta gradação reflete os esforços feitos no sentido de o Príncipe Regente aproveitar a oportunidade para demonstrar a grande estima que nutria pela família real marroquina, que finalmente aceita o convite para desembarcar e ficar hospedada no Palácio das Necessidades. Colocando à disposição dos visitantes todos os mecanismos de segurança da época, a comitiva é transportada sob observância dos costumes africanos, mantendo as princesas longe dos olhares curiosos. Atrevemo-nos a inferir que, no dia seguinte, quando são enviadas duas camareiras mouras, as suas amas, o arrais e o intérprete, ao Palácio de Queluz para agradecerem pessoalmente as amabilidades concedidas, há uma grande curiosidade inerente para além da retribuição do gesto. Relevante é o facto de a pequena comitiva ter sido convidada a cumprimentar os membros da família real portuguesa aos seus próprios quartos, o que é uma demonstração de confiança e afabilidade. Interpelados pela Princesa D. Carlota Joaquina tiveram, ainda, oportunidade de cumprimentar o Príncipe D. João e de o acompanharem num passeio pelos jardins do palácio. A bondade real alargou-se ao convite para almoçar, que as camareiras recusaram por, alegaram, terem de regressar a tempo de tratar do almoço das suas amas.

Estava, assim, pavimentado o caminho que as princesas marroquinas em breve percorreriam para visitar a família real portuguesa no Palácio de Queluz. À luz das regras de etiqueta entre monarquias, ficaria muito mal receber tão refinada hospedagem e nem sequer a agradecer pessoalmente, o que era razão suficiente para circundar os condicionalismos culturais no sentido de defender a imagem do reino. O arrais, que desde o início incentivara o contacto direto entre as duas Cortes¹⁸³, mostra-se apreensivo com a celeridade da mudança de planos. Apesar de ser ele o responsável pela comitiva, apercebe-se de uma mudança de atitude ocorrida ao longo das diversas arribadas. Inicialmente, as princesas aparentam uma atitude mais passiva em que verbalizam ser o arrais quem decide. Entretanto, por esta altura, já elas se assumem como representantes do soberano marroquino e detentoras de algum poder decisório.

Uma vez mais testificamos, ao longo do trajecto entre o Palácio das Necessidades e o Palácio de Queluz, o exercício de todas as medidas de segurança na preservação da imagem velada das princesas. Já no Palácio, as vistorias pelos jardins antes da entrada, as

¹⁸³ SOUSA, João de (1793), *Narração da Arribada*, pg. 13, nota de rodapé.

salas com o pequeno-almoço já preparado, a chegada da Marquesa de Lumiares com o objectivo de anunciar a visita da Princesa Carlota Joaquina e do Príncipe D. João, que queriam saber se a viagem tinha corrido bem, são pequenos detalhes fundamentais para mulheres que não estavam habituadas a ser o centro das atenções políticas ou diplomáticas. O almoço oferecido foi o mais parecido possível com os hábitos marroquinos, tendo sido feita uma mesa e assentos de propósito para o efeito, demonstrando uma abertura multiculturalista por parte dos portugueses. Depois do almoço D. Carlota Joaquina convida-as a dar um passeio pelos jardins e aproveita para lhes mostrar que, tal como os homens, também as mulheres portuguesas montam a cavalo. Certamente que os conceitos de liberdade da mulher num universo liderado por homens devem ter fascinado o imaginário feminino africano. Seguramente, o grande impacto ocorre ao fim da tarde quando as luzes do palácio se acendem. Os lustres de cristal exalam reflexos e apontam em todas as direcções germinando vida na talha dourada, ao mesmo tempo que os espelhos engrandecem a dinâmica das salas perante os olhares de admiração das senhoras da Corte estrangeira.

Efetivamente, tais táticas não se resumem apenas a gestos de boa vontade e educação, mas espelham o ajustamento de estratégias inteligentes e demonstrativas da prestigiante capacidade diplomática portuguesa, cujo resultado é imediatamente visível na correspondência trocada entre os dois reinos. Quase um ano depois, a 9 de Agosto de 1794, a princesa Carlota Joaquina escreve uma carta em resposta à da princesa Laila Amina, onde afirma ter sido “*com grande satisfação a desejada noticia da vossa chegada ao Vosso Paiz*”¹⁸⁴. Relevante fora, também, a gratidão implícita nas palavras de Amina junto do seu marido aquando da chegada um ano antes, as quais foram, certamente, fundamentais para as decisões tomadas pelo soberano marroquino. Ao expressar “*não Nos sendo menos agradavel a participação que fizesteis ao Vosso digno Esposo de haveis sido aqui recebida com todas aquelas demonstraçoens que vos erão devidas*”, a princesa Carlota Joaquina está a admitir que todos reconhecem o impacto que a palavra das mulheres pode ter nos desígnios futuros, mesmo que comandados pelos homens. Assim, verificamos aqui o reconhecimento do exercício de funções que, apesar de não oficiais, deram origem a mudanças estratégicas fundamentais para o futuro da nação portuguesa. Na verdade, esta “*distinta estimação que fazemos de tudo o que respeita à Caza Real de Marrocos*”¹⁸⁵ estava prestes a dar os seus frutos.

¹⁸⁴ A.H.U., CU147, Cód. 977, fl. 215 e 216.

¹⁸⁵ Idem, fl. 212.

A 5 de Agosto de 1793, o príncipe D. João escreve uma carta ao “*Honrado e Louvado entre os Mouros Muley Abdessalam*”,¹⁸⁶ referindo ter sido plenamente informado das intempéries que a sua família enfrentou, e da necessidade de “*improvizadamente*” entrar no porto de Lisboa. Assegura que o servo “*Arraes Mahomed Scairige*” transmitiu as ordens recebidas do seu soberano, a saber, a de entrar preferencialmente nos portos da nação portuguesa. D. João adianta que “[...] *bem podeis entender o quanto nos seria agradável a justa e ilimitada confiança que pondeis em Nós, de nos achares propicio em toda a ocasião, que se nos apresentar de comprazervos*”. Isto para justificar a imperiosa necessidade que “*a Vossa muito amada, e prezada Esposa*” sentiu em desembarcar, apesar de desejar mudar-se para outra embarcação e partir imediatamente para Tanger. Pareceu ao rei pouco conveniente, e até um risco para a saúde, não ficar a princesa alguns dias em terra para descansar da atribulada viagem, ao que ela “*condescendendo aos Nossos rogos desembarcou com amais Familia e foi hospedada em hum dos Nossos palacios nesta Corte*”. Assegura, ainda que, para que o regresso possa ser feito na máxima segurança, envia a família real sob a escolta de uma nau de guerra da armada real, assim como na companhia do consul geral Manuel de Pontes “*que vos não he desconhecido, nem o foi de vosso benemerito Pay e Irmãos*”.

Numa outra carta redigida ao príncipe Molei Soleiman “*a quem todo o bem e honra desejamos*”¹⁸⁷, D. João acusa a receção da carta na qual Soleiman continua a certificar a sua gratidão pelas distintas demonstrações e obséquios à família real, o que confirma não ter sido em vão o tempo “*que se demorou em Portugal*”. No entanto, o cerne da mesma reside no texto em que D. João recorda que “*Molei Abdessalam he muito conhecido, e estimado neste Reino, por ser elle a quem seu Benemerito Pay incumbio da Negociação do Tratado de Paz, de Amizade e de Commercio entre esta Corte e a Vossa*”. É desejo da Coroa portuguesa que tal amizade, que desde sempre tem sido cuidada e alimentada, se consolide com o soberano de Marrocos e, como resultado “*desta união, e das vossas prudentes e firmes dispoziçoens resulte o podereis conseguir a tranquillidade desses Povos*”, que nada mais é do que a obrigação que os súbditos têm para com o seu único e legítimo soberano. Aqui, denotamos a importância que Portugal dá ao facto de se conseguir a almejada estabilidade em Marrocos. Está implícita a necessidade de “*conseguir a tranquillidade desses Povos*” reduzindo-os à sujeição e obediência. E D. João enceta o término da carta escrevendo “*Assim o esperamos ver concluido*”, explicando que o alvo é

¹⁸⁶ A.H.U., CU147, Cód. 977, fl. 212 e 213.

¹⁸⁷ Idem, fl. 214.

o de se alegrarem em conjunto por mais esta vitória conquistada, assim como o de “mostrar-vos a cordial propensão com que deseja-mos tudo o que possa contribuir para a Vossa prosperidade”.

6.1 Cartas de recomendação e de agradecimento

É a 26 de Agosto desse mesmo ano de 1793 que Mulei Slimane escreve a D. João confirmando a chegada da “*Familia do nosso Caro Irmão Mulei Abdessalem, e nos certificamos dos beneficios, e obsequios q. lhe fizestes, dos quaes se Deos nos ajudar vos mostraremos o nosso agradecimento*”¹⁸⁸. Esta afirmação não reflete apenas reconhecimento, mas vai mais além dando forma à intenção de agradecimento, pois afirma que “*tudo o que for precizo, e quizerdes deste nosso Continente, escrevei sobre ella e Nosso Irmão asima referido, que se vos concederá como quizerdes com o favor e poder de Deos (...)*” e assegura a continuidade da amizade ainda com “*maior vigor do que era entre meu Pai e Vossa Mae*”.

Ao mesmo tempo, uma outra carta oriunda de Mulei Slimane¹⁸⁹ vem confirmar o elevado reconhecimento dos soberanos portugueses¹⁹⁰ e a vontade de agradecimento “*pelos beneficios e hospedagem que lhe fizestes*” demonstrando que “*permaneceis na antiga amizade e pelos louvaveis tratamentos com q. tratastes a Nossa familia*”, assim como um agradecimento especial “*certificados da boa assistencia do Vosso servo Marquez de Marialva, e da amizade q. nos tem o constituimos medianeiro entre Nós e Vós*”.

Ora, é este marquês¹⁹¹ também distinguido em carta escrita por Molei Abdessalam a D. João, na qual se pode ler em nota de rodapé que deseja aquele príncipe que, “*constando-*

¹⁸⁸ A.C.L., MV, CA, Cx. 272, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal», fl. 167-168. “*Carta que El-Rei de Marrocos Mulei Slimane escreveo ao Principe N.S. depois q. as Princezas daqui partirão*”, 26 de agosto de 1793.

¹⁸⁹ Idem. “*Carta para o Principe N.S. escrita na mesma occasião*”, 26/08/1793.

¹⁹⁰ Ibidem, que se inicia com “*O Louvor seja dado só a Deos centro de todos os negocios. Ao Nosso caro e grande amigo o Principe D. Joao Duque de Bragança, Descendente dos Poderosos Reis de Portugal, e successor da Magnifica Rainha de Portugal*”.

¹⁹¹ Ibidem, fl. 167-168. “*Carta que El-Rei de Marrocos Mulei Slimane escreveo ao Principe N.S. depois q. as Princezas daqui partirão*”, 26 de agosto de 1793.

nos quanto he capaz de toda a boa intelligencia”, a troca de correspondência se faça por intermédio do “*Vosso Servo o Marquez de Marialva*”¹⁹².

No mesmo dia seguia uma carta de Mulei Slimane ao dito Marquez, “*Servo da Magnifica Rainha de Portugal, do seu Conselho, e Tinente General dos seus Exercitos*”, assegurando-lhe a concessão de tudo o que desejasse do reino de Marrocos, ainda com a garantia de que “*vos remuneraremos mais do que vós penceis*”. A atenção que o Marquez de Marialva prestou à família real marroquina aquando da sua estadia em Lisboa foi de tal forma relevante para o bem estar e segurança da comitiva que o soberano afirma “[...] *por isto mesmo vos constituimos medianeiro entre Nós e a vossa Corte, e todas as suas dependencias serão por vossa via tratadas por serdes sujeito da primeira grandeza e vossa Capacidade mais relevante que os da vossa nação*”.

Seguem-se as respostas¹⁹³ de D. João aos príncipes Mulei Slimane, soberano em Fez, e Mulei Abdessalam em que refere que “*não fizemos se não aquillo que de nossa parte convinha*” afirmando que “*Nós estamos pela Paz, e vo-la certificamos da nossa parte e que se cultivara do mesmo modo que fora na vida do vosso Pai e Irmão Eliazid, e querendo Deos da nossa parte não terá alteração nem fim*”. Esta nota final da carta enviada a Slimane é reforçada na que D. João escreve a Abdessalem, onde refere que isto “*é o que devemos praticar com hospedes de sangue nobre*”. Acrescenta, ainda, que tal estima entre os reinos é a causa do “*augmento da nossa Alegria, pois da Nossa parte com o auxilio de Deos não tera diminuição e sera duravel e inseparavel [...] e se praticara sempre*”.

A 13 de Outubro Mulei Slimane escreve ao Príncipe Regente reiterando os “*beneficios e boa hospedagem que fizestes á familia do nosso Irmão Mulei Abdessalam*”, aproveitando para enviar uma oferenda¹⁹⁴.

Dois dias depois é a Princesa Laila Amina que, “*lembrada das honras e beneficios que comigo e as minhas Primas praticastes*” escreve à Princesa D. Carlota Joaquina afirmando que “*tudo o que vos for preciso deste continente, ou no nosso Paiz, escrevei me sobre ella, e se vos fará com boa vontade, pois recebemos os nossos beneficios dos quaes somos devedores, e os confessamos, e delles nunca nos esquecemos*”¹⁹⁵. A acompanhar a carta vai um presente composto por “*quatro caixotes cheios de finas, e excellentes, e ricas mantas*

¹⁹² A.H.U., «Norte de África», cx. 404. Refere-se a D. Pedro José de Alcântara de Menezes Noronha Coutinho (1713-1799), 4º Marquês de Marialva, título herdado pela mãe, D. Joaquina Maria Madalena da Conceição de Menezes, 3ª Marquês de Marialva.

¹⁹³ A.C.L., MV, CA, Cx. 272, «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796», fl. 170-172.

¹⁹⁴ Idem, fl. 174-175. “[...] *vos remetemos tres cavallos, e hum Lião p^a divertimento*”.

¹⁹⁵ Ibidem, fl. 175-176.

de seda, Lenços e outras galanterias [...] e arreios dos Cavallos [...] guarnecidos de chapas de prata dourada, mas tudo á Mourisca”, segundo nota final na carta que Mulei Slimane escreve ao consul Jorge Pedro Colaço¹⁹⁶.

Ao mesmo tempo que a correspondência seguia para os soberanos, era frequente serem enviadas cartas dos mesmos para os consules. A exemplo disso referimos uma dessas cartas, escrita a 18 de agosto de 1793¹⁹⁷ e dirigida ao consul português Jorge Collaço, em resposta a uma outra enviada por este com a informação sobre “*os acontecimentos que os obrigou a tocarem naquelle, e mais Portos*”, na qual asseguram terem já sido informados de todos os “*cortejos e honrarias*”. Certamente que o clímax de todo este acontecimento inesperado, e que terminou bem para ambos os reinos, foi o facto de verem as embarcações que transportavam a família real no seu regresso a Marrocos serem escoltadas “*por huma das suas Naus de Guerra*”. Sabemos que a nau *Medusa* acompanhava a comitiva no sentido de assegurar o seu regresso¹⁹⁸. Para o soberano marroquino tais atos de presteza, afirma ele, “*são feitos da amizade que na vida do Soberano Defunto se cultivou, e como he verdadeira produzio estes efeitos*”, instando na garantia de que de nada se esquecerão e que, “*se Deus nos conceder a vida, daremos as demonstrações do nosso agradecimento*”. Termina a carta dizendo que a “*estimação da Vossa Corte, e a Vossa he sem limite junto de Nós*”.

6.2. Consequências políticas, económicas e sociais

A boa vontade para com a nação portuguesa já se fazia sentir desde os primórdios dos contactos entre as duas culturas. Por entre as crises provocadas pela instabilidade interna de Marrocos, podemos observar que sempre foi havendo uma política de compromisso para com os portugueses. Evidenciamos alguns exemplos disso, tais como a decisão de Mulei Isham em taxar com setenta pesos duros todos os navios das nações europeias que ancorassem no porto de Mogador, com exceção das embarcações portuguesas. Na altura, preocupado, o consul português apelou para que o “*Rey levasse a bem tomar debaixo de Sua Real Protecção os Portuguezes e os aliviasse de mencionada ancorajem, assim como*

¹⁹⁶ A.C.L., «Entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796», MV Azul, fl. 177.

¹⁹⁷ A.H.U., CU 147, cx. 404.

¹⁹⁸ Idem, cx. 389, fl. 393.

seu defunto Pay sempre havia absolvido".¹⁹⁹ Tal pedido originou a que o rei mandasse elaborar um documento²⁰⁰ que previa a isenção total para os navios portugueses, cuja tradução é apensa à dita carta. Neste, podemos observar a reiteração das alianças do passado através de expressões como "*assim como éreis no tempo do meu defunto Pay, sois o mesmo comigo*".

Denotamos a constante intenção em recordar as alianças do passado em afirmações como a de que "*Nos outros sempre havemos vossa Nação por mui estimada e respeitada, e nenhum se porá com os de vossa Nação em nada*", ou a confirmação de que "*serão passados os Direitos como os tinha primeiramente, sem q tenhamos mais algum aumento*". O propósito intensifica-se no último parágrafo quando o soberano afirma "*Mais te digo, q tudo quanto me pedires sera concedido em diante*".

Contudo é uma vez mais João António de França, através da sua frequente correspondência com o secretário dos negócios estrangeiros e da guerra, uma das vozes reveladoras da inconstância política que se continua a viver em Marrocos na segunda metade do ano de 1793²⁰¹. A intensa revolta das províncias vizinhas obriga a que o soberano, após confrontos na frente da batalha, mande fechar as portas da cidade para evitar "*maiores insultos*". A distribuição de correspondência encontra-se dificultada, queixando-se o consul de ausência de informações por parte da Corte marroquina. Só em meados do mês de setembro parece que os atritos se atenuam em virtude de os negociantes, depois de "*haverem repugnado assistir ao Rey com hú regalo q pedia*", decidem satisfazer o soberano e, assim, contribuirem para o restabelecimento da ordem na capital marroquina.

É a 9 de agosto de 1793 que Martinho de Mello e Castro, ministro e secretário de Estado da nação portuguesa, escreve a Muley Abdelmalek Bem Edris reforçando a consolidação da "*cada vez mais estreita amizade estabelecida pelo Tratado, [...]do qual Tratado e Condiçoens dele foi incumbido Muley Abdessalam, por seu benemerito Pay*"²⁰². O ministro aproveita para recordar que as cláusulas do tratado foram cumpridas, tanto pelo pai como pelo seu filho Eliazid, tendo-se verificado uma rutura no acordo após a sua morte. A expressão "*[...] Muley Eliazid até a sua morte, ela porem foi o Termo, em que o dito Tratado cessou inteiramente de ter a sua devida execução nos Dominios de Marrocos*" é elucidativa dos prejuízos que Portugal sofreu com a instabilidade vivida em Marrocos. Martinho de Mello continua a enumerar alguns desses aspetos recordando que, a

¹⁹⁹ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, «Estados Barbarescos 1789-1832», C-007-C008.

²⁰⁰ A.N.T.T., M.N.E., CA-PT, Cx. 272, «Estados Barbarescos 1789-1832», C-009.

²⁰¹ Idem, C0019-C0021.

²⁰² A.H.U., CU147, Cód. 977, fls. 213 e 214.

partir daquela data, “*Os Navios e Vassallos Portuguezes nunca mais tiveram certeza, nem segurança de entrar livremente nos Portos de Marrocos*”. Tais impedimentos originaram a que todo o comércio, em especial a “*livre exportação do Trigo*”, cessasse na totalidade, para além da drástica redução de direitos que a nação portuguesa anteriormente detinha no tempo dos dois monarcas já falecidos.

No entanto, a missiva do secretário de Estado tem como principal alvo a viabilização da passagem das embarcações portuguesas no Estreito de Gibraltar. Como tal ele refere que a esquadra “*sempre achou livres, e francos os Portos de Tanger e Tetuão para todos os seus Provimientos, no tempo dos dois sobreditos Soberanos*”. Isto incluía a desobrigação em pagar direitos, o que já não acontecia pois “*agora, não só he obrigada a pagar todos os Direitos de sahida, mas ainda sugeitando-se á intoleravel violencia de os pagar contra as Disposiçoens do sobredito Tratado*”. Justifica o desabafo explicando que parece-lhe necessário dar-lhe conhecimento da “*desagradavel situação em que nos achamos com a Corte de Marrocos*” na certeza de que ele procurará “*meios, e modos de ocorrer a ela, representando-a ao Vosso Soberano*”. Reitera a justificação afirmando que deseja que “*o Tratado que subsiste entre as duas Naçoens se observe inviolavelmente em Marrocos, da mesma sorte que se tem observado, e inviolavelmente se observa em Portugal*”. É de notar que esta carta não termina com os habituais votos de boa saúde e prosperidade como as demais escritas entre os soberanos, mas apenas com o local e a data, seguidos da assinatura.

É ainda pela mão de Martinho de Mello e Castro que tomamos conhecimento de uma outra carta²⁰³, desta vez datada de 9 de agosto de 1794, dirigida a Molei Taiel, governador do porto de Tanger, a reforçar a “*esperança que tenho de que o Governo dessa Praça de que vos achaes encarregado concorrerá para consolidar cada vez mais a boa amizade que felismente subsiste [...] e para promover os mutuos interesses de ambas as Naçoens*”. Denota-se que ainda se faz sentir alguma insegurança na travessia do Estreito de Gibraltar, pois o ministro faz questão de referir que “*o que actualmente se faz mais digno da vossa Protecção he que a Esquadra Portuguesa que cruza no Estreito contra os Argelinos, ache neste e nos mais Portos de Marrocos toda a facilidade para se prover de viveres*”. Não só a segurança nas águas litorais marroquinas, mas também a aquisição de trigo e consequente favorecimento do comércio e dos comerciantes portugueses. A acompanhar, Martinho de Mello envia “*hum pequeno signal da distincta concideração em que vos temos*”.

²⁰³ A.H.U., CU147, Cód. 977, fls. 216 e 217.

A 23 de agosto daquele mesmo ano segue uma carta de Lisboa para o consul português em Tanger, Jorge Pedro Colaço, na qual Martinho menciona ter recebido as suas cartas a informar da situação de Marrocos, e que se pensa estar para breve o fim das contendas entre os principes candidatos ao trono, “*e que por fim Molei Soleiman será declarado Rey com preferencia aos mais oppozitores seus Irmãos*”.

Apesar da instabilidade que persistia no reino de Marrocos, razão que levava Abdessalem a salvaguardar a sua família de vinganças e represálias, foi feita justiça a todas as afirmações de fidelidade e confiança já mencionadas na diversa correspondência. A constante verbalização das alianças feitas no Passado facultam o acesso a privilégios para os portugueses. No entanto, este reviver permanente que serve para consolidar a confiança é, também, acompanhado da expressão de alguma insegurança que os navios portugueses enfrentam na travessia do Estreito de Gibraltar. Empenhados em superar mais esse obstáculo, o soberano marroquino atribui a Portugal um presente que vai fazer toda a diferença para o comércio atlântico e, a comprová-lo, está a concessão do porto da cidade de Santa Cruz “*para o comercio da Nação Portuguesa, com facultade para tudo o mais que quizerem dos Portos de seus Dominios*”²⁰⁴. Para além disso, acrescenta que foram dadas ordens a todos os portos marroquinos para que forneçam gratuitamente todas as embarcações portuguesas de “*refresco e mantimentos necessarios como se praticava na vida do Nosso pai e Snr*”.

²⁰⁴ A.H.U., «Norte de África», cx. 404, carta datada de 26 de agosto de 1793.

7. Conclusão

Os interesses portugueses em Marrocos eram de índole diversa, para além de resultarem da utilização de um vasto espaço marítimo durante mais de três séculos. A fertilidade das terras coincidia com as aptidões do seu povo, habituado ao comércio de longa distância. Daí serem as praças-fortes um importantíssimo elemento base para a recolha dos produtos agrícolas, sua transformação, embalamento e expedição. Para tal as alfaias e o gado complementavam a vivência dos seus habitantes, enquanto os barcos pesqueiros faziam negócio de produtos de diversas partes do mundo, alimentando o tráfego comercial.

Havia vantagens e desvantagens para indivíduos de todas as camadas sociais, pois tanto os cargos civis como os militares eram muito disputados. As doações régias eram comuns, e os que se ofereciam para servir em África eram alvo de benefícios. Este funcionalismo ultramarino não era apenas apanágio de alguns comerciantes favorecidos, mas alargava-se a todas as camadas sociais da sociedade. Frequentemente, os pequenos comerciantes, artesãos ou pescadores comprometiam-se a transportar víveres, armas ou materiais de construção para os que viviam além fronteiras tendo, sem sombra de dúvida, contribuído para o contrabando de armas e de algumas especiarias a partir do Algarve.

Esta dinâmica comercial fomentou a apetência dos restantes países europeus por produtos exóticos, o que também contribuiu para o desenvolvimento das frotas marítimas que, para além de transportarem homens e armas, eram agora abastecidas com mercadorias. Muitas embarcações foram alugadas ou compradas à Galiza, Biscaia, Bretanha, Inglaterra e Flandres, entre elas galés, galeões, naus, barcas, fustas, cocas e barinéis, o que também revela alguma inexperiência neste novo tipo de actividade²⁰⁵. No entanto, a construção naval também foi estimulada através dos navios que foram mandados construir.

A última praça-forte a resistir sob a posse dos portugueses foi Mazagão, até 1769, altura em que o governo de Marquês de Pombal decidiu evacuar pessoas e bens, fazendo-os regressar a Lisboa. Foi, precisamente, o fim da presença militar portuguesa em Marrocos que permitiu que uma nova época de relações entre os dois países começasse a ganhar forma. A normalização dos contactos diplomáticos permitiu o restabelecimento do comércio e a protecção da navegação. Sempre prontos para enfrentar e resolver alguma

²⁰⁵ FARINHA, António Dias (2002).

crise inesperada, os cônsules informavam a Corte portuguesa de todos os acontecimentos internos, desde as pragas e crises na agricultura ou mortandade no gado, até às movimentações do curso no Atlântico, transmitidas pelos pescadores portugueses, algarvios na sua maioria.

Ora, o envio recíproco de embaixadas instaurou a confiança entre os reinos ao ponto de, em 1780, Marrocos ter decidido depositar parte do seu tesouro em Lisboa, sob o poder de Portugal. A partir daí, desenvolveu-se o interesse pela língua e cultura árabes, tendo a disciplina passado a fazer parte dos estudos eclesiásticos graças, inicialmente, a Fr. João de Sousa, a Fr. Manuel do Cenáculo e à Escola do Convento de Jesus.

Os diplomatas portugueses demonstram, assim, serem negociadores experientes, com pluralidade de habilidades e grande capacidade de negociação que ultrapassa as fronteiras culturais. A comprová-lo está o facto de saber qual o segredo para o êxito das negociações com Cortes como a marroquina. Uma das incumbências vivamente recomendada pela Corte portuguesa aos embaixadores e consules enviados a Marrocos era a de captarem as boas graças, não só do soberano, mas também do seu filho primogénito. Um outro aspeto importante consistia *“na qualidade, valor e Grandeza dos presentes que recebem; e na esperança que sempre lhe fica da continuação dos mesmos Presentes”*²⁰⁶ sabendo, desde sempre, que o império que mais oferece é o que mais consegue porque é do qual mais se espera. Em consequência disto, e ao referenciar o relacionamento com uma nação africana, os portugueses sabiam que a segurança atlântica, a consistência da paz, o cumprimento e a legitimidade dos tratados ou as suas transgressões, e eventuais declarações de guerra dependiam do valor das oferendas. A comprová-lo estão as afirmações de Rollen van Deck, que recebera instruções para transformar a trégua existente desde a carta escrita pelo sultão marroquino ao nosso monarca a 5 de Setembro de 1769, três meses após o abandono de Mazagão, em tratado de paz, navegação e comércio, referindo que *“[...] tudo depende da mão mais ou menos larga, com que se despende com as referidas Naçoens”*²⁰⁷.

Na verdade, Mazagão era o principal paradoxo nas relações entre as duas nações. As soluções comerciais passaram a ser ajustadas aos condicionalismos marroquinos o que contribuiu, em grande parte, para a renovação da relação entre os dois soberanos. Tal atitude também devolveu a Marrocos alguma da importância política desaparecida com a falência no domínio dos distúrbios internos. Importa não esquecer a relevância da intervenção dos diplomatas portugueses e das constantes informações sobre os

²⁰⁶ FIGANIER, Joaquim (1969), pg. 28.

²⁰⁷ Idem.

acontecimentos políticos e sociais em Marrocos, para além das céleres intervenções e transmissão de opinião acerca da melhor prática de qualquer potência europeia. É graças à adequada comunicação estabelecida através dos canais diplomáticos que Marrocos dá início ao estabelecimento de ligações pacíficas com as nações europeias, das quais vem a resultar um comércio planeado e controlado.

Não admira, portanto, que Portugal se desdobrasse em amabilidades para demonstrar o seu apreço pela manutenção da paz com Marrocos, frequentemente expressas na receção das embaixadas marroquinas e nos presentes ofertados. Foram, na verdade, os interesses políticos e comerciais que aproximaram os dois países, aspeto bem visível nas informações regularmente plasmadas nos diversos documentos já mencionados. Daí que Portugal não hesitasse em preparar um corpo de tropas para dar apoio aos espanhóis que, na região da Catalunha, lutavam contra a França. Este apoio ao exército do país vizinho prestado através do envio de uma divisão auxiliar foi, juntamente com a excelente recepção às princesas, uma forma natural de Portugal conseguir manter relações económicas e diplomáticas com Marrocos numa altura em que deflagravam os conflitos de ambos os lados do Estreito de Gibraltar.

A instabilidade dinástica provocada pela morte de Sidi Mohammed bem Abdellah e pelos pretendentes ao trono obrigou a que o governo português adotasse uma política de imparcialidade para conseguir fazer cumprir o tratado de 1774. Apesar das hesitações, Portugal afirmou a sua neutralidade no que dizia respeito às rebeliões do sul de Marrocos, mantendo desde sempre afinidade com Mulei Slimane, o qual isentou as embarcações portuguesas do pagamento de determinados impostos como agradecimento pela extensa hospitalidade dispensada à família do príncipe Mulei Abdessalam em Portugal.

Quando, mais tarde, se levantaram outros candidatos ao trono, D. João VI, príncipe regente, recusou receber os embaixadores dos candidatos à soberania do reino de Marrocos. Entre estes contam-se a visita do diplomata que representava Molei Hicham, ou a do embaixador de Molei Hussain, justificando a sua recusa no facto de que, só mantendo a ordem entre os pretendentes ao trono é que se podia preservar a liberdade de navegação atlântica. Com isto surge a necessidade de manifestar o apoio total a Molei Slimane e de o comunicar aos seus opositores, o que Portugal assumiu em 1794 tendo, logo de seguida, proibido os navios portugueses de entrarem nos portos que se encontravam sob a autoridade dos paxás rebeldes. Com isto, o príncipe D. João deseja que Mulei Slimane se assegure da sinceridade da Coroa portuguesa e do desejo de conservar a paz e amizade com Marrocos. Esta estratégia de diplomacia política, que visava garantir a segurança na

obtenção de artigos de subsistência, foi muito bem acolhida por Mulei Slimane, que decidiu recompensar tamanha lealdade com a atribuição de variados benefícios.

Portugal torna-se, assim, o principal aliado de Marrocos, e o cumprimento rigoroso das cláusulas do tratado que os unia era colmatado por uma disponibilidade total de satisfação dos pedidos feitos pela outra parte. A exemplo disso temos, por parte do rei de Marrocos, a punição dos corsários que haviam maltratado um comerciante português²⁰⁸ e a justificação dos permanentes benefícios com os renovados elogios que tecia à amizade que nutria pela rainha portuguesa. Por parte do soberano português a libertação de dois corsos marroquinos apanhados em transgressão, ou a recusa da compra de cereal às praças exploradas por rivais do soberano, foram provas de amizade que ainda fidelizaram mais as duas nações.

No ano de 1795, Marrocos concedeu a Portugal o privilégio de importar gado utilizando o porto de Safim. Uma vez que alguns navios portugueses desobedeceram à ordem de não atracarem em portos liderados por rebeldes, e tendo um desses navios ficado apreendido, Mulei Slimane, em sinal de boa vontade, outorgou privilégios excepcionais e ordenou a sua libertação em julho desse mesmo ano²⁰⁹. Quando, no ano seguinte, Portugal enfrenta um período de grave carência cerealífica e bovina, o consul português foi autorizado a exportar de Marrocos a maior quantidade possível de cereais apesar da escassez que enfrentava. Mulei Slimane ordenou aos responsáveis dos portos sob a sua autoridade que autorizassem todas as embarcações portuguesas a praticarem comércio livre, sem obstáculos nem concorrência, para além de prestarem toda a assistência necessária aos vassalos na preservação dos direitos, para que de nada sentissem a falta. Infelizmente, apesar desta política de tolerância, os portugueses continuavam a frequentar os portos não autorizados em busca, principalmente, de cereais, que era a grande preocupação portuguesa. Em 1797 foi concedida à embaixada portuguesa a isenção das taxas de abastecimento, privilégio muito invejado por outras potências europeias.

Evidencia-se, assim, desde cedo, uma consciência e mentalidade de globalização. Ao conseguirem dismantelar-se as táticas defensivas escreve-se um novo mapa, mais detalhado e com mais oportunidades. No entanto, se recuarmos no tempo refletimos que, por entre os avanços mouro ou português e, à sombra das reconquistas cristãs vistas quer

²⁰⁸ A.H.U., Norte de África, cx. 417, carta datada de 17 de Junho de 1779.

²⁰⁹ A.N.T.T., M.N.E., cx. N° 299, «Correspondência dos Consulados Portugueses em Marrocos 1778-1821».

pela perspectiva lusitana, quer pela africana, permanecem no território de ambos algumas marcas do tempo de convivência entre as duas civilizações²¹⁰.

Em Marrocos permanece, vinculado a alguns edifícios portugueses ligados à vigilância e defesa²¹¹, a fama de serem os portugueses grandes construtores, pois qualquer edificação antiga é atribuída aos antigos povoadores. De uma maneira geral, as relações entre Portugal e Marrocos evidenciam-se pelo entendimento e cooperação conseguidos, sobretudo, a partir do reinado de Mulei Slimane. Enquanto o interesse de Portugal era essencialmente mercantilista, Marrocos procurava obter ajuda financeira. No entanto, tal entreajuda acabou por se estender ao apoio militar para vencer os opositores internos, nomeadamente quando as tropas militares chegaram a Marrocos em Junho de 1797 para, juntamente com as tropas de Mulei Slimane, vencerem os revoltosos Mulei Abdelmalek e Mulei Hussain, permitindo ao vencedor no mês seguinte entrar, pela primeira vez, em Marraquexe. Só assim, e através do envio de elevadas quantidades de pólvora, se conseguiu consolidar a governação, iniciativa recompensada pela assistência prestada às frotas portuguesas.

Certamente que o grande interesse que Marrocos desde sempre demonstrou por Portugal e pelas ilhas portuguesas ia ao encontro do desejo de poder contar com a segurança das suas embarcações em portos de confiança ao longo dos mares. Sem dúvida que Portugal sempre demonstrara muito empenho em assegurar tal garantia, o que ficou facilitado com o controle da situação política interna de Marrocos, com a abertura dos portos marroquinos a todas as nações europeias e a primazia dada ao comércio marítimo, que foram as grandes causas de enfraquecimento do curso argelino. A par disso, o dinamismo político e diplomático cuidadosamente articulado em contexto cultural dissemelhante foi o verdadeiro impulsionador do desenvolvimento do arabismo em Portugal, estendo-se a toda a Europa. Podemos, ao mesmo tempo, observar que o impacto cultural da diplomacia também se revela nos registos iconográficos deixados nos países intervenientes, assim como nos relatos de negociações, na correspondência de embaixadas, nas crónicas e na troca de presentes.

²¹⁰ COELHO, António Borges (1989), pg. 24. Menciona que, em Portugal, ficou a nora, a laranjeira e os coches de Alter.

²¹¹ FARINHA, António Dias (2003), pg. 29-34. Refere que nos foram deixadas marcas na toponímia tais como, por exemplo, as “azóias”, antigos santuários islâmicos que são, actualmente, povoações, ou as “arrábidas”, antigos lugares de vigilância e defesa. Alguns termos, como “marabuto”, que designam um santo ou o seu túmulo, são também resquícios dialetais de uma amizade secular.

Entretanto, foi propositado o deixar para o final um documento intitulado “*Refllexoens*”²¹² que, de forma lacónica, nos dá a conhecer as preocupações que se vivenciavam na época. De autor desconhecido, a data apontada para a sua escrita é o ano de 1794. Que seja! Certo é que pode ser válida a ideia de que, numa noite de insónias, o príncipe D. João, depois de dar voltas na cama, tenha finalmente decidido levantar-se, abrir a escrivaninha e, sob a timidez da vela, rascunhar os assuntos que lhe embargavam o sono. É assim que começa a escrever expondo que “*Deve-se ponderar maduramente se a Portugal convem a Paz com El Rey de Marrocos*”. Preocupam-no os benefícios e os prejuízos de tal convénio. Relatando que a extensão dos dois oceanos, desde Tetuão até Santa Cruz, compreende “*huma extensão de 300 Leguas*”, expõe que os seus portos são geograficamente propícios ao abrigo de corsários e, até, de algumas embarcações de guerra de dimensão suficiente para lesar a marinha mercantil portuguesa. Para além disto, e de suma importância, é a consciência que tem das consequências de uma eventual rutura com os marroquinos na certeza de que, a acontecer tal, “*será bem dificultoso, e quazi impossivel embarçar a união dos Corsarios Argelinos com elles*”. É sabido que a manutenção da paz com Marrocos inclui a redução das investidas dos corsários, apesar de haver opiniões diferentes, pois uns “*Dirão, que se aumentará a nossa Esquadra. Ainda que esta consistisse em 50 Embarcações de Guerra, ella não poderia segurar inteiramente a Navegação dos Navios mercantes*”. Perante a inviabilidade de defesa bélica, as consequências de tal afronta teriam as suas repercursões na economia pois “*Os Seguros aumentarião, por cauza dos riscos*” dando, como exemplo, que bastaria o assalto a um navio vindo do Brasil para provocar avultadíssimos prejuízos e ficar toda a liberdade de navegação comprometida. Acrescenta, como reforço, que esta é uma “*felicidade que completamente possuímos, e que muito se deve apreciar*”. De seguida passa a enumerar as vantagens obtidas com a continuidade da paz com Marrocos, entre as quais “*nos facilita o cruzeiro da nossa Esquadra contra os Argelinos, e as mais Potencias Barbarescas do Mediterraneo*”, ou o facto de beneficiarem de mantimentos e refrescos avultados e gratuitos, resultado de todos os portos e baías se encontrarem disponíveis para as embarcações portuguesas. O Tratado é, uma vez mais recordado, afirmando que “*é inteiramente a favor de Portugal, que pode contrahir livremente daquelle Paiz todos os generos de suas produçoens, pagando Direitos diminutos a os que pagão as mais Naçoens*”. Para além de tudo, recorda que a segurança de navegação é de um preço

²¹² A.H.U., CU 147, cx. 404, fls. 389-391.

infinito. Em acréscimo, refere que o presente monarca aprovou o Tratado assinado pelo soberano defunto sem quaisquer exigências adicionais dando, assim, um lugar de proeminência a Portugal. Da mesma forma, a amizade que desde sempre tem sido expressa à rainha e a confiança que na soberana deposita, levam-no a *“elle se humilhar, dando-lhe a conhecer a falta de dinheiro que experimenta, e pedindo lhe empreste 50\$ pezos fortes”*. Reconhece que este *“he hum Principe necessitado, no principio do seu Reinado, que pede hum socorro a huma grande Rainha, que respeita e em quem confia”*, cujo risco de não pagamento é facilmente colmatado nas primeiras sacas de trigo a adquirir. Supondo que o rei de Marrocos não cumpre a sua promessa, adianta que o empréstimo fica muito aquém *“dos beneficios e utilidades que se retirão da Paz de Marrocos”*. Advertte, ainda, que o monarca marroquino é generoso, mas também *“soberbo e violento nas suas resoluções”*, o que o leva a pensar que não deve ser o pedido recusado de forma *“que o seu amor proprio se offenda, e que a boa vontade que prezentemente mostra a favor de Portugal, se torne em odio”*. Já no final da carta lemos que *“com a guerra pouco ou nada tem os Marroquinos que perder, e muito que ganhar”*. No entanto, chama-nos a nossa atenção a penúltima frase deste último parágrafo, em que podemos ler *“e que quando não for já tempo, se arrependerão de não terem arriscado 50\$ pezos fortes em beneficio da Paz”* sugerindo-nos que talvez não tenha sido o príncipe regente a sofrer de insónias, neste que parecia ser mais um momento morno da expectativa²¹³.

Embora ao longo do século XIX as relações lusomarroquinas se tenham atenuado, o final do século sofreu uma mudança de direção resultante dos novos interesses estratégicos da Inglaterra, França e Alemanha, tanto relacionados com a Madeira, como com Marrocos. Para além de uma história em comum, há inúmeras razões que levam Marrocos a ligar-se à Europa para as quais, indubitavelmente, contribui a localização geográfica. Apesar do barbante religioso que, até então, tem separado as civilizações do sul das do norte do planeta, Marrocos tem sido, desde os primórdios, zona de ancoragem de embarcações em trânsito no atlântico e mediterrâneo. Enquanto isso, foi o único país árabe que conseguiu resistir ao avanço otomano e permanecer independente, mesmo face às tentativas de invasão europeias. É, talvez, também por esse facto que o século XX vem revelar a vocação ocidental dos marroquinos.

Ao considerar as viagens diplomáticas entre Marrocos e Portugal, verificamos que esta arribada que não foi planeada nem esperada. Sendo uma incursão não oficial, é desde o

²¹³ VIDAL, Laurent (2010), pg. 246. O autor considera morno o momento da transição de Mazagão para a Nova Mazagão, no Brasil, referindo-se ao tempo necessário à adaptação dos colonos no Novo Mundo.

primeiro contacto com o território português, tratada com a formalidade, elegância e solenidade das comissões diplomáticas protocolares. O redator da chegada e permanência da família real marroquina em Lisboa é o mesmo e, no entanto, vários investigadores não têm este relato em consideração em função de ter sido uma casualidade²¹⁴. Ora, é do conhecimento geral que os atos diplomáticos são, na maioria das vezes, momentos repletos de intenções, e a maneira como estes membros da realeza marroquina foram recebidos é, sem dúvida, uma forma de diplomacia. Ao comparar os pressupostos inerentes a esta viagem podemos, talvez, concluir que não diferem muito das missões diplomáticas devidamente agendadas por ambos os reinos. No entanto, do que nos propusémos a observar, resultou um passo definitivo em direção ao cumprimento de todas as alianças no Passado: a cedência total de exploração do porto marroquino de Santa Cruz. Imaginar que esta arribada não tinha acontecido, ou que a Corte portuguesa não se disponibilizava a facultar todos os meios, comodidades e tranquilidade necessários ao regresso da família real, é visualizar um ismo na História. Na verdade, a mais de dois séculos de distância talvez possamos distinguir que Deus ou Alá intervieram fortemente nos destinos destes povos que, por momentos, poderiam ter sido condenados ao afastamento. Foi este “arrefecimento civilizado” que, paulatinamente, se instalava, que a arribada veio contornar, levando a que ambos os reinos voltassem à posição inicialmente desejada.

A afinidade lusitana com o chamado terceiro mundo demonstra que, assim como o Oriente já existia em Portugal ainda antes da época dos descobrimentos, a expansão ultramarina levou Portugal ao Oriente, contribuindo para que a herança árabe e islâmica permanecesse visível na arquitetura portuguesa, na música, no traje e na introdução do uso do azulejo, detalhes já muito apreciados desde o reinado de D. Manuel I.

Importa, aqui, enaltecer o que consideramos ser o *ex-libris* da história lusomarroquina pois, de entre todos os países europeus que partilham um passado mais ou menos conflituoso com Marrocos só Portugal mantém a admiração da memória histórica partilhada.

Ao reconhecer que a validade do conceito de vizinhança já não é só extensível a Espanha, e rompendo com os entraves geradores de amnésia coletiva, os portugueses podem inaugurar o século XXI de forma inovadora, quais genuínos arautos da admirável afeição entre dois povos que decidem superar os aspetos mais críticos da sua história comum.

²¹⁴ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2008).

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1. Fontes Manuscritas

1.1.1. Academia de Ciências de Lisboa

1.1.1.1. MV, Série Azul

1.1.1.1.1. Cota 50, «Correspondência entre El-Rei de Marrocos e El-Rei de Portugal 1769-1796».

1.1.1.2. MV, Série Vermelha, Vol. I

1.1.1.2.1. Cota 151, *Formulário da expedição de huma Embaixada desta Corte para a de Marrocos e da recepção da de Marrocos nesta Corte*, Fr. João de Souza.

1.1.1.3. *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo X, Parte I, A.R.C., Lisboa 1827.

1.1.2. Arquivo Histórico Ultramarino

1.1.2.1. AHC, maço 6, «Norte de África, Negócios consulares e diplomáticos, 1700-1800».

1.1.2.2. Caixa nº 4, avulsos, Doc. 8, fls 43 a 46.

1.1.2.3. Caixa «Norte de África Século XVIII e XIX» (1)

1.1.2.4. CU 147

1.1.2.4.1. Cx. 389. Fls. 389 a 393

1.1.2.4.2. Cx. 404

1.1.2.4.3. Códice 977

1.1.2.5. «Norte de África», cx. 417

1.1.3. A.N.T.T. - Arquivo Nacional - Torre do Tombo

1.1.3.1. «Arq. Particulares, Espólio de Jacques Philippe de Landerset»

1.1.3.2. M.N.E. – Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros

1.1.3.2.1. Caixa 272, «Estados Barbarescos 1789-1832»

1.1.3.2.2. Caixa 299, «Correspondência dos Consulados Portugueses em Marrocos 1778-1821»

1.1.3.3. «Ministério do Reino 1793-1830»,

1.1.3.3.1. Caixa 619

1.1.3.3.1.1. Maço 497

1.1.3.3.1.1.1. Entrada da Família Real de Marrocos na ilha de São Miguel – mercês concedidas a pessoas que lhe prestaram obséquias e auxílio (1793)

1.1.4. Arquivo Regional dos Açores

1.1.4.1. Registo da Alfândega de Ponta Delgada, Livro X.

1.1.5. Arquivo Regional da Madeira

1.1.5.1. Livro nº 519, fls. 25 a 28

1.1.6. Biblioteca Nacional

1.1.6.1. Diários da Embaixada mandada a Marrocos, nº 30-y-571, nº 16, Dezembro de 1790

2. Fontes impressas

2.1. Biblioteca Nacional

2.1.1. *Narração da Arribada das Princezas Africanas ao porto desta capital de Lisboa, seu desembarque para terra, alojamento no Palácio das Necessidades, Hida para Quéluz, seu embarque, e volta para Tangere*, P. Fr. João de Sousa (1793), Lisboa, Off. da Academia Real das Sciencias.

2.1.2. Publicação *Gazeta de Lisboa*, suplementos dos dias 16, 19, 23 e 27 de julho, e de 2, 6, 9, 10, 13 e 30 de agosto de 1793, Regia Officina Typografica.

2.2. *Diccionario Aristocratico contendo os Alvarás dos Foros de Fidalgos da Casa Real que se achão registados nos Livros do registo das Mercês que existem no Archivo da Torre do Tombo* (1840), Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, disponível na Internet em:

http://books.google.pt/books?id=wEIBAAAAQAAJ&pg=PA71&lpg=PA71&dq=libro+segundo+de+merc%C3%AAs+fevereiro+1708&source=bl&ots=skb_n9tEdQ&sig=Z71-HemSRazjScLiIXTeREooJYI&hl=pt-PT&ei=JfqATYHrJ4SJhQfh1oScBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CCcQ6AEwAg#v=onepage&q&f=true

2.3. *Gazeta de Lisboa*, Periódico, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1793.

2.4. Internet Archive

2.4.1. *Documentos arabicos para a Historia Portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo, 1790*, Fr. João de Souza, Academia de Ciências de Lisboa, disponível na Internet em: <http://www.archive.org/details/documentosarabi00lisbgoog>

2.5. *Resenha das famílias titulares do reino de Portugal (1838)*, Lisboa, Imprensa Nacional, disponível na Internet em <http://www.mediafire.com/?1mym2mydz2i>

3. Bibliografia

3.1. Bibliografia geral

- *Actas do Colóquio do Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos*, 1 a 8 Set de 1968, (1971), Coimbra, Imprensa de Coimbra.
- *Bíblia para Todos* (2009), Lisboa, Soc. Bíblicas Unidas.
- *Colóquio IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos*, setembro de 1968, (1971), Coimbra, Imprensa de Coimbra, FLUL.
- *Diccionario Aristocratico contendo os Alvarás dos Foros de Fidalgos da Casa Real que se achão registados nos Livros do registo das Mercês que existem no Archivo da Torre do Tombo*, Tomo I, folhas 248, p. 285, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, consultado a 16/03/2011 e disponível em: <http://books.google.pt/books?id=wEIBAAAAQAAJ&pg=PA71&lpg=PA71&dq=libro+>

segundo+de+merc%C3%AAs+fevereiro+1708&source=bl&ots=skb_n9tEdQ&sig=Z71-HemSRazjScLiXTeREooJYI&hl=pt-PT&ei=JfqATYHrJ4SJhQfh1oScBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CCcQ6AEwAg#v=onepage&q&f=true

- *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal* (1990), Vol. I, José Costa Pereira (Coord.), Lisboa, Publicações Alfa.
- *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (1994), Volume I e II, Luís Albuquerque (Dir.), Lisboa, Ed. Caminho.
- *Dicionário de História de Portugal* (1985), José Correia do Souto, Braga, Tilgráfica.
- *Dicionário de História de Portugal* (1991), Joel Serrão (dir.), Vol. II e IV, Porto, Figueirinhas.
- *Dicionário Português de Léxico Online*, disponível na Internet em <http://www.lexico.pt/pesquisa.php?q=aljofar>
- *História da Humanidade do século XVI ao século XVIII* (1999), Vol. V, Lisboa, Ed. Verbo, UNESCO.
- MATTOSO, José (1994), *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, Vol. IV, Lisboa, Ed. Estampa.
- MEDINA, João (1993), *História de Portugal, O terceiro império português. O império africano. O sonho dum «novo brasil em África»*, Vol. VII, Lisboa, Ediclube.
- *O imaginário da Cidade Muçulmana* (1989), Colóquio sobre o Imaginário da Cidade, outubro 1985, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- «Tratado de Paz entre El-rei o Senhor Dom José I e Sared Mohammad bem Abdallah, Imperador de Marrocos» (2002, novembro), *Camões* 17*18, pg. 214-217.
- Capitães Gerais dos Açores, Arquivo Digital UAC, 2º Série, Vol. V, p. 528, disponível na Internet em <http://arquivodigital.uac.pt/aa/index.html>

3.2. Bibliografia específica

- AFONSO, Jorge (2004, novembro), «O Tratado Luso-Marroquino de 1774 e o Magrebe – Um relacionamento integrado», *Camões* nº 17*18, Lisboa, pg. 83-95.
- ALBUQUERQUE, (1990) *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa.
Luís de (Dir.)
- ALEXANDRE, José (1996) «As correntes marinhas», Monografia Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/arquivos/File/contenuto/artigos_teses/GEOGRAFIA/Artigos/correntes_marinhas.pdf
- ANTUNES, Miguel (2006) «Vítimas do Terramoto de 1755 no Convento de Jesus», Telles *Revista Electrónica da Terra, GEOTIC – Sociedade Geológica de Portugal*, Vol. 3, nº 1, disponível em: <http://e-terra.geopor.pt/artigos/mta/mta.pdf>.
- BISPO, António (2006) «Ultrapassar de fronteiras no passado, Resgate de escravos islamizados e processo conversor de identidades na esfera luso-atlântica, Reflexões em Funchal», *Revista da organização de estudos culturais em contextos internacionais Brasil-Europa*, disponível em <http://www.brasil-europa.eu/Paises/Portugal.html>
- BOUCHARB, (2004, novembro), «Marrocos, o novo aliado de Portugal (1769 – Ahmed 1822)», *Camões* nº 17*18, Lisboa, pg. 70-82.
- BRAGA, Isabel M. (2008), *Missões Diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no Século XVIII, Os Relatos de Fr. João de Sousa*, Centro de Estudos R. Mendes Drumond Históricos da Universidade de Lisboa.

- BRANDÃO, Fernando de Castro (2004, novembro), «O Tratado de Paz entre Portugal e Marrocos de 1774», *Camões* nº 17*18, Lisboa, pg. 27-41.
- BRANDÃO, Vicente de Paiva (1998), *A redescoberta do “Outro” nas relações económicas e institucionais portuguesas – Marrocos no período pós-adesão*, (Tese de Mestrado), Lisboa, Ed. Univ. Lusíada.
- CANTO, Ernesto do (1881), *Arquivo dos Açores: Publicação destinada à vulgarização dos elementos indispensáveis para todos os ramos da história açoriana*, Vol. III, Ponta Delgada.
- CARITA, Rui (Coord.), (1999) *História da Madeira, o Século XVIII, Economia e Sociedade*, Vol. V, Funchal, Secretaria Regional da Educação.
- COELHO, António Borges (1989), *Portugal na Espanha Árabe*, 2ª ed., Vol. II, Lisboa, Caminho.
- COSME, João (1999, julho) «Marrocos (1886-1894) visto através da correspondência da legação portuguesa em Tânger», *Islenha*, nº 25, Funchal, DRAC, pg. 67-91.
(2008, janeiro) «Marrocos e o Mediterrâneo na 2ª Metade do Séc. XVIII», *Islenha*, nº 45, Funchal, DRAC, pg. 123-140.
- DAVEAU, Suzanne (2004, novembro) «Portugal e Marrocos – Geografia da fachada atlântica subtropical do Velho Mundo», *Camões* nº 17*18, Lisboa, pg. 43-54.
- DIAS, Pedro (2000) *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*, Coimbra, Minerva.
- ESPARTEIRO, António Marques (1943) *Dicionário Ilustrado de Marinharia*, 2ª ed., (1ª ed. 1936), Lisboa, Livraria Clássica Editora.

- FARIA, Ana Maria (2008) *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a Homem Leal de 1815*, Lisboa, Tribuna da História.
- FARINHA, António (1986, junho) «A Madeira e o Norte de África nos Séculos XV e XVI – O povoamento da Madeira e o «serviço» em Marrocos», *Actas I Colóquio Internacional da História da Madeira*, Vol. I, Funchal, 1989, DRAC, pg. 360-375.
- (1989) *O interesse pelo Norte de África. Características da presença portuguesa em Marrocos. O declínio da política africana. De Alcácer Quibir ao abandono de Mazagão* – Monografia, Lisboa, FLUL.
- (2003), «O Sufismo e a Islamização da África Subsariana», *O Islão na África Subsariana, Actas do 6º Colóquio Internacional, Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana*, Porto, FLUP, pg. 29-34.
- (2004, novembro) «As relações luso-marroquinas. Identidade e História», *Camões*, nº 17*18, Lisboa, pg. 9-16.
- FARINHA, Maria (2004, novembro) «As relações entre Portugal e Marrocos – uma do Carmo J. D. cronologia», *Camões* nº 17*18, Lisboa, pg. 200-205.
- FERRO, Marc (1996) *História das Colonizações, das conquistas às independências – sécs. XVIII – XX*, Lisboa, Estampa.
- FIGANIER, (1969) *Fr. João de Sousa, Mestre e Intérprete da Língua Árábica*, Joaquim Coimbra, FLUC.
- GUEVARA, Gisela (1997) *As Relações Luso-Alemãs antes da Primeira Guerra Mundial*, Medina Lisboa, ed. Colibri.
- ILIFTE, John (1999) *Os Africanos e a História dum Continente*, Lisboa, Terramar.
- JACOBS, Louis (1995), *The Jewish Religion: A Companion*, Oxford, Oxford

- University Press.
- JOSEFO, Flávio (1990), *História dos Hebreus*, Rio de Janeiro, CPAD.
- KEMNITZ, Eva-Maria von (2007), «Envoys, Princesses, Seamen and Captives, The Muslim Presence in Portugal in the 18th and 19th Centuries», *Lusotopie*, Vol. 14, n° 1, disponível em:
<http://www.ingentaconnect.com/content/brill/luso/2007/00000014/0000001/art00004>.
- (2010), *Portugal e o magrebe (séculos XVIII / XIX), Pragmatismo, inovação e conhecimento nas relações diplomáticas*, Coleção Biblioteca Diplomática, Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal.
- LEWIS, Bernard (1994) *Os Árabes na História*, (1ª ed. 1983), Lisboa, Ed. Estampa.
- MACEDO, Jorge Borges de (1989) *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, (1ª ed. 1951), Porto, Gradiva.
- (2008) *A História Diplomática de Portugal, Constantes e Linhas de Força*, (1ª ed. 1987), Lisboa, Tribuna da História.
- MANSOURI, Otham (2004, novembro) «Marrocos e Portugal após o Tratado de Paz de 1774 – Triunfo da paz e da cooperação», *Camões* n° 17*18, Lisboa, pg. 96-109.
- MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, 3ª ed., (1ª ed. 1986), Coimbra, Almedina.
- MARTINS, António Oliveira (1937) *Portugal e Marrocos no Século XVIII*, Lisboa, Livraria Editora.
- MOREIRA, Adriano (2002, novembro) «A fronteira marroquina», *Camões* n° 17*18, Lisboa, pg. 17-25.

- NETO, Joana (2002, novembro) «Portugal e Marrocos – Inversão das políticas externas, modernidade das relações (1760-1773)», *Camões* nº 17*18 Lisboa, pg. 55-69.
- NETO, Maria João (1996) *Marrocos e Portugal – Diplomacia e Comércio (1760-1783)*. Vol. I, (Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa), Lisboa, FLUL.
- Miranda de Carvalho
- PAREJA, F. M. (1964), *Islamologie*, Beyrouth, Imprimerie Catholique.
- RIBEIRO, Adriano (1991, julho) «O Relacionamento entre Madeirenses e Franceses na Época Napoleónica», *Islenha*, nº 9, Funchal, DRAC, 88-92.
- RIBEIRO, Jorge (1993), «Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII», *Actas do Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, SRTC/CEHA, pg. 389-401.
- Martins (2004), «O papel das ilhas do Atlântico na criação do contemporâneo», *Actas do Congresso realizado em Angra do Heroísmo de 24 a 28 de Maio de 1999*, V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico, pg. 285-305.
- RIBEIRO, José (1872) *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados, Tip. da Academia Real das Sciencias*, Lisboa. Disponível em:
<http://www.archive.org/details/historiadosesta25ribegoog>
- RIBESTRE, José
- RODRIGUES, (2001, janeiro) «Entre a Europa e o Atlântico, A Madeira e os interesses britânicos nas vésperas da primeira ocupação inglesa (1796-1801)», *Islenha*, nº 28, Funchal, DRAC, pg. 5-12.
- Paulo Miguel
- RUSSEL-WOOD, (1998, setembro) *Um Mundo em Movimento, Os Portugueses na*

- A. J. R., *África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, Difel.
- SHURPIN, Rabi Yehuda «Can a Jew raise a swine? », *CHABAD.ORG.*, disponível em: http://www.chabad.org/library/article_cdo/aid/976496/jewish/Can-a-Jew-raise-swine.htm
- SILVA, Fernando Augusto da, Pe. (1984), *Elucidário Madeirense*, 4ª ed., Vol. I, II e III, Funchal, SREC.
- SCHULTZ, Samuel J. (2009) *História de Israel no Antigo Testamento*, S. Paulo, ed. Vida Nova.
- TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva (2004, novembro) «Judeus entre Portugal e Marrocos nos séculos XVI e XVII – Páginas de controvérsias e entendimentos», *Camões* nº 17*18, Lisboa, pg. 149-165.
- VIDAL, Laurent (2010), *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico, De Marrocos à Amazónia (1769-1783)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- VIEIRA, Padre António (2007), «Sermão do Mandato - 1670», *História e Antologia da Literatura Portuguesa – Século XVII*, nº 37, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pg. 114-115.
- VOLTAIRE (1756), «Poème sur le désastre de Lisbonne», *Oeuvres Complètes de Voltaire*, L'Association "Voltaire Intègral", B. D. Unicamp, Brasil : http://www.voltaire-integral.com/Html/09/13_Lisbonne.html#POÈMElisb